Serviço Público Federal
Universidade Federal do Pará
Campus Universitário do Tocantins/Cametá
Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura
Mestrado Acadêmico em Educação e Cultura

OBERDAN DA SILVA MEDEIROS

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

Constituição de Lideranças e Práticas de Resistências na Comunidade Quilombola de Umarizal Beira, Baião-Pará

CAMETÁ
2018

OBERDAN DA SILVA MEDEIROS

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

Constituição de Lideranças e Práticas de Resistências na Comunidade Quilombola de Umarizal Beira, Baião-Pará

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação e Cultura.

Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Linguagem.

Orientadora: Profª. Drª. Gilcilene Dias da Costa

CAMETÁ

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M488e Medeiros, Oberdan da Silva
EDUCAÇÃO QUILOMBOLA : Constituição de Lideranças e Práticas de Resistências na Comunidade Quilombola de Umarizal Beira, Baião-Pará / Oberdan da Silva Medeiros. - 2018.
144 f. : il. color.

Orientação: Profa. Dra. Gilcilene Dias da Costa

1. Educação quilombola. 2. Identidade Negra. 3. Racismo. 4. Educação para as Relações Étnico-raciais. 5. Lei 10.639/03. I. Costa, Gilcilene Dias da, *orient.* II. Título

CDD 370

OBERDAN DA SILVA MEDEIROS

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

Constituição de Lideranças e Práticas de Resistências na Comunidade Quilombola de Umarizal Beira, Baião-Pará

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação e Cultura.
Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Linguagem.

Data da Aprovação: 04/01/2018

BANCA EXAMINADORA

_____ - Orientadora
Profª. Drª. Gilcilene Dias da Costa
Universidade Federal do Pará (UFPA/PPGEDUC)

_____ - Membro Externo à Instituição
Prof. Dr. Odair Bartolomeu Barros Lopes Varela
Universidade de Cabo-Verde (África)

_____ - Membro Externo à Instituição
Prof. Dr. Henrique Antunes da Cunha Júnior
Universidade Federal do Ceará (UFC/PPGE)

_____ - Membro Interno ao Programa
Profª. Drª. Vilma Aparecida de Pinho
Universidade Federal do Pará (UFPA/PPGEDUC)

_____ - Avaliador Suplente
Prof. Dr. Luiz Augusto Pinheiro Leal
Universidade Federal do Pará (UFPA/PPGEDUC)

Dedico este trabalho a minha avó Sabina Campelo, que em meio às minhas reflexões sempre me veio como a “líder negra” que proporcionou nossa “diáspora”.

Minha mãe, pelo amor a nós todos proporcionado e multiplicado todos os dias.

Meu pai, o mais generoso de todos os pais.

Minhas irmãs, Dailma, Deise e Deuciani pelo incentivo direto ou indireto.

Otávio e Suraya, meus maiores presentes.

A todos vocês, o meu muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

Inicio meus agradecimentos por Deus, que colocou pessoas tão especiais a meu lado, sem as quais não teria vivenciado a delícia de concluir meu tão sonhado mestrado.

Aos meus queridos pais Antônio Campelo Medeiros e Maria Esperança da Silva Medeiros, que me trouxeram com todo o amor e carinho a este mundo, e se doaram incondicionalmente por mim e meus irmãos.

Aos amigos, professores e todos aqueles que participando de alguma forma na construção e realização deste sonho.

A todos os discentes, docentes e funcionários do PPGEDUC/UFPA, especialmente aos professores Doriedson do Socorro Rodrigues, Cezar Luís Seibt, Benedita Celeste de Moraes Pinto, Jorge Domingues Lopes, José Valdinei Albuquerque de Miranda e Vilma Aparecida de Pinho, que, com orientações e amizade, me ajudaram ativamente neste projeto, vocês são referenciais. Para o muito solícito Arlio Carvalho pela disponibilidade, simpatia e gentileza.

Agradeço especialmente à minha orientadora, Gilcilene Dias da Costa, pelo acompanhamento e contribuições no redimensionamento desta pesquisa. Ao prof. Henrique Antunes Cunha Júnior, pelas palavras de encorajamento nos momentos de aflição, pelo empréstimo do método e pela disponibilidade para me avaliar na banca. Obrigado pela ajuda! Ao prof. Odair Varela (Uni-CV), pelo diálogo e contribuições na banca de defesa. À profa. Vilma Pinho, pela afetuosa leitura do trabalho e disponibilidade nas contribuições.

À Associação Quilombola de Umarizal Beira, que me apoiou na construção deste trabalho, especialmente ao seu Narciso Vieira, liderança comunitária. Estes foram amigos que fiz, pois cooperaram ativamente neste trabalho e nunca me negaram ajuda quando precisei. Obrigado de verdade!

Agradeço, também, à CAPES e ao IFPA pelo incentivo no que tange aos vários aspectos que estas influem na minha trajetória, e aos professores e colegas de toda a vida, pelo companheirismo. Obrigado a todos pelo apoio!

Finalmente, gostaria de agradecer à Universidade Federal do Pará e a todos que fazem este lugar, meus sonhos moraram aqui. Proporcionaram-me uma lição de vida. Obrigado a todos!

A única arma para melhorar o planeta é a educação com ética. Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da pele, por sua origem, ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.

NELSON MANDELA

RESUMO

Esta pesquisa objetiva analisar o processo de constituição de lideranças negras e práticas de resistências como fator educativo na Comunidade Quilombola de Umarizal Beira, Baião-Pará. O problema da investigação contextualiza os processos excludentes da violência colonial contra a população afrodescendente escravizada que culminaram na produção do racismo na organização política e social da sociedade brasileira. As perguntas formuladas versam sobre o seguinte: Como se deu o processo de constituição de lideranças na comunidade remanescente de quilombo de Umarizal Beira, no que tange aos elementos culturais, étnico-raciais e políticos? De que modo as histórias de vida dos afrodescendentes e lideranças quilombolas constituem sua formação identitária enquanto fator educativo e prática de resistência ao racismo junto à comunidade local? Para a realização da pesquisa, utilizamos os aportes teóricos e metodológicos Pós-colonial (decolonial) (BHABHA, 2010; ESCOBAR, 2005; HALL, 2009) dialogando com a noção de Afrodescendência (OLIVEIRA FILHO, 1997; CUNHA JÚNIOR, 2005). Para tanto, o trabalho de campo na comunidade visa, através de entrevistas com as oito (08) lideranças da comunidade que ocupam a diretoria da Associação quilombola, no intuito de situar o recorte analítico das narrativas produzidas. A partir de entrevistas realizadas com algumas lideranças quilombolas, percebeu-se uma riqueza de informações, que nos fez optar pela inclusão de apenas quatro (04) líderes, sendo dois homens e duas mulheres há mais tempo exercendo o papel de liderança em cargo da diretoria da associação, o estudo destaca os saberes da cultura afrodescendente e as práticas educativas como mecanismos de luta, formação e organização política comunitária. A pesquisa abre espaço a pensamentos-outros negados e destituídos desde o processo colonial. Os resultados preliminares indicam que a constituição das lideranças quilombolas encontra-se fortemente pautada em processos culturais e políticos que constituem as Afrodescendências de suas (re)existências nas lutas contra o racismo e todas as mazelas sociais, tendo a educação um importante papel a contribuir com o processo de constituição de suas identidades étnico-raciais quilombolas.

Palavras-chave: Educação quilombola. Identidade Negra. Racismo. Educação para as Relações Étnico-raciais. Lei 10.639/03.

ABSTRACT

This research aimed at the formation of leadership and resistance practices as an educational factor in the Quilombola Community of Umarizal Beira, Baião-Pará. The problem of the contextualized investigation of the exclusionary processes of colonial violence against the enslaved Afrodescendant population that culminated in the production of racism in the political and social organization of Brazilian society. The questions that guide this research are: How to launch the process of constituting the remaining quilombo community of Umarizal Beira in relation to cultural, ethnic-racial and political elements and how is it for a relationship with educational processes? In what way do life histories of Afro-descendants and Quilombola leaders constitute their identity formation as a local community? For the realization of the research, we use the postcolonial (decolonial) theoretical and methodological contributions dialoguing with a notion of Afrodescendence. In order to do so, the field work in the community aimed, through interviews with 08 (08) community leaders who occupy a board of the Quilombola Association, to locate the analytical cut of the narratives produced. Based on interviews with some leaders of quilombolas, the outstanding study of the knowledge of Afrodescendant culture and as educational practices as mechanisms of struggle, formation and community political organization. The Survey opens space for thoughts-others denied and deprived of the colonial process. The results indicate that the constitution of the quilombola leaderships is strongly based on cultural and political processes that constitute Afrodescendences of their (re) existence in the struggles against racism and all as maladies, having an important role to contribute to the constitution process of their ethnic-racial identities.

Keywords: Quilombola education. Preconception. Ethnic-racial relations. Law10.639/03. Identity.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 01: Imagem ilustrativa da Região do Baixo Tocantins 20

Figura 01: Cotidiano de uma família quilombola. (Umarizal-Beira, Baião, Pará) 64

Figura 02: Localização geográfica do município de Baião.1 66

Figura 03: Vista aérea da comunidade de Umarizal. 67

Figura 04: Ata de Fundação da Associação, ano 1999. 71

Figura 05: Ofício/Requerimento, solicitando o reconhecimento dos domínios de terras da ARCORQUBU, ANO 2000. 73

Figura 6: Certidão de Reconhecimento de Ocupação Legítima concedida pelo ITERPA/PA, 2014. 74

Figura 7: Na sequência, Imissão de Posse de 05/09/2010, 21/09/2012 e 24/09/2012. 77

Figura 8: Ofício/Requerimento, solicitando o reconhecimento dos domínios de terras da ARCORQUBU, 2000 78

Figura 9: Documento de Auto-reconhecimento junto à Fundação Cultural Palmares de 03 de outubro de 2006 100

Figura 10: Documento de apoio financeiro destinado ao Fundo Amazônia/BNDES de junho de 2014 106

Figura 11: Ofício 28/2015 (anexo XX), tentativa de firmar parceria entre a Associação Quilombola e a Eletrobrás Eletronorte na pessoa do presidente da estatal para construção de um Sistema de Abastecimento de Água para a Vila de Umarizal 107

Figura 12: Convite para o Vice-Governador do Estado do Pará para participação do Encontro de Comunidades Quilombolas de Umarizal e Região. Abril de 2015. 110

Figura 13: Convite para o Encontro de Comum idades Quilombolas – Vila Umarizal maio de 2016 111

Figura 14: Grupo de lideranças em momentos de formação. 120

Quadro 01: Relação da coordenação e do Conselho Fiscal da ARCORQBU. 72

Quadro 02: Relação do quadro de coordenações da ARCORQBU. 74

LISTA DE SIGLAS

CNE Conselho Nacional de Educação

ERER Educação das Relações Étnico-raciais

FATEP Faculdade Teológica do Estado do Pará.

GTI População Negra Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra

IBASE Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IFPA Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC Ministério da Educação e do Desporto

MJ Ministério da Justiça

MNU Movimento Negro Unificado

NEABI Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena

ONU Organização das Nações Unidas

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

PCNs Parâmetros Curriculares Nacionais

PNAD Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar

SECADI Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEPPIR Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

TEN Teatro Experimental do Negro

SUMÁRIO

PALAVRAS INICIAIS: A trajetória do pesquisador e o combate ao racismo 13

CAPÍTULO I – CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA 23

CAPÍTULO II – RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, PÓS-COLONIALISMO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ampliando as bases teóricas 48

CAPÍTULO III – BREVE ANÁLISE DOS POVOS AFRODESCENDENTES NA HISTÓRIA DO BRASIL 57

CAPÍTULO IV – LIDERANÇAS QUILOMBOLAS NO UMARIZAL-BEIRA: da constituição e da resistência como processo educativo 63

4.1 DA ALTERIDADE E DAS NARRATIVAS DAS LIDERANÇAS: uma introdução 64

4.2 LIDERANÇAS QUILOMBOLAS E O "LUGAR" DAS IDENTIDADES TERRITORIALIZADAS 66

4.3 DIMENSÕES HUMANAS E MATERIAIS NA CONSTITUIÇÃO DAS LIDERANÇAS 79

4.4 IDENTIDADES ÉTNICO-RACIAIS NA CONSTITUIÇÃO DAS LIDERANÇAS QUILOMBOLAS 84

4.5 CONCEPÇÕES E POLÍTICAS DE RESISTÊNCIAS NO MOVIMENTO QUILOMBOLA 90

4.6 A ESCOLA QUILOMBOLA: presença-ausência na constituição das lideranças 118

CONSIDERAÇÕES FINAIS 1298

REFERÊNCIAS 131

APÊNDICES 137

ANEXO (TCLE) 144

PALAVRAS INICIAIS: A TRAJETÓRIA DO PESQUISADOR E O COMBATE AO RACISMO

O Brasil é fortemente marcado por exclusões e desigualdades. Ao longo de sua história, várias práticas sociais têm contribuído para constituir a ideia de inferioridade de alguns grupos étnicos e raciais que compõem nossa sociedade, como é característico o caso do povo africano e seus descendentes, minimizados, quando não visibilizados, nos nossos processos socioculturais de colonização e suas consequências.

Estas populações passam a ser vistas como um povo dito "sem cultura", vistos de forma estereotipada, onde sua diversidade cultural não é levada em consideração e onde seu legado cultural ficou fadado à subalternidade no que tange ao repertório cultural da nação brasileira.

A população negra brasileira, apesar de muito diversa, tem como principal elemento agregador o estigma herdado do período da escravidão colonial a que foi submetida[1], figurando neste processo como vítima e, acima de tudo, destituído de encaminhamentos pautados em princípios de cidadania no período pós-libertação. Podemos facilmente perceber que o Estado brasileiro não praticou política pública específica para a população recém-liberta que pudesse minimamente ser capaz de abrandar a sua condição de inferioridade social.

No que se refere à forma como os relatos históricos descrevem a população negra, verifica-se que nossas práticas educativas vêm, ao longo dos anos, constituindo um modelo de base eurocêntrica[2] que pratica e consolida, nitidamente, outra forma de exclusão, já que se trata de modelo de educação hegemônica em nosso país, que não leva em consideração as especificidades desses sujeitos, tanto no que diz respeito às práticas formais, quanto as não formais.

Esse contexto histórico-social, unido a essas práticas educativas, influencia o presente, pois os vários séculos de escravidão transcorreram sem que o Estado reconhecesse a população de origem africana, o que temos como resultado deste

[1] Notadamente, as categorias discriminação e racismo evidenciam o teor do estigma herdado do período colonial. Cf. [CITAR]

[2] O conceito de eurocentrismo é utilizado neste trabalho, de acordo com Gomes (2012, p. 6), como a "definição de uma visão de mundo que tende a colocar a Europa, sua cultura, seu povo, suas línguas e seus traços culturais como um todo, como o elemento fundamental na construção da sociedade moderna e como protagonista da história". Cabe salientar, também, a contribuição de Quijano [CITAR], que desenvolve a discussão do sistema mundo criado pela Europa Moderna e a partir de 1450. Assim, a Europa como centro do mundo só é possível por conta das Américas e o Eurocentrismo se constitui a partir de processos de dominação e controle de aspectos subjetivos e do trabalho de negros e indígenas nas Américas.

processo é o menosprezo das suas contribuições para o desenvolvimento e da base cultural deste país. Por outro lado, a presença marcante de uma elite de ascendência europeia que concentra o poder nas diversas formas sociais, decide a seu favor e gera opressão, desigualdades, injustiças e exclusão social.

O racismo, tal como é debatido no decorrer desta pesquisa, constitui-se como categoria conceitual amplamente difundida, mas que ganha nitidez na concepção de Munanga (2008), ao associar as categorias humanas a rótulos tradicionalmente relacionados com a colonização, ganhando viés essencialmente ideológico que submete o caráter biológico das diferenças de cor a privilégios ou negações.

Diante desta conjuntura, compete a toda a sociedade reverter esse quadro de injustiças históricas contra a população negra, e em especial a escola, visto que é responsável e legitimada para fazer nossas práticas de socialização. É papel essa instituição, portanto, contribuir para romper com esses resquícios tradicionais e desenvolver uma educação que contemple os diversos elementos que constituem o ambiente escolar.

Apesar de vivermos em um país excludente, a população negra não vivencia essa exclusão de forma passiva. Ao longo dessa mesma história, registraram-se vários eventos, que apontam para a luta da população negra presente na constituição de alternativas de resistências nos mais variado aspectos (econômico, político, cultural, dentre outros) que também incluem iniciativas do campo da educação, tais como, proposições educativas para os sistemas de ensino, conteúdos curriculares e de projetos de formação de educadores, no campo da organização civil, como as várias agremiações como sindicatos, associações quilombolas e até mesmo na fundação de partidos políticos, é o caso da Frente Favela Brasil (partido criado e registrado por um grupo de ativistas sociais no dia 30 de julho de 2017) etc.

De outra parte, ressalta-se, por intermédio do conhecimento da situação da população negra no mundo, a produção de pesquisas acadêmicas que visam colocar em evidência a condição humana da população negra e a necessidade de aumentar a participação destes sujeitos na vida ativa, sobre como se dá a tomada de decisão por parte do poder público local ou nacional com relação às políticas públicas destinadas a esta categoria, bem como a importância da organização social e política para a necessária emancipação da população negra como um todo.

Contrapondo à realidade, que ao longo da nossa recente história pós colonização é constituída por processos sociais excludentes, com o aparecimento de espaços

"alternativos"[3] de participação e representação, a exemplo dos movimentos sociais em geral, novos atores, novos direitos, novos ideais e novas instituições escolares vêm se redefinindo frente a essas mudanças. Esse processo de certo modo está fortemente relacionado à redemocratização brasileira da década de 1980 que se configura como momento de eclosão de movimentos sociais em geral e negros em particular e a luta por direitos. Um exemplo de prática política interna a essa recriação de espaço para o fortalecimento da causa negra é a educação para as relações étnico-raciais[4] que propõe um processo de reelaboração de práticas sociais na educação em todos os níveis de ensino, pois preconiza mudanças substanciais no currículo e nos processos de acesso e permanência da população negra no ensino superior, se tornando instrumento pedagógico e político de superação da marcante desigualdade social, pautada nos desdobramentos das pertinentes categorias raça/cor, existente entre negros e não negros (brancos), na sociedade brasileira. Isto é resultado da percepção da comunidade negra excluída sobre os processos políticos, materiais e simbólicos que deram origem a condição humana de inferioridade desse povo, mas também do saber poder de negociar e se ressignificar em territórios estrangeiros das diásporas africanas. Quero dizer que é dessa forma, que se constituem as africanidades e as afrodescendencias nossas de brasileiros negros oriundos dessas práticas sociais humanas que se configuram a dialética das relações raciais do Brasil. Qual seja, a consciência política negra é como uma herança cultural que advêm da compreensão do dever de se organizar e lutar por ideais que privilegiam a criação de uma sociedade que possa contar com processos educativos inclusivos[5] e democráticos.

Mais precisamente no final da década de 1980, surgiu um termo substituto para o Terceiro Mundo (enquanto instância teórica e talvez até como instância política), o Pós-colonial ou Pós-colonialismo. Essa reformulação de conceitos busca pensar a cultura em sua correlação com a estrutura social de poder, e destas com as estratégias, posicionamentos, recursos e a política. (PRYSTHON, 2010).

---

[3] As aspas se devem ao imaginário que se tem a respeito das organizações da sociedade civil que da forma como são concebidas são instrumentos legítimos onde inúmeros sujeitos, em especial os excluídos têm vez e voz.

[4] Inicialmente as ações nesta perspectiva foram baseadas principalmente num esforço pessoal de alguns educadores em lidar com as questões raciais em sala de aula. O estudo da história e cultura afro-brasileira e africana torna-se obrigatório em 2003, e no âmbito deste trabalho, nos faz atentar sobre o buscar da fala.

[5] Aqui se aponta para a transformação de uma sociedade inclusiva, num processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. No nosso caso é uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas, visando responder à diversidade étnico-racial.

Levando em conta a complexidade destes aspectos e da exigência do auxílio dos processos educativos nas mais variadas instituições sociais, em especial do papel da escola, podemos apontar o quanto é bem-vinda essa nova roupagem no rol das estratégias que fortalecessem tais movimentos e seus sujeitos. Nesse sentido, Gomes e Silva (2012, p. 89) são bastante enfáticos, apontando que em sentido político ser negro é tornar-se negro e que:

> O conhecimento dessas questões pode nos ajudar a superar o medo e/ou desprezo das diferenças raciais ainda presentes na escola e na sociedade. Entender essa complexidade é uma tarefa dos/as profissionais da educação. É tarefa de uma escola que se quer cidadã e, por isso mesmo, não pode deixar de incluir a questão racial no seu currículo e na sua prática. (GOMES; SILVA, 2012, p. 89)

Nas últimas décadas tivemos a ocorrência de várias denúncias, formuladas por militantes e estudiosos, relacionadas à precarização da escolarização da população negra brasileira. Isso pode ser destacado por inúmeras produções acadêmicas que versam sobre tais problemas educacionais e dos relatórios resultantes dos encontros do movimento negro, principal interlocutor em evidenciar o problema e influenciar na criação e a execução de políticas públicas para esses sujeitos. A ênfase recai nos limites situados dentro da educação, que, sobretudo podem ser percebidos nos depoimentos de militantes que historicamente tem se colocado contra o racismo presente em nossa sociedade, expondo a importância que a educação tem para a superação deste processo.

O estudo aqui apresentado foca as dinâmicas de vida de uma comunidade quilombola[6] em seu cotidiano e seus processos educativos no que diz respeito à influência que estes têm sobre a constituição de lideranças e práticas das suas práticas de resistências como fator educativo na Comunidade Quilombola de Umarizal Beira, Baião-Pará. Os sujeitos aqui apresentados encontram-se inseridos na sua associação, que por sua vez é interna ao território quilombola; leva-se em consideração, para tanto, as consequências desta relação nos processos culturais, históricos, sociais do cotidiano da comunidade que, mesmo dentro da sua especificidade, pode ser tida como o recorte de toda uma categoria que teve seus direitos negados ao longo da história brasileira.

O racismo como ideologia de inferioridade do negro obscurece a compreensão de si na sociedade por um lado, mas por outro acreditamos que o movimento negro, especialmente as lideranças quilombolas foco desta pesquisa são construídos nas e pelas

[6] Historicamente, associado com espaços de resistência à violência racista praticada contra a população negra e, portanto, faz relação direta com a temática aqui apresentada.

experiências de embates que alavanca consciência de mundo e de sociedade para patamares que contrapõe as ideologias e a sociedade hegemônica construída na lógica eurocêntrica e colonial. São agentes políticos, portanto, pois desenvolvem condições de vida, pela inserção de setores (instituições de educação, saúde, território etc.), na comunidade. Dessa forma, ao agirem como agentes de transformação, dão evidências de pensamentos desenraizados (HALL, 2009) da cultura colonialista e com isto, buscam romper com o ciclo de inferiorização da população negra. Interessa nessa pesquisa a educação e a constituição desses sujeitos e com ênfase nas suas histórias de vida, pretende-se analisar as forças políticas, culturais e sociais que constroem essas lideranças. A reflexão aqui realizada visa contribuir para o debate sobre a cidadania e a visibilidade do povo negro, de forma bem pontual, à população quilombola mesorregião do Baixo Tocantins - Pará, além de reafirmar que estas populações vêm buscando resistir aos vários processos de exclusão aos quais vem sendo submetida ao longo da história. Buscamos contribuir para a sistematização de dados a cerca das práticas educativas formais, e dentro do possível, com suas nuances com a educação formal, da comunidade quilombola, a qual já me encontro inserido enquanto pesquisador, ativista do movimento negro e educador nos sistemas de ensino, como professor do Instituto Federal do Pará em Tucuruí.

O interesse neste tema está relacionado com a minha vivência no Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena (NEABI) do Instituto Federal do Pará, Campus Tucuruí, nos últimos 08 anos. Trazer para o espaço acadêmico este debate é contribuir para a discussão sobre as relações raciais e a educação, além de auxiliar a aplicabilidade da Lei 10.639/03[7], esta em especial por ser fruto da militância do Movimento Negro no Brasil, e a referência a esta se dá por conta de que a mesma é tida como um marco que é resultado dos vários processos de resistência do movimento que culmina por via deste dispositivo legal.

O contexto histórico retratado neste trabalho tem a intenção de dar visibilidade ao aspecto social e cultural que circunda as relações étnicorraciais e seus desafios, além doa seus impactos na percepção e performances dos sujeitos pertencentes à comunidade quilombola alvo da pesquisa, especificamente na sua associação dando ênfase na figura das suas lideranças, na forma como visualizam a sua própria constituição suas práticas

[7] Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro Brasileira", e dá outras providências.

sociais nos mais importantes aspectos e no que necessariamente influenciam na potencialização da valorização da sua própria história e cultura enquanto afrodescendentes. Sob esta ótica, podemos entender que esta investigação realiza um estudo que possibilita identificar e analisar de modo mais profundo o objeto em pauta.

O *lócus* deste estudo é uma comunidade Remanescente de Quilombo no Baixo Tocantins, localizada na vila de Umarizal Beira, município de Baião-PA, uma terra de jovens, crianças e adultos que são herdeiros da condição humana deixada pelos seus ascendentes, que foram vítimas de uma migração forçada e tiveram, como definido em Garcia Canclini (1997), sua cultura deslocada e por conta da sua resistência produziram processos de resistência que a fizeram fluir por rotas impossíveis de se prever de antemão, tendo que reconstruir no local uma nova realidade, baseada na submissão e na exploração de sua força de trabalho. O tráfico negreiro para o Brasil é o elemento primordial ocorrido durante o período colonial que contribui para o país ser a segunda maior população negra do mundo. Porém o que poderia ser um ambiente harmonioso mostra em sua estrutura social um quadro de extrema desigualdade entre os grupos étnico-raciais negros e não negros.

Tradicionalmente o Estado brasileiro não debatia e nem incorporava as categorias racismo e discriminação racial como elementos explicativos da grande disparidade entre esses grupos sociais. Um dos fatos mais marcantes é a condição da população negra, pois, apesar de ser maioria, respondem pelos mais baixos índices de desenvolvimento humano, enquanto que a população que desfruta de um padrão melhor de vida é em sua maioria branca. Esta é a situação vivenciada pela comunidade em questão, e um outro elemento que cabe ser destacado é o distanciamento desta com a escola local, o que nos traz a luz uma discussão fortemente feita em Arroyo (2012), na qual o autor destaca a reflexão sobre a consciência adquirida da população sobre o direito à educação, levando-se em conta seus tempos e espaços.

As comunidades remanescentes de quilombo[8], nas suas práticas históricas, sociais e culturais se afirmam sujeitos dotados de saberes próprios, nelas há processos de aprendizagem que incluem formação, conscientização política e cultural, resistência ao modelo educacional hegemônico que interferem na formação escolar da comunidade. Pelas nossas observações na comunidade, podemos afirmar que há a afirmação de suas

[8] Levando em conta a conquista dos direitos obtidos pela Constituição Brasileira de 1988, onde às comunidades remanescentes de quilombo, conforme determina a Constituição "que estejam ocupando suas terras tem reconhecida a sua propriedade definitiva e determina as demais providencias cabíveis ao Estado", optamos por utilizar esta definição ao longo do trabalho.

identidades culturais. E é nesse sentido, que podemos entender que ao longo da história de formação da sociedade brasileira ocorreu a tentativa de submissão destas comunidades em relações de extrema desigualdade de poder/saber/dominação.

Estes sujeitos são submetidos a um processo educativo pensado como mecanismo de resistência que, no entanto, vai de encontro ao que destrói seus modos de pensar e de se pensar no mundo, ou seja, uma relação onde não há troca e diálogos interculturais, e acabam tendo as suas construções identitárias desprivilegiadas. O não reconhecimento de sua cultura, identidade e memória, impulsiona ao não reconhecimento destes como detentores de história, de produção de saberes e, por consequência, destituídos de cultura.

O intuito nesta pesquisa é refletir e dialogar com narrativas dos mais diversos trabalhos voltados para a temática, os desafios e as perspectivas da realidade abordada, a busca por liberdade, justiça, combate ao racismo, reconhecimento das peculiaridades negras diante da sociedade e, em escala maior, a valorização dos processos educativos desses sujeitos. Isto se justifica em razão de que, esses sujeitos, ao longo da história, foram excluídos do acesso às políticas públicas que viessem a contemplá-los como cidadãos de direitos, apontando para a reversão da percepção racista que se tem destes ainda hoje como culturalmente atrasados e destituídos de aspectos positivos.

As conquistas alcançadas por estas comunidades ocorrem, não apenas, mas principalmente, a partir da Constituição Brasileira de 1988, que representa um marco para as várias minorias no Brasil, devido à motivação que despertou na sociedade em torno dos direitos sociais e políticos, dentre eles o acesso de todos os brasileiros à educação escolar como uma premissa básica da democracia, ao afirmar, em seu Art. 208 que, "o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo" (BRASIL, 1988). Nesse artigo da legislação brasileira, fica explícita a obrigatoriedade pelo direito à educação, no entanto, é necessária a garantia de uma educação de qualidade respeitando as características da diversidade cultural que constitui a nação brasileira. Claro que não basta simplesmente universalizar a educação, é preciso ao mesmo tempo dar qualidade a esse ensino que é aplicado nas escolas, qualidade entendida como "aquela que atenta para um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação [...] voltados para o bem comum" (SILVA, 2009, p. 225).

Assim, a educação permite ao indivíduo a possibilidade de aquisição de um futuro equitativo, tendo como base os conhecimentos adquiridos a partir de seus

antepassados, de suas lutas constantes por igualdade. Dessa forma, sua realidade atual, inserida no contexto educacional, deve ser compreendida pelos espaços de socialização, impedindo que os ideais de uma cultura hegemônica possam se sobrepor aos conhecimentos pertinentes de sua história.

Na história da educação brasileira, percebe-se a ausência de reflexão ampla sobre as relações raciais no planejamento das ações da escola, evidenciando um silêncio que de certa forma opõe obstáculos à promoção de relações interpessoais respeitáveis e que promovam a igualdade entre os agentes sociais que integram o cotidiano escolar. A crença na democracia racial, a negação do racismo como estruturante na sociedade brasileira e o comodismo diante da discussão sobre o preconceito e a discriminação racial nas mais diversas instituições educacionais, contribui para que as diferenças entre negros e não negros sejam entendidas como desigualdades naturais inerentes de uma sociedade de classe, fazendo com que nossas instituições aceitem tal realidade como se fosse algo natural.

Enfrentar a injustiça nos sistemas educacionais do Brasil e superá-la é um desafio que requer um envolvimento de agentes políticos sensíveis as causas da população negra. É nessa perspectiva que o presente trabalho se desenvolve com atenção voltada as práticas educativas locais e sua interface com a educação no quilombo, a partir uma perspectiva educacional antirracista, que ora estão contemplados na Lei nº 10.639/03[9], a partir do conhecimento da organização, cultura e percepções destes sujeitos sobre os processos educativos formal e não formal.

As várias narrativas que versam sobre a nossa formação histórica e como optam pela Europa como herança cultural mais importante. Fizeram com que, neste olhar, os povos africanos assumissem o papel subalterno, onde sua participação é vista, salvo em algumas exceções, de forma alegórica. As lutas por cidadania e a busca do reconhecimento das diferenças de todas as formas, por exemplo, a Lei 10.639/03, determinam o surgimento da perspectiva de que a partir do reconhecimento de sua História e cultura Afro-brasileira e Africana possamos situar estes atores como sujeitos relevantes para a formação do país e da nação brasileira.

[9] O Conselho Nacional de Educação aprova o Parecer CNE/CP 3/2004, instituindo Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais, assim como o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas, que passariam a ser executadas nos estabelecimentos de ensino nos diferentes níveis e modalidades, cabe aos sistemas de ensino, dentro de sua jurisdição, orientar e promover formação de professores, supervisionando o cumprimento deste dispositivo.

Um desdobramento necessário dessa perspectiva é a possibilidade de se fazer uma abordagem da história da África anterior à colonização com a mesma relevância que os currículos escolares atribuem à Europa. Nisso, a África seria compreendida não como homogeneidade, ou um país, como muitos acreditam ser, mas enquanto um continente plural, com diversos povos, culturas e ambientes sociais e econômicos distintos. Desse modo, os afrodescendentes teriam sua trajetória revista na participação da formação histórica e social do Brasil.

Com isso, em especial, este estudo se propõe a problematizar um aspecto desta história desdobrado no tema das comunidades quilombolas e sua relação com a educação, no sentido de cotejar as políticas educacionais e os desafios enfrentados por estas comunidades diante da escola quilombola que se insere em seu território, a fim de compreender como se situa esta relação. Portanto, este estudo se coloca como uma contribuição às áreas da educação e cultura, tônica do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura, da Universidade Federal do Pará, Campus do Baixo Tocantins, através da discussão da região em diálogo com a ampla produção acadêmica, nacional e internacional.

Para melhor apresentação e desenvolvimento do tema, a dissertação encontra-se estruturada em quatro capítulos, que procuram trazer conhecimentos acerca da problemática da educação quilombola na comunidade investigada.

O primeiro capítulo versa sobre os principais elementos da pesquisa científica, trazendo as considerações iniciais sobre o tema, apresentando as motivações, os objetivos da pesquisa, bem como o problema e a metodologia a ser utilizada, e algumas elaborações teóricas, que contribuem para explicitar a temática e as escolhas em torno do debate trazido pelo pós-colonialismo e sua contribuição para entender os desafios da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) no Brasil.

O segundo capítulo aprofunda o debate teórico de algumas categorias necessárias para a compreensão do tema em tela, bem como relações étnico-raciais, pós-colonialismo, e políticas educacionais buscando ampliar as bases teóricas as políticas públicas instituídas para a ERER e como se relacionam com a educação quilombola, sob a interlocução da abordagem do Pós-colonialismo.

No terceiro capítulo, faz-se uma breve leitura acerca dos povos afrodescendentes na história do Brasil do ponto de vista histórico e social.

No quarto capítulo situamos o processo de constituição das lideranças quilombolas no *lócus* da pesquisa, a comunidade quilombola de Umarizal Beira, dando

ênfase à trajetória da comunidade na região e a análise dos materiais pesquisados junto às lideranças locais, acompanhadas das observações *in locu*, das entrevistas realizadas com os sujeitos participantes e das reflexões pautadas nos autores da pesquisa, na tentativa de discutir a educação que se faz presente naquele espaço quilombola.

As considerações finais são a síntese provisória do estudo, ressaltando como estes sujeitos narradores se colocam frente aos processos educativos na comunidade, no que se refere aos processos culturais de base africana elaborados pela referida comunidade quilombola.

CAPÍTULO I – CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Neste capítulo, são abordados os elementos teóricos e metodológicos que perfazem o problema, justificativa e os principais objetivos da pesquisa realizada na comunidade quilombola de Umarizal Beira, município de Baião-Pará. Busquei compreender como os sujeitos líderes desta comunidade percebem a forma como são constituídas suas lideranças a partir das suas práticas de resistência, enquanto fator educativo, protagonizada por meio da associação quilombola ali existente.

A temática desenvolvida decorre da promulgação de políticas públicas educacionais, que buscam problematizar a educação das relações étnico-raciais no Brasil, desembocando na reflexão sobre uma educação na qual se debatem a garantia da igualdade racial como princípio e o reconhecimento da diferença como valor. Neste sentido, questões como políticas de inclusão, políticas de ações afirmativas, políticas de diversidade e políticas de diferença passam a compor este universo, chegando-se à reflexão sobre os direitos adquiridos pelas comunidades remanescentes de quilombos, com um olhar especial sobre os fatores educativos.

Neste sentido, este estudo foca na constituição das lideranças por via dos processos educativos desenvolvidos dentro da comunidade quilombola no âmbito dos seus processos políticos que envolvem vários momentos comunitários, interrogando como tais processos são entendidas pelos sujeitos (lideranças) da Comunidade Quilombola de Umarizal Beira, no município de Baião, Pará. Para tanto, apresento os elementos necessários para esta reflexão no marco da pesquisa científica, em especial, o aporte do Pós-Colonialismo, que com suas categorias analíticas vem a auxiliar na compreensão das relações étnico-raciais suscitadas neste estudo.

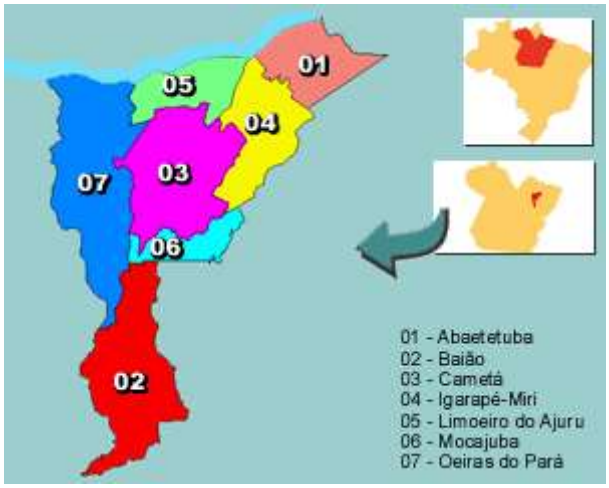
Tomo a iniciativa de iniciar este tópico de motivação do estudo partindo de minha própria experiência subjetiva e formativa do ‘ser negro’ e o encontro com a abordagem da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) enquanto luta coletiva e combate aos racismos instituídos socialmente. Pretendo contar no que consiste a escolha pelo debate acerca das relações étnico-raciais desta comunidade quilombola na mesorregião pesquisada.

Nascer e crescer no Baixo Tocantins[10] remonta a aspectos históricos singulares, pois onde, aparentemente, há uma harmonia entre todas as formas de vida e organização

[10] Composta por sete municípios: Abaetetuba, Igarapé Miri, Limoeiro do Ajuru, Cametá, Mocajuba, Baião e Oeiras do Pará. Esta encontra-se numa área de fronteira, localizada entre a Amazônia Central e

social, há não obstante, como em qualquer outra comunidade brasileira, as várias características no trato da desigualdade racial alimentada por uma suposta harmonia no país. Nessa região, ganha evidência a criação de um município de difícil acesso, que outrora havia sido um centro administrativo regional, pois o município de Baião-PA, historicamente, foi um dos maiores da Região Amazônica no período de sua colonização.

Imagem 01: Imagem ilustrativa da Região do Baixo Tocantins



Fonte: City Brasil (2017 – online).

A forma como me constituo socialmente hoje, principalmente no ensino superior, tem base em ferramentas fornecidas por nosso espaço social, uma estrutura que vela, de maneira estratégica, as forças e mecanismos que excluem os indivíduos "menos aptos" a ocupar alguns espaços, em estrutura que sempre lhes parecem alheias. Para falar sobre mim, que não caminhei distante da maioria dos meninos e meninas negras das comunidades remanescentes de quilombos de Baião, ainda é tarefa difícil, neste aspecto migro para o plural buscando dar sentido a uma trajetória que julgo não menos importante para que este trabalho se concretizasse, retornei para falar não da comunidade de Umarizal Beira, voltei para falar nessa narrativa também de mim, porque ao fazê-lo, conto sobre as vidas de um grupo de pessoas, que vai além deste quilombo, oriundos de um mesmo lugar. Com isto afirmo que a relação minha com a

---

Amazônia Oriental, Nordeste do Pará, coincidentemente é onde passa a linha dividindo a microrregião do Baixo Tocantins e a de Tucuruí. Integra a Bacia do Tocantins, a segunda mais importante do país, superada apenas pela Bacia do Rio Amazonas. É indicada como a de maior potencial para a geração de energia hidrelétrica. Do ponto de vista do seu potencial econômico é um dos eixos de planejamento do governo federal, no que diz respeito à área do transporte e geração de energia, o que prenuncia outros impactos sociais e ambientais para as populações locais (COSTA, 2006, p.21).

comunidade e com a escola e com processos de formação nas adversidades das relações raciais me constituíram como professor, pesquisador negro que compreende-se ao mesmo tempo como sujeito construído dessas relações de poder que ao se colocar nesse momento como o outro da compreensão do objeto não se abstrai dessa realidade que ao mesmo tempo subalterniza os saberes e os poderes "locais", mas também possibilita resistências e formações de consciências que se pautam em outras lógicas de poder contra- hegemônicos e se constitui em identidades bem construídas no saber/poder de uma política pedagógica cultural decolonial.

Assim, a partir desse entendimento, por questão de organização didática, narrarei os fatos seguindo uma sequência demarcada pelo tempo, porém, isso não significa que sejam fatos únicos e isolados, antes disso, estão ligados às pequenas e distintas experiências, algumas descobertas, outras construídas, mas constantemente transformadas e aprimoradas durante a trajetória descrita.

O esforço despendido aqui é o que posso definir como motivação, ou até mesmo, condição necessária para fazer entender o que me leva ao campo de pesquisa, ao que se mostra como subjetivo e pela forma como estamos habituados a fazer academicamente, foge inteiramente à tão almejada objetividade científica. Em outras palavras, revela o militante[11]. O ponto de partida para se entender a situação secularmente enfrentada pela população negra brasileira é refletir sobre a realidade da qual venho, é desvelar sentidos e dar significado, de algum modo até de forma particular sobre o que esta realidade representa.

Como pesquisador, posso inferir que os Quilombos[12] são os espaços que de forma bem específica estão imersos em uma herança cultural diretamente calcada na influência da tradição africana, e que no espaço brasileiro, em especial na Amazônia, vivenciam vários conflitos culturais, por significação, uma disputa travada dentro dos seus limites, cujo objetivo é produzir suas próprias representações, buscar visibilidade diante da sociedade. Mas, o que me incomoda como negro, amazônida, mesmo na

[11] Acredito não haver necessidade de destacar que eventuais juízos de valor não são o objeto deste trabalho.

[12] Gomes (2015) aponta que desde o início do período colonial, estas comunidades ficaram eram denominadas de mocambos e depois quilombos. Eram termos da África Central que designavam os acampamentos improvisados, usados para guerras ou para aprisionamentos de escravizados. Já no século XVII, a palavra quilombo passa a ser associada aos guerreiros imbangalas (jagas) e seus rituais de iniciação. Mocambo, ou mukambu ditas em kimbundu e em kicongo, línguas oriundas da África Central, significava pau de fieira, suportes com forquilhas usadas para erguer choupanas nos acampamentos. Inúmeros estudos entre os quais os de Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Edison Carneiro, Gilberto Freyre, Décio Freitas e depois Kabengele Munanga abordaram a etimologia da palavra quilombo e seu uso.

condição do que eu diria não quilombola, é a forma como são representados o nosso imaginário social. E também as condições socioeconômicas precárias na qual vivem. Esses dois elementos humanos e sociais (cultura e econômico) passa a ser uma espécie de marca histórica desta forma organizativa como uma cultura subalternizada, apesar de percebermos que as comunidades quilombolas se consolidam ao longo dos anos na tradição de resistência aos processos de opressão racial, cultural e econômica que resulta do colonialismo eurocêntrico da modernidade. As lutas históricas contra a colonialidade se traduz no campo das suas lutas por melhorias nas suas condições de vida e nas suas afirmações histórico-culturais de produção de saberes.

Munanga (1996) entende que quilombo no Brasil é uma cópia do modelo africano reconstruído pelos seus sujeitos escravizados em oposição à uma estrutura escravocrata, em na tentativa de combater uma estrutura política na qual estes se encontraram oprimidos. Indivíduos escravizados, revoltados, uniram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocupar territórios não-povoados, de acesso difícil. Imitaram o modelo africano, e transformando esses territórios em espaços de resistência.

O perigo desta representação, cuja origem em geral é o senso comum, reside na generalização do que vem a ser as especificidades de cada comunidade. Coloco-me aqui como alguém que também é originário do mesmo município, e consegue perceber a dureza de estar em um lugar em que se teme não haver perspectiva concreta de desenvolvimento local. Também faço referência a partir de minhas observações, que as pessoas da minha região acreditam, e são percebidas, dentro do um imaginário muito distante dos conflitos do campo e que as dinâmicas territoriais pertinentes a estes indivíduos são harmoniosas quando relacionadas aos campos hegemônicos do poder e isso traz a impressão de que, aqui estamos à mercê de forças que nos influenciam, mas, que são desconhecidas.

Em suma, busco um distanciamento que é proporcionado pelo diálogo que busco traçar com teorias que me ajudam a dar conta da missão que encaro, em debater algo que faz sentido diante dos vários desmandos, principalmente do nosso estado no que diz respeito às várias minorias, que vem apenas contemplar as demandas de uma categoria que ao longo da nossa história vem buscando sanar suas necessidades de se pôr como cidadãos brasileiros.

Nesse sentido, realizo neste trabalho um esforço que emerge de um conjunto de informações já contidas em minhas experiências de negro e cidadão baionense, que conviveu boa parte de sua vida com pessoas desta comunidade, não só de Umarizal

Beira, mas com inúmeros outras pessoas que constituem as diversas comunidades quilombolas presentes no nosso município.

Durante a minha infância na área urbana em Baião-PA, não tínhamos nenhuma relação com as comunidades quilombolas do restante do município, mas se pararmos para refletir este fato, causa certa estranheza, pois em fins da década de 1980 e 1990 o número de escolas no município era reduzido e o número de comunidades que se autodeclaravam quilombolas era de aproximadamente 30, conforme já registradas[13] e ou certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Dessa forma registramos as seguintes: Igarapé Preto, Baixinha, Panpelônia, Teófilo, Varzinha, Campelo, Cupu, França, Araquenbaua, Carará, Costeiro e Igarapezinho, Tambaí-Açú, Boa Vista, Fugido Rio, Paritá Miri, Umarizal, Umarizal Beira, São José do Icatu, Icatu, Santa Fé e Santo Antônio. Entretanto, no nosso imaginário à época, sendo eu uma criança negra, era de que na comunidade de Umarizal Beira, emblematicamente a maior comunidade quilombola do município, era terra de pretos fugidos os "pretos do Umarizal". Essas "informações" soava de forma totalmente pejorativa entre nós.

Este imaginário, construído nos pilares do colonialismo, pois classifica e hierarquiza os grupos humanos por critérios raciais inculcando em uns um complexo de inferioridade em prol de outros que possivelmente seriam legítimos de existir e de se colocar como referencia, tendo em vista que, no nosso caso, éramos crianças da cidade e do interior, crianças brancas e crianças negras, os pretos da cidade e de forma extremamente negativa os "pretos do Umarizal".

Na escola de ensino fundamental menor, de 1989 a 1992, não me recordo de ter ouvido falar de forma sistematizada de algo positivo sobre a população negra. Hoje, me deparo em meio a uma reflexão que me faz entender que a cultura escolar cultivada em nosso município se desenvolvia de forma negligente com relação às relações étnico-raciais e imprimiu em nós um posicionamento de omissão frente a tal problemática. Do olhar que vejo agora, percebo que àquele modo de vida, as culturas e conteúdos ensinados na escola atendia às perspectivas tipicamente "ocidentais", especialmente nas sutilizes das nossas práticas sociais como a religiosidade, a organização social, as necessidades econômicas, vestuário e tudo o que se almeja enquanto satisfação das nossas necessidades, estavam intimamente ligados a um afastamento das culturas ditas tradicionais da nossa região e; dentre estas se encontram os modos de vida dos

[13] Fundação Cultural Palmares, in: https://malungupara.wordpress.com/tag/fundacao-cultural-palmares acesso dia 29/08/2017

remanescentes de quilombo, nossos vizinhos e nossos colegas de classe, que prosseguiam ao nosso lado, sem serem percebidos nas suas humanidades e potencialidades. Foram, estrategicamente, construídos no nosso imaginário como o "outro" da cultura ocidental hegemônica.

Em casa, meu pai e minha mãe educaram meus irmãos e eu, para superarmos as adversidades, mas no que tange à superação das desigualdades étnico-raciais não havia menção alguma, ou se havia ficava nas entrelinhas, as quais custamos a vislumbrar. Curioso que me deparei agora com a ausência do trato com a Educação para as Relações Étnico-raciais - ERER tanto na escola quanto na família, destacando estas duas instituições como responsáveis primeiras pela socialização dos valores e conhecimentos e valores da sociedade. Portanto, consigo facilmente apontar mais uma justificativa para a implementação que conduza aos estudos acerca das relações étnico-raciais, proporcionando novas experiências para as gerações atuais de alunos que outrora serão pais, ou que podem levar para dentro das famílias as reflexões que possam vir a se desenvolver de forma orientada dentro de disciplinas, que de forma específica, possa influenciar na construção de experiências positivas. Esse resultado esperado como tarefa da ERER é o elemento ausente na minha infância e escola, tarefa que ainda vislumbro ver acontecer em nossas instituições formadoras, escolas e lares.

Destaco que a escola foi uma das responsáveis pela manutenção de preconceitos que estigmatizaram, e ainda vem estigmatizando nossos meninos dos quilombos baionenses. Nesse sentido, minha aproximação com este debate me possibilitou olhar e entender a sociedade a qual nos encontramos, interpretar e refleti sobre minhas próprias atitudes, passei a me munir de um posicionamento combativo de preconceitos, racismos e práticas sociais injustas. À medida que aprofundo minhas leituras, percebo que não é possível continuar sendo o mesmo, esse é o sentido deste movimento de Educação para as Relações Étnico-raciais - ERER. Estamos sempre na fronteira e para avançar precisamos sempre de munição capaz de quebrar as amarras que a desigualdade nos impõe. Esse é meu trajeto, foi o que me trouxe até este momento.

A escola, como apontado antes, é o local onde nos deparamos com as diferenças sociais em todos os seus aspectos. Também encontramos limites, nas séries iniciais, a experiência, minha e de minha irmã gêmea (que estudávamos na mesma turma), era um tanto familiar, posto que minha mãe era professora na mesma escola, o grande desafio era nos mantermos dentro daquilo que nos era permitido na nossa educação familiar, a escola se transformara em uma extensão da nossa casa e nos sentíamos numa zona de

conforto, pois tínhamos nossa mãe sempre ao nosso alcance, os apelidos de cunho racial sempre estiveram presentes entre as crianças negras da escola que frequentávamos, mas em grande medida eram tolhidos pela presença da nossa protetora. Apesar de serem frequentes atitudes que nos tratavam de forma diferente por motivação racial, essa discussão nunca ia para dentro de casa.

Quando fui para a 5ª série, já sozinho, pois minha irmã havia reprovado e ficado em uma série anterior, contávamos na cidade com uma escola de freiras que conduziam as crianças para uma adolescência no ensino fundamental maior e que se comprometia ser uma educação de qualidade. Nesta fase o que se tinha de diferente era a especificidade de algumas disciplinas que se desmembravam e a presença marcante da educação religiosa de cunho cristão, o interessante é que naquele ínterim não havia espaço para alguma reflexão a respeito de outras religiões, de outras perspectivas de crenças, outras formas de imaginário, apesar da presença no município de pessoas que comungavam de outras manifestações religiosas, como o candomblé, a exemplo dos emblemáticos Paulo Macieira e dona Zulmira que eram pais de professores e avós de alguns colegas nossos.

Essa fase foi a que nos proporcionou um contato maior com garotos e garotas que vinham da zona rural e em muitos casos das comunidades em que apenas naquele momento estavam se auto-definindo remanescentes de quilombo. Em Cruz (2005) há o uso da expressão "novos-velhos" para designar sujeitos, nesses casos, líderes que protagonizara a construção de "novas" identidades coletivas que se relacionam e surgem de velhas condições sociais e étnicas oriundas da subalternização características das populações indígenas e negras advindas dessas relações de poder degradantes da colonização.

O "novo" aqui trata de expor uma situação que estava invizibilizada, mas se tratando de década de 1990, era um momento em que estes indivíduos passavam a se mobilizar em torno de um movimento que exigia a tomada de posição identitária. Na turma da qual fiz parte da 5ª a 8ª série me recordo bem dos meninos oriundos das vilas de Araquembaua, Umarizal Beira, Umarizal Centro, Igarapé Preto, Baixinha, Vila Dutra e demais localidades, que refletindo sobre estes, não se percebia uma autoafirmação com relação a sua identidade étnica, percebo que de repente era porque os mesmos eram motivo de piadas de cunho racial e socioeconômicos pejorativos. Nesse sentido cria-se uma relação dessa clientela da escola ser tratada como o "outro", ameaçando a sua forma de existir anulando seus modos de vida, sua identidade de comunidade

tradicional, que passa a ser estava passando a ser criada como identidade políticas que diante da tentativa de construção pratica resistência ao estigma que inferioriza. Nesta fase comecei a me perceber também como o "outro"[14], ou seja, não pertencente ao grupo dos iguais, porque as piadas de cunho racial não eram direcionadas aos quilombolas, essa expressão não era familiar a nós, a diferença entre os meninos da nossa escola era fenotípica, se resolvia à flor da pele. Quando comecei a desejar participar dos grupos dos adolescentes logo senti que não fazia parte de grupo algum, não estava no nível dos meninos postos como não negros e não queria estar entre os meninos das comunidades interioranas.

Nessa fase, começo a perceber minha diferença[15], mas a identidade não veio como resposta, faltava orientação, faltava a ERER, aquilo que faltava nos livros didáticos, no trato diante das situações de cunho preconceituoso, discriminatório e racista sem, contudo, citar a ausência de uma educação antirracista que neste ínterim ainda não era fomentada de forma sistematizada nos currículos escolares.

A ausência da identidade racial, de fato me trouxe uma crise que os ambientes escolar e familiar não estavam preparados para resolver. A identidade não estava pré-disposta nas minhas características físicas, tampouco estava na relação com os outros indivíduos, pois, vivíamos em um meio em que os que se pareciam comigo eram tratados de uma forma que me agredia, mesmo que indiretamente, e esse movimento se fazia constante em todos os lugares da comunidade. Aos poucos percebia que meus colegas me viam como diferente. A diferença entre mim e os que estavam mais perto, neste caso os garotos que eram da zona urbana servia para afirmar a identidade deles e subjugar a minha. Essa diferença, a meu ver, mesmo sem preparo algum, estava aos meus olhos, ligada à cor da pele e à textura dos cabelos.

[14] O outro, aqui apresentado, relaciona-se com a ideia de valorizar a identidade étnica divergente do grupo social que caracteriza o indivíduo. Em sentido amplo, podemos apontar o termo "outro" como uma espécie de etnocentrismo às avessas, já que o indivíduo passa a defender uma cultura que não é de seu próprio grupo étnico, gerando perda de identidade (SARAMAGO, 2002).

[15] O conceito "diferença", adotado no decorrer deste trabalho dissertativo, vai ao encontro da concepção de Avtar Brah (2006, p. 329), que afirma sobre a necessidade de não se incorrer no essencialismo para identificar marcadores de diferença. Tal conceito, ao invés de criar rótulos e compelir às categorias que dele derivam um caráter essencialista, como por exemplo, a diferenciação de gênero em indicadores de diferença e de "raça". O que Brah procura evidenciar é que a diferença deve ser adotada a partir de um prisma analítico mais detalhado, que não recaia ao reducionismo quando atribuímos ao conceito significados simplistas, ou essencialista, quando se atribui à diferença como característica imutável, inerente ao fenômeno observado em si, como o racismo, por exemplo. Em síntese, sobre o conceito de diferença, o autor afirma que: "(...) se refere à variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e resignificados".

Esses conflitos existenciais marcam a minha história social e subjetiva, ou seja, a de quem enfrenta a experiência de racismo como significantes da epiderme-corpo-negro na sociedade brasileira que mascara as suas relações raciais pautadas na ideia de democracia racial e difunde ideologias investidas no significado de ser negro como inferioridade natural, dai, pois sem condições de refletir sobre o ser negro, incorpora-se os estereótipos amarrados no primitivo e na ausência de possibilidades de fuga.

Éramos inúmeros colegas negros (as), mas aparentemente queríamos manter distância uns dos outros, parece que havia uma barreira entre nós, talvez algo parecido com a "zona do não ser" explicada por Fanon (1979), uma espécie de vergonha de andarmos juntos, nos entrosarmos, mas em uma coisa éramos idênticos, todos sofríamos com o preconceito e o racismo[16], fazendo alusão a esta passagem em Fanon aparentemente parece que nosso ambiente estava ligado a artifícios de controle como forma de poder característico do poder colonial que ainda se perpetua negando aos negros a existência.

Sempre tive amigos na vizinhança fazíamos muitas coisas juntos, mas na sala de aula a situação era diferente, a escola parecia estar em outro plano, parecia outro mundo. Era visível que os meninos negros eram preocupados em chamar o mínimo de atenção possível, o que parecia ser um conforto era procurar pontuar nas disciplinas e amenizar as diferenças existentes entre os meninos brancos e não brancos.

Minha prática na escola era buscar o disfarce, queria me esconder da forma que podia. Além das piadas e apelidos em relação ao meu cabelo e a cor da minha pele, havia a pobreza como condição. A vergonha, de que fala Fanon, de ser quem eu era me acompanhava sempre, principalmente com relação àquilo que era ressaltado nos apelidos como a cor da pele e os lábios grossos. Sobre o aspecto cultural não consigo relembrar de nada que pudesse merecer destaque, visto que apesar de ser de uma família marcadamente negra não havia em nós nada que nos trouxesse o pertencimento a uma cultura afro, muito menos a algo de cunho étnico ou racial de forma específica. Às

[16] Aqui, preconceito e racismo surgem como categorias que se comunicam, mas com suas devidas distinções. O racismo é conceituado por Wedderburn (2007) como tentativas de explicar a diversidade fenotípica de povos que se distinguiam dos europeus, de onde surgiram teorias raciais (determinismo racial, de Lombroso, ou darwinismo social, que se apropriava de conceitos construído por Darwin como a seleção natural, mas para a sociedade humana); contudo, o autor adota a compreensão fenotípica do racismo, como espécie de diferenciador entre as culturas e valores étnicos de diferentes povos. Com relação ao preconceito, ao contrário do racismo, que no geral é definido como algo depreciativo, Wedderburn (2007) afirma que a ideia preconcebida e pejorativa acerca de uma etnia, delimitada pelo racismo, é que deve ser encarada como problema social, pois se trata de preconceito racial, gerador de agressividade e conflitos entre grupos étnicos antagônicos, branco e negro, por exemplo.

vezes imagino que outra trajetória que devo buscar reconstruir é a da minha árvore genealógica, e de forma específica da parte de meu pai que percebo ser de uma origem bem específica, ligados a uma localidade, a uma propriedade familiar e que perdeu a conexão com tempos anteriores e possíveis representações ou personalidades que nos remetam a uma identidade étnica e racial delimitada espacial, temporal e culturalmente.

A partir dessas experiências que marcam a minha trajetória escolar, das séries iniciais até a 8ª série, nesse exercício de lembrar e refletir sobre mim e sobre a pesquisa que desenvolvo, percebo a ausência que negligencia minha origem, meus obstáculos de criança negra no contato com um mundo que naturalmente excluía a mim e meus iguais. Isso tudo reforçado no contexto escolar. Como se, em outras palavras, de forma inconsciente percebo que há algo que nos leva a sentir um desejo latente de combater a própria imagem e ser branco, como descrito em Fanon (2008):

> Não quero ser reconhecido como negro, e sim como branco. Ora — e nisto há um reconhecimento que Hegel não descreveu — quem pode proporcioná-lo, senão a branca? Amando-me ela me prova que sou digno de um amor branco. Sou amado como um branco. Sou um branco. Seu amor abre-me o ilustre corredor que conduz à plenitude... Esposo a cultura branca, a beleza branca, a brancura branca. Nestes seios brancos que minhas mãos onipresentes acariciam, é da civilização branca, da dignidade branca que me aproprio. Há cerca de trinta anos um negro, da mais bela pele negra, em plena cópula com uma branca "incendiária", no momento do orgasmo, gritou: "Viva Schoelcher!" Ora, quando se sabe que foi Schoelcher quem fez com que a IIIª República decretasse a abolição da escravatura, então é evidente que é preciso falar mais longamente das relações possíveis entre o negro e a branca. (FANON, 2008, p. 163)

Esse comportamento me acompanha ao ensino médio, nesta fase tinha à disposição a oferta de dois cursos técnicos, administração de empresas e magistério, como a tendência natural do subalterno é atalhar o caminho para o mercado de trabalho, lembro muito bem o discurso de convencimento do meu pai: "O que você vai administrar em Baião?", e fui para o curso de magistério, na esperança de conseguir emprego como professor de 1ª a 4ª série da educação básica. Essas lembranças ditas do lugar onde me encontro hoje, me levam a mesma inclinação à crítica sobre aquela formação de professores onde no ano de 1996, data da promulgação da nossa Lei de Diretrizes Bases da Educação Brasileira, sem sombra de dúvidas faltou o debate da ERER, do qual éramos tão carentes naquela fase da vida.

Fazia parte de uma turma com um desnível de idade muito grande, eu estava entre os mais jovens. Dessa fase fica a rememoração, que eu poderia explicitar com o

poema “Eu Tive Fome” de Pe. Guilherme (1996) [17], que posso expressar em um de seus versos “Eu tive fome, e tu não me destes de comer”; na minha interpretação sobre a crítica que este poema, que volta e meia recordo como uma leitura feita na disciplina didática, chama minha atenção para um questionamento que fazíamos ao sistema capitalista que agride de forma ampla às várias minorias e que em nossa demanda era imperceptível alguma contribuição. Nossa “fome” era por esclarecimento, por algo que nos alimentasse enquanto cidadãos, necessitávamos de orientação para combater o que no subalternizava, e mais que isso, com a formação de professores poderíamos multiplicar esse ideal.

A formação para o magistério era dotada de muitas aulas de didática e prática de ensino, para mim que trilhei sempre um caminho em cursos ligados à licenciatura, posso facilmente classificar meus (minhas) professores (as) desta fase como muito bem preparados. As disciplinas com as quais eu mais me identificava era as de conhecimento pedagógico. Foi no magistério o primeiro contato que tive com o conhecimento social, através da disciplina Sociologia da Educação, em uma aula sobre Educação em Durkheim, meio que inconscientemente escolhi o caminho que iria seguir, faria Ciências Sociais. Mas, meu interesse pelas questões étnico-raciais estaria muito longe de surgir. Nesta fase escolar fiz amizades que perduram até hoje.

Durante a graduação em Ciências Sociais Licenciatura e Bacharelado, fui um dos dois alunos declaradamente negros da turma de 2002 da Universidade Federal do Pará, Campus de Marabá. Entramos em contato com um programa que muito se referia as questões étnico-raciais, mas o conteúdo não me agradava muito, não me sentia confortável em debater o tema. A grade curricular do curso era composta de disciplinas distribuídas no turno da noite. Naquele momento passei a me encontrar com os conteúdos da ênfase em Ciência Política. No que se trata de mercado de trabalho que era meio obscuro para quem cursava Ciências Sociais na Região Sudeste do Pará.

No primeiro semestre do ano de 2003, sentia a necessidade de ser independente de meus pais que me mantinham com todas as despesas pagas. Através dos contatos que os colegas da república tinham consegui uma vaga para lecionar como professor contratado pela Secretaria Municipal de Educação de Marabá. A carreira que me traria até aqui estava iniciada. Comecei trabalhando com a disciplina de História, mas a carência no quadro de profissionais da educação era muito maior e como contratado

[17] In: http://almanaquenilomoraes.blogspot.com.br/2016/04/eu-tive-fome.html acesso 31/08/17

vagava por todas as áreas das ciências humanas, Geografia, Estudos Amazônico, Educação Religiosa, e julgo que pela necessidade de me manter ativo no mercado estava disposto a ministrar a disciplina que me oferecessem.

Comecei pela escola municipal Dr. Geraldo Veloso e várias outras, pois a condição de contratado não me dava estabilidade nem local fixo de trabalho. No segundo semestre daquele mesmo ano passei a trabalhar na escola Arte e Manhas, de iniciativa privada, para um iniciante minha carreira havia começado muito bem. Acredito que me encontrei na licenciatura, e apesar do curso também ser de bacharelado, o mundo da pesquisa acabou ficando em segundo plano. O contato com vários profissionais mais experientes me fazia ter noção da responsabilidade que eu assumia, lidar com conhecimento, aprender a ser responsável financeiramente, procurar honrar com meus compromissos, ser exemplo pra várias crianças e adolescentes com os quais tinha contato nas mais variadas comunidades onde tive oportunidade de trabalhar, do Bairro do Novo Horizonte à Morada Nova, do São Félix a Velha Marabá, do Belo horizonte ao Liberdade, do Colégio Santa Terezinha ao Madre Celeste.

As experiências proporcionadas nos cinco anos como professor em Marabá estão marcadas em mim, foram inúmeras, de aprender a lidar com a inexperiência, com a instabilidade dos três primeiros anos, a ser um professor concursado para as séries iniciais a trabalhar com pré-vestibular e em escolas particulares. Foram muitos ambientes de ensino e formação, neste tempo a Lei 10.639/03 já existia, mas, nem se falava, e o interesse pela temática com a qual estou envolto na atualidade ainda estava por vir.

A temática abordada no Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, devido ser da ênfase em Ciência Política foi relacionado às políticas públicas que envolviam os setores público e privado na gestão do Prefeito Sebastião Miranda Filho de 2002 a 2004, assim já começo a me familiarizar com o debate sobre políticas públicas, agradeço à professora Drª. Marilza Sales Costa por ter me apresentado o mundo da pesquisa muito útil posteriormente, nesta fase estava com o pensamento fixo em retornar a Tucuruí-PA, pois havia sido aprovado no concurso da Prefeitura Municipal daquele município. No entanto, apenas em 2008 daria certo, retornei para Tucuruí para assumir o concurso da Secretaria Estadual de Educação.

Por coincidência cheguei ao município no mês de setembro, me apresentei na escola e tive como proposta de trabalho, que caberia para a disciplina de Sociologia,

assumir o projeto de consciência negra que culminaria no dia 20 de novembro[18], dia da consciência negra, daquele ano. Foi a primeira vez que havia me deparado com essa problemática. De forma intuitiva busquei elaborar uma ação pedagógica que acredito ser de imediato o que qualquer pessoa que não tem familiaridade com o tema faria, fiz uma abordagem totalmente folclórica sobre a temática, destaques para a culinária, música, danças e principais personalidades negras do Brasil e do mundo. E o mais interessante é que a Lei 10.639/03 não era do meu conhecimento, tampouco eu saberia o universo que ela poderia me proporcionar.

No ano seguinte prestei concurso para a disciplina de Sociologia como substituto do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) onde fui apresentado a uma proposta de fundação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena (NEABI), no qual passei a fazer algumas leituras que vieram a me proporcionar reflexões que finalmente seriam definitivas para que eu me situasse frente à necessidade de desenvolver um discurso e uma prática condizente com a realidade da população negra e que me fez tomar um posicionamento crítico frente à realidade que enfrentamos, ou melhor, que eu sempre enfrentei, mas que as circunstâncias da vida não me deixavam enxergar. A partir daqui passei a frequentar ambientes acadêmicos, a fazer parte de debates, a utilizar as ferramentas com as quais a sociologia havia me munido e utilizá-las para somar com essa causa. Neste ponto da minha trajetória me tornei militante, finalmente me encontrei. Mais do que o enfrentamento da rejeição a cor da pele, a dominação histórica, a destruição da cultura, percebo que ao negro é negada a possibilidade de expressão, e como apontado por Souza (1983), há uma dificuldade de se construir a identidade do negro, ou que vem sendo discutido em Cunha Júnior (2006), quando afirma que há no Brasil um 'racismo anti negro' que se descaracteriza pela ideologia da mestiçagem, como resultado da eliminação dos antagonismos e diluição de interesses e posicionamentos políticos, culturais e econômicos.

O debate sobre a ERER me trouxe a percepção da importância dos Estudos Culturais, a necessidade de compreensão das relações de poder, a habilidade de vislumbrar o que está por trás dos discursos, a percepção do que configura os regimes ideológicos, nos vários campos sociais. Deste momento em diante passei a entender que a escola pode ser pensada como um lugar de humanização em que todos os envolvidos

[18] Dia da Consciência Negra. Esta data visa manter viva a lembrança da resistência de Zumbi de Palmares e a de que a escravidão foi conquistada a peso de muita luta por parte dos próprios escravos, que não deixaram de lutar contra o sistema opressor do período colonial e imperial.

aprendem e naqueles dias eu era novamente um aprendiz. O primeiro contato com a disciplina Educação para as Relações Étnico-Raciais em uma turma de licenciatura em Biologia do IFPA, no município de Pacajá foi o momento no qual mais aprendi sobre a necessidade de uma disciplina que pudesse demarcar o florescimento de uma escola dotada de profissionais preparados para o acolhimento das diferenças, um ambiente de esperança que pudesse combater o longo processo de exclusão, pelo qual muitas categorias sociais brasileira passaram ao longo da nossa história, e na minha prática caberia influenciar na construção de um espaço para os meus iguais.

Devido ao tão prazeroso dever de formação, decidi participar da seleção no Mestrado em Educação e Cultura, pois a familiaridade que tinha com as disciplinas pedagógicas durante o magistério passou agora a ser uma constante no meu dia-dia e na minha prática docente, a partir da aprovação eu estaria envolto na temática étnico-racial. Assim, ao olhar para minha trajetória até onde havia chegado, busquei construir um projeto de pesquisa que abordaria os desdobramentos do debate acerca das relações étnico-raciais e como isso se relaciona com a comunidade quilombola de Umarizal Beira, no município de Baião, Pará. Auxiliado pelo trabalho acadêmico de minha orientadora no Curso de Mestrado em Educação e Cultura, Drª. Gilcilene Dias da Costa, na linha de pesquisa Educação, Cultura e Linguagem, construímos os redimensionamentos desta proposta de estudo, o qual se volta para o prisma: **a constituição de lideranças quilombolas e práticas de resistências como fator educativo na comunidade quilombola de Umarizal Beira, no município de Baião, Pará**, numa tentativa de visibilizar a história dos Quilombos ou da população negra da Amazônia.

De volta ao começo, feito todo o certame não havia dúvidas de que iria encarar o desafio da formação, e os 200 km que separam os municípios de Tucuruí (onde resido) e Cametá (onde estudo) não seria distância para mim, seria uma nova oportunidade de tecer novas pontes e relações com a comunidade quilombola de Umarizal-Beira em Baião no decurso deste caminho. As várias disciplinas cursadas no Mestrado só fizeram com que eu, mais do que nunca, assumisse uma postura diante de atitudes que explicitamente revelam práticas de discriminação e preconceito/racismo em relação às pessoas negras. Por muito tempo, estive em silêncio, como uma forma de proteção. Agora posso dizer com segurança que essa postura só contribuía para alimentar o que o outro diz que sou e passei a entender que dessa forma essa postura nos mantém presa fácil às diversas formas de discriminação.

Buscar embasamento para meus debates e enriquecimento para a minha prática docente na ERER implica delimitar o território para a transformação da nossa realidade, e tentar desnaturalizar aquilo que é facilmente embutido na cabeça da população negra do Brasil, isto nos faz perceber que muitas práticas estão postas na sociedade, e se reproduzem através dizeres, ditos populares, que reforçam estereótipos, que inferiorizam nós negros. Quebrar o silêncio é o ponto de partida para nos defendermos. Aqui certamente busco seguir a ideia presente na sugestão de Bhabha (2010), desenvolvo e pratico um processo discursivo atento para o espaço entre o viver e o interpretar, como um 'terceiro espaço', interstício entre significante e significado, considerando o contexto sócio histórico e ideológico enquanto usuário da linguagem, a partir daqui me vejo no *lócus* da enunciação, a partir daqui fica visível o hibridismo presente em todo esse contexto. As práticas discriminatórias passavam despercebidas diante da sutileza pela qual o racismo, o preconceito e a discriminação se utilizam para camuflarem e naturalizarem as desigualdades. Minha aproximação com este debate me possibilitou olhar e entender o meu passado, interpretei e refleti sobre minhas próprias atitudes, passei a me munir de um posicionamento combativo de preconceitos, racismos e práticas sociais injustas.

À medida que aprofundo minhas leituras, percebo que não é possível continuar sendo o mesmo, esse é o sentido deste movimento de ERER. Estamos sempre na fronteira e para avançar precisamos sempre de munição capaz de quebrar as amarras que a desigualdade nos impõe. Esse é meu trajeto, foi o que me trouxe até este momento, sobremaneira, mesmo através das críticas que aponto sobre a escola esta teve papel fundamental e se cumprisse o que teoricamente deveria, imagino: seria diferente? Fica bem claro na minha trajetória de vida a importância de um conhecimento especifico sobre a população negra e as relações étnico-raciais e educação na construção de minha identidade como Professor, pesquisador, negro e militante das causas das populações afro-brasileiras.

Ao situar a minha própria constituição, nos termos que nos ensina Hall sobre Identidade cultural, compreendo que as lideranças quilombolas, assim como eu, também, deveras tiveram enfrentamentos de situações semelhantes de preconceitos e discriminação raciais. Mas, por outro lado, a implementação de políticas culturais no Brasil que conecta currículos escolares com políticas de territórios, cidadania e direitos humanos motiva, estimula, direciona as lutas e as configurações das comunidades e se constituem em estratégias culturais, no interior do qual se efetua o deslocamento das

disposições de poder. As lideranças quilombolas da associação da comunidade Umarizal-Beira se constituem em contextos repletos de conflitos existenciais, políticos e econômicos, essas tensões e enfrentamentos desenvolvem visões de mundo, estratégias de negociação e 'traduções culturais' (BHABHA, 2010), conforme venho observando com base nos aportes do Pós-colonialismo.

Dessa forma, entendemos que há identidades e que são construídas no processo de experiência da vida, nos embates, nas lutas, nas formas de se posicionar, escolher, acreditar; nos valores impregnados de significados, ou na ausência daquilo se que busca nos processos de completude humana.

> O que isto sugere é que a identidade emerge, não tanto de um centro interior, de um verdadeiro e único, mas do diálogo entre os conceitos e definições que são representados para nós pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados, de sermos interpelados por eles, de assumirmos as posições de sujeito construídas para nós por alguns dos discursos. (HALL, 2006, p. 8).

Hall (2006, p. 13) afirma que "o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções". As identidades são emergentes e descentradas de acordo com as configurações do cotidiano, pois a medida que os sujeitos são interpelados, eles se posicionam. Nesse sentido, as identidades, são "politizadas" e sustentadas a partir das representações e processos que os sujeitos criam. Por isto, nunca estão prontas, são processos. E também não é uma invenção do eu interior, pois àquilo que se parece sedimentado, nada mais é do que diferentes modos de pensar e agir que escolhemos para nós. Mas as identidades são construídas e reconstruídas no interior dos sentidos e dos significados que a cultura e a sociedade favorecem.

É por isso que a problemática do estudo, anteriormente anunciada, se desdobra em **objetivo da pesquisa: analisar como ocorre o processo de constituição de lideranças quilombolas e práticas de resistências como fator educativo na Comunidade Quilombola de Umarizal Beira, Baião-Pará**. A pesquisa se vislumbra como Pós-colonial na medida em que pretende dar visibilidades a práticas educacionais e políticas culturais de identidade que se pautam na tradição e na relação com a sociedade mais ampla.

Nesse sentido, em concordância com Hall (2006) a respeito das comunidades ditas minoritárias e sua relação com a tradição e a modernidade, afirmo que não há uma

noção de binarismo (dentro/fora; local/global; particular/universal) como algo fixo com vias únicas, há sim o *hibridismo*.

> Não permanece no interior de fronteiras únicas nem transcende fronteiras. Na prática, ela refuta esses binarismos. Necessariamente, sua noção de comunidade inclui uma ampla gama de práticas concretas. Alguns indivíduos permanecem profundamente comprometidos com as práticas e valores tradicionais [...]. Para outros, as chamadas identificações tradicionais têm sido intensificadas (por exemplo, pela hostilidade da comunidade hospedeira, pelo racismo ou pelas mudanças nas condições de vida mundiais). Para outros ainda, a hibridização está muito avançada – mas quase nunca num sentido assimilacionista. Esse é um quadro radicalmente deslocado e mais complexo da cultura e da comunidade do que aqueles inscritos na literatura convencional. O hibridismo marca o lugar dessa incomensurabilidade. (HALL, 2006, p. 72)

Ainda conforme o autor, as pessoas em condições diaspóricas são obrigadas a adotar posições de identificação deslocadas, múltiplas e hifenizadas. Dessa forma as lideranças quilombolas, constituem um grupo diaspórico uma vez que são remanescentes das comunidades Afro-brasileiras os quais, portanto, lutam contra o racismo, o preconceito e a discriminação racial direta e indireta; o racismo institucional e do estado brasileiro.

Com base nos pressupostos teórico-políticos do Pós-colonialismo, busco problematizar o estabelecido na Constituição Federal em seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1° do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, o diálogo com os Art. 26, 26 A e 79 B da Lei 9.394/96 - LDB, que asseguram "o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira" é indispensável já que as práticas de resistência da comunidade permeiam todos os seus momentos.

Os dispositivos legais apontam para a necessidade de diretrizes, políticas e ações concretas que orientem a atuação da sociedade e em especial dos sistemas de ensino empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, e comprometidos com a educação de relações étnico-raciais positivas, que tais conteúdos devem conduzir. A partir do exposto, pretende-se contribuir para evidenciar ações que visem formas de valorizar o repertório cultural e étnico desta comunidade, no sentido de proporcionar melhores condições para o enfrentamento das desigualdades sociais existentes no cenário educacional amazônico.

Frente ao exposto, o objetivo central desta pesquisa consiste em analisar o processo de constituição de lideranças quilombolas e de práticas de resistências como fator educativo na comunidade quilombola de Umarizal Beira, Baião-Pará. Neste sentido, torna-se necessário atingir alguns objetivos complementares, quais sejam: A) Estudar o Racismo como categoria analítica na compreensão das relações étnico-raciais, com foco no Pós-Colonialismo; B) Compreender a historiografia afrodescendente e seus desdobramentos para a formação da identidade da comunidade local; C) Historicizar e descrever o processo de constituição da comunidade remanescente de quilombo de Umarizal-Beira, ressaltando seus elementos culturais, étnico-raciais e políticos na relação com a educação não formal.

No intuito de nortear a discussão e entender o fenômeno apresentado, assim como a maneira como ele está exposto, elaborei uma problemática como tentativa de explicitar uma realidade conhecida, devendo, no entanto, ser desdobrada no decorrer desta pesquisa, para assim se verificar as suas conexões com o campo de investigação em questão.

Diante do contexto no qual estão envoltas as relações étnico-raciais de pesquisa, elucidamos a seguinte **pergunta: Como ocorrem os processos de constituição de lideranças na comunidade quilombola de Umarizal-Beira, no município de Baião, Pará, considerando as práticas de resistências como fator educativo?**

Esta questão inicial será combinada com outras três, no sentido de evidenciar, na comunidade quilombola, a discussão educacional em seu compromisso com o debate das relações étnico-raciais. Assim, as questões norteadoras aqui apresentadas surgem do trabalho de observação empírica, bem como do acúmulo de leituras referente à temática em questão no campo dos estudos Pós-coloniais.

1) De que forma o Pós-Colonialismo como campo teórico pode auxiliar na compreensão da categoria analítica do Racismo no campo das relações étnico-raciais?

2) Sob quais aspectos a historiografia vem apresentando o afrodescendente e seus desdobramentos no sentido do que constitui sua formação identitária enquanto comunidade local?

3) Como se deu o processo histórico de constituição da comunidade remanescente de quilombo de Umarizal-Beira no que tange aos elementos culturais, étnico-raciais e políticos e como isso está para a relação com a educação não formal?

Isto significa que são necessários procedimentos teóricos e metodológicos que possam ampliar o conhecimento sobre a temática em tela e o conhecimento mais amplo do processo de constituição da comunidade quilombola nesta região do Pará.

O pressuposto teórico e metodológico deste estudo se pauta no debate Pós-colonial e Educacional, a partir de uma reflexão que leva em consideração a inter-relação entre diferentes áreas de conhecimento na compreensão de determinado fenômeno social, como perspectiva de "amenizar a fragmentação existente no ensino e estabelecer um diálogo entre as várias formas de conhecimento" (SANTA CATARINA, 2014, p.03), que se manifesta cada vez mais no cenário da educação brasileira.

Nesta pesquisa, como objetivamos analisar como ocorre o processo de constituição de lideranças e práticas de resistências como fator educativo na comunidade quilombola de Umarizal Beira, Baião-Pará, buscamos realizar uma pesquisa de campo, para termos um trato mais preciso com as relações que se desenvolvem na comunidade, a partir das especificidades da cultura dos sujeitos da pesquisa.

Desta forma, a pesquisa se coloca também de forma descritiva e analítica, porque visou amplificar a visão das lideranças da comunidade de Umarizal Beira em face as limitações que impedem outras instituições presentes na comunidade em promover práticas de resistência que contribua com a visão de mundo dos mesmos, face às demais culturas.

Situamos os procedimentos teóricos e metodológicos desta pesquisa ancorados na concepção *Pós-colonial*, buscando identificar como a sociedade brasileira se constituiu de formas inorgânicas, colocando em evidência a transformação do status colonial para o nacional a partir da atuação de diferentes grupos sociais. Deste ângulo, a pesquisa se articula com uma abordagem de natureza *qualitativa*. Essa abordagem se propõe a responder às questões particulares das Ciências Sociais (Aplicadas), trabalhando com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais aprofundado das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Também assume características da perspectiva interpretativa de pesquisa, que valoriza a história e a cultura do lugar e das comunidades do local, sem perder de vista a história e a cultura de matriz africana, que considera a sucessão de gerações e de grupos ancestrais (CUNHA JÚNIOR, 2005).

Este debate anterior dialoga com a abordagem da *afrodescendência*, que segundo seus formuladores exige aos pesquisadores adentrar e compreender a situação, os valores sociais e as formas culturais das comunidades afrodescendentes. Para tanto, se faz necessário reconhecer o pensamento de base africana como um dos elementos importantes para compreender a constituição da sociedade brasileira sob uma perspectiva dialógica e analítica capaz de identificar sujeitos que promoveram a nova perspectiva nacional. (CUNHA JÚNIOR, 2005).

Com isso, os procedimentos pressupõem também a compreensão do aporte teórico e filosófico apresentado por autores que se colocam como pós-coloniais, apresentados a seguir, como base na busca de apreensão dos processos de subjetivação da comunidade pesquisada.

A partir das relações entre o campo pós-colonial e educacional, ocorre a reflexão sobre a necessidade de se pensar as interpelações das culturas de origem afro e as práticas cotidianas frente às outras práticas culturais, no âmbito da educação formal e não formal, no circuito da crítica ao colonialismo, com base nos pressupostos da interpretação das relações sociais.

Comungo com a acepção de que "a educação é expressão do social e da cultura que caracteriza os seres humanos e que, por ser histórica, transforma-se ao longo do tempo" (VALENTE, 2003, p. 42). Isso traz uma perspectiva mais abrangente, a de incluir no processo educacional novas experiências em que a diversidade étnico-cultural possa servir de base à formação plena de uma cidadania, como por exemplo, os valores civilizatórios presentes, as religiões de matrizes africanas, entre outros. Nessa perspectiva, os PCNs (BRASIL, 1999, p. 2), quando discorre sobre a escola e seu papel no contexto social, verifica-se que:

> O saber, transmitido de forma sistemática através da escola, e sua universalização, só foi incorporado aos direitos sociais dos cidadãos recentemente, no século XX, quando se passou a considerar como condições básicas para o exercício da cidadania a educação, a saúde, o bem-estar econômico e a profissionalização. A contribuição da educação escolar em todos os níveis e modalidades para o processo de universalização dos direitos básicos da cidadania é valorizada pela sociedade brasileira cujos representantes aprovaram a Lei 9394/96[19].

A educação básica, particularmente, situa-se na conjunção do direito à educação e do direito ao trabalho. Por um lado, sendo eficaz para aumentar o acesso bem-sucedido ao mundo do trabalho, ainda que não tenha poder, por si só, para gerar

[19] Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional de 23 de Dezembro de 1996.

emprego, por outro, também com o compromisso de construir processo de cidadania, a partir da ampliação do conhecimento sobre a história da população negra. Dessa forma, instituem-se as:

> Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas instituições de ensino que atuam nos níveis e modalidades da educação brasileira e, em especial, por instituições que desenvolvem programa de formação inicial e continuada de professores. (BRASIL, 2004, p. 01).

No que concerne ao Brasil, como se pode ver acima, a lei que estabelece a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, também determina, dentre outros:

> a) a revisão dos currículos a fim de adequá-los à lei; b) qualificação dos professores e o seu constante aperfeiçoamento pedagógico; e c) que a implementação da lei fique a cargo do Poder Executivo, ou seja, ao que tudo indica, a lei considerou que era necessário não somente introduzir o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos ensinos fundamental e médio, como também qualificar os professores para ministrarem esse ensino (BRASIL, 2004, p. 01).

Apesar desta determinação, conforme Coelho e Coelho (2009, p. 193) "[...] o negro está ausente do processo educacional em função do despreparo profissional dos docentes em lidar com a complexidade da questão racial no Brasil [...]". Portanto, é fundamental que as instituições de ensino, tenham professores qualificados para o enfrentamento de uma educação de base antirracista e não eurocêntrica. Considera-se necessário pensar uma mudança profunda nos programas e currículos da educação básica, uma vez que atualmente elas não são capazes de cumprir os objetivos da Lei nº 10.639/03.

> A maioria dos cursos de formação de professores não atenta para o lugar crucial que a questão étnico-racial tem, não apenas na formação da identidade, mas na construção da autoestima e, consequentemente, no desempenho escolar do aluno. Um aluno que não se reconhece como igual ao padrão aceito e legitimado pela sociedade não se esforça, frequentemente, para apreender um conhecimento que não somente não o reconhece, mas o excluí.
> Além disso, as teorias pedagógicas, em voga nas disciplinas e teses formuladas nos cursos de formação de professores, não são utilizadas para se pensar a questão étnico-racial e para se problematizar o quanto essa questão serve para a reflexão sobre o lugar da escola como um lugar de reprodução do preconceito. Da mesma forma, esse aparato não é utilizado para se pensar o ensino formal como um caminho para a sua superação (BRASIL, 1993, p. 02).

Há ainda a necessidade de efetivação de ações concretas em todos os setores sociais aos quais a educação está vinculada, em um diálogo com o pensamento de Jean Claude Forquin e Tomaz Tadeu da Silva (2000), no que diz respeito às noções de universalidade e de pluralidade e suas implicações nos processos educativos perpassando pelo currículo escolar. A análise da função da escola e a construção do currículo escolar deve ser feita levando em conta a contradição entre relativismo e universalismo, dando destaque ao debate das contribuições dadas pelo multiculturalismo para o entendimento do papel da formação escolar.

De acordo com Silva (2000), Forquin separa o conhecimento científico das relações sociais que o legitimam, relacionando tal processo a uma divisão entre ciência (universalismo) e cultura (relativismo), além de contestar a legitimidade da "cultura geral" que é posta como a base do currículo escolar.

Homi Bhabha (2010) propõe uma crítica das relações de poder entendendo estas como híbridas, como já mencionado acima, e em sentido multilateral apontando a impossibilidade da totalização da estrutura global e totalizadora. A partir desse ponto de vista a alteração do currículo para a adequação a favor de uma educação para as relações étnico-raciais é caracterizada por uma temporalidade performática, "as lógicas culturais alternativas", que seria a proposta que desestabiliza o seu conteúdo reprodutor.

As contribuições analíticas dos autores citados são cruciais para analisar o processo educativo e seus desdobramentos a partir da cultura e das relações de poder. Tal análise levanta uma firme crítica destes pressupostos, contribuindo para o debate teórico, e subsidiando intervenções críticas nas relações sociais de produção de cultura.

No Brasil, assim como em outros países de fortes raízes africanas torna-se inadmissível abordar essa variação de debate sobre etnicidade sem levar em consideração o trabalho de Franz Fanon, pelo menos as obras *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008) e *Os Condenados da Terra* (1979), que embasam a análise e a discussão das dificuldades enfrentadas por africanos e afrodescendentes na busca do respeito da sua identidade, em meio a um processo de constituição de um mundo colonizado por europeus.

Neste trabalho cabem as considerações levantadas na obra de Neuza Santos Souza, *Tornar-se Negro* (1983), assim como os estudos de Marilene Paré sobre a autoestima de crianças negras (1991), Ademil Lopes (1994), Consuelo Silva (1995) acerca do processo de socialização da criança negra na escola.

O empenho epistemológico pós-colonial coincide com a natureza do seu objeto, que do ponto de vista da atuação de seus autores nasce de uma variante do pensamento pós-moderno no seu movimento teórico contra regulatório de "descentramento do sujeito iluminista", colocando outras explicações políticas como o pan-africanismo[20]. Este processo não se dá de forma inconsequente politicamente, os estudos pós-coloniais pretendem desconstruir os discursos proferidos no âmbito dos pensamentos coloniais e neocoloniais, empreendendo críticas à forma negligente, de como se dá a percepção da diferença cultural, limitadora da compreensão da humanidade.

Na contramão das metanarrativas modernas, a exemplo do Materialismo Histórico Dialético e do Funcionalismo, os pós-modernos as recriam a exemplo de Rawls (1993). Para o centro das atenções teóricas são trazidas as tendências ao pluralismo e o debate sobre a industrialização da cultura, elementos que estavam à margem do debate nas metanarrativas exemplificadas acima, pondo em xeque a credibilidade de métodos e categorias científicas que se autodenominavam neutros e que produziam discursos que ordenam, classificam e hierarquizam a realidade social. (APPIAH, 1997).

O paradigma pós-colonial valoriza o dissenso e a multiplicidade, opta pela diversidade, pela diferença, rejeita o consenso e a síntese, enfatiza o cotidiano, considera a emoção, o sentimento, a intuição, a reflexão, o cosmos, a mágica, a religiosidade, a experiência mística, os mitos. Este quer desconstruir e reconstruir metodologicamente pela crítica negativa do discurso, visando se remontar na percepção das metanarrativas de regulação, arrumando-a sob outras perspectivas e na ênfase a sua subjetividade. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 1998).

A reconstrução metodológica que mais se adequa ao advento do pós-colonialismo dentro das possibilidades de leitura de Oliveira Filho (1998) é a diacrônica, onde privilegiando o momento histórico da ciência do ponto de vista do levantamento da linguagem científica em sua sintaxe e significado, nos deparamos com Stuart Hall (2009), o autor inaugura uma discussão que leva em consideração pensar a cultura e como ela se relaciona com as estruturas sociais de poder, estas estruturas com estratégias, posicionamentos, recursos e políticas. Seu ponto de partida é a diáspora,

[20] O movimento pan-africano teve sua origem a partir da solidariedade que grupos negros do Caribe e dos Estados Unidos engendraram, como forma de resistência à violência da segregação racial que caracterizava esses países. Assim, um dos percussores desse movimento foi o advogado negro Sylvester Willians, de Trindad, que utilizou o termo pan-africanismo em evento ocorrido em Londres, no ano de 1900.

Stuart Hall nasce na Jamaica, em 1951 começa a estudar literatura na Universidade de Oxford, na década de 1960 e propõe o pós-colonial, visão que se desenvolve no reconhecimento de sua dívida com Foucault e Derrida que o influenciaram a desconstruir o discurso colonial, introduzindo a diferença nas metanarrativas generalizadoras e eurocêntricas.

Numa leitura detalhada de Hall (2006; 2009), um dos autores que contribuíram para a crítica pós-colonial, se destaca a efetivação do deslocamento da "estória da modernidade do centro europeu para a periferia" [21]. Neste momento ocorre o incentivo e o nascimento de histórias e temporalidades, com múltiplas conexões culturais descentradas que passam a fornecer outro tom à interpretação do mundo contemporâneo. O mundo passa a ser percebido como tendo fronteiras dissolvidas e continuamente rompidas, o destaque dado à diferença e à fragmentação contrapõe a hegemonia de um discurso que homogeneíza e centraliza as experiências históricas no ocidente, dando visibilidade à produção de identidades que enfrentam a globalização hegemônica de forma desafiadora alargando o conhecimento dos fenômenos humanos.

> Dessa forma, o pós-colonial provoca uma interrupção crítica na grande narrativa historiográfica que, na historiografia liberal e na sociologia histórica weberiana, assim como nas tradições dominantes do marxismo ocidental, reservou a essa dimensão global uma presença subordinada em uma história que poderia ser contada a partir do interior de seus parâmetros europeus (HALL, 2009, p.106).

As obras que servem como emblema desta perspectiva, e que merecem destaque como elaborações que demarcam o pensamento pós-colonial frente às demais, são sem dúvida as que delimitam e melhor definem dinamicamente o fluxo do seu objeto real que, na visão de Oliveira Filho (1998, p. 266), "é o essencial para a construção de suas significações como tarefa das comunidades científicas". Dentre elas podemos enfatizar além das obras de Stuart Hall, Edward Said (2009), com o livro *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*; Homi Bhabha (2010), com *O local da cultura*; Anthony Appiah (1997), com *Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura* e Gayatri Spivak (2010), em *Pode o subalterno falar?*, dentre outros. Tais obras demarcam sua especificidade, tanto porque seus autores vieram das margens do sistema colonial, sendo eles híbridos e, sobretudo, porque estes passam a atuar numa proposta de dialética das identidades ou da tradução, como destaca Hall (2006), passando a partir

[21]Centro e periferia, conforme Ojima (2005) ganham um viés de dicotomia, representando a demarcação da exclusão, das desigualdades e da reprodução e apropriação desigual dos espaços, mais ligada à periferia, do que os espaços privilegiados que representam o centro.

daí a ser a influência do futuro da modernidade, retirada de um domínio interpretativo que narra sua história de forma linear e universal.

De acordo com Appiah (1997, p. 216), "o pós-colonialismo em seu pós contesta as narrativas legitimadoras anteriores em nome das suas vítimas, se põe como posterior aos pós-nativista, a literatura pós-realista, a solidariedade transnacional", ao pessimismo. Isso tudo é feito em nome de um universal ético, do humanismo. A partir desta base, ele se desmembra do pós-modernismo ocidental, passando a ser um adversário com o qual pós-modernistas tem a aprender.

Cabe destacar a atuante crítica que a vertente do pós-colonial latino-americana nascida nos Andes, conhecida pela denominação modernidade/colonialidade, faz do pensamento neocolonialista na era do capitalismo global. Tal como o pós-colonial, esta incide na tentativa de desconstrução de narrativas colonizadoras sobre a América Latina, buscando demonstrar como o discurso moderno é sustentado por concepções que totalizam e reduzem as humanidades.

Neste ponto, defino uma metodologia investigativa pós-colonial, com o viés do tratamento dado nesta tentativa de reconstrução metodológica sob a ótica de Oliveira Filho (1998, p. 269), de forma específica esta tem por objeto a linguagem das Ciências Sociais, que é o que constitui sua metateoria. Nestes termos, a proposta pós-colonial andina, a exemplo de Walter Mignolo (2003), defende a importância de vislumbrar a América Latina como *lócus* de enunciação incorporado de seus conhecimentos e saberes, ao longo do tempo subestimado.

Neste sentido, é possível ter como referência também o discurso de Bhabha (2010), definido como na contramão dos discursos que pressupõe o conhecimento político a partir de uma questão epistemológica, calcado nas dicotomias aparência-realidade, exterior-interior, teoria-prática. Ousei convergir à crítica pós-colonial ao empenho das questões calcadas na "etnicidade", buscando abordar o desenvolvimento do objeto real a partir do "Terceiro Mundo", considerando este sem qualquer complexo de inferioridade, desde que se atente aos processos diaspóricos que compõem suas histórias. Ao fazer do Oriente o outro do Ocidente, como disse Said (2007, p. 12), "o discurso colonial reforçara uma concepção binária e essencializadora da cultura que precisava ser desconstruída".

Dando continuidade à construção teórica, o próximo item trata do Pós-colonialismo e suas abordagens históricas para uma melhor compreensão do debate em torno das relações étnico-raciais.

CAPÍTULO II – RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, PÓS-COLONIALISMO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: AMPLIANDO AS BASES TEÓRICAS

A partir da década de 50 do século XX o movimento negro se direciona para inclusão educacional dos conhecimentos científicos que abarca a negritude brasileira. E paralelo a esse movimento podemos entender em Frigotto (2000) que o Estado passa a se preocupar com o direcionamento de subsídios ao capital privado, é a criação de ambientes como as escolas comunitárias, das organizações de centros populacionais, das escolas cooperativas dentre outras desta iniciativa. Enquanto o movimento negro quer vislumbrar sua problemática o que temos no imaginário de planejamento para a educação em sentido econômico é a ideia de repasse de dinheiro aos alunos pobres e suas famílias com a possibilidade de escolha do tipo de educação e de instrução que este "quiser", é quando eclodem as escolas publicas-empresas, a filantropia e a proliferação de centenas de Ongs. Na década seguinte esses movimentos pleitearam reivindicações em prol da Lei 4024/61 que defendia os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade humana. Legislaram a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça (SILVA JUNIOR, 1998).

Nesta perspectiva, observa-se o posicionamento crítico de Neves (2005), quando afirma que há um conjunto de fatores que determinam aa política educacional no Brasil contemporâneo, cuja massificação faz colocar em vigor uma verdadeira pedagogia da hegemonia, amplamente debatida pela autora em sua tese de doutorado.

No que diz respeito ao termo "pedagogia da hegemonia", a Neves (2005) buscou subsídios na afirmação de Gramsci de que toda hegemonia é pedagógica. Dito de outra forma, hegemonia aqui é tratada como um conjunto de forças que conduzem para a relação de dominação entre classes privilegiadas, a burguesia e as camadas populares alijadas das benesses do estado. Assim, a classe dominante faz uso do Estado gerencial, de forma coercitiva, para construção de um consenso permeado pela educação brasileira. Neste contexto, a autora faz referência à transição política no Brasil, aludindo para os governos de FHC que determinaram o desmonte do estado desenvolvimentista para um estado neoliberal de terceira via, cuja consolidação teria se dado no decorrer do governo Lula.

As políticas educacionais voltadas para os "excluídos", neste sentido, ganharam vigor no decorrer desse último governo, com a promoção de ações afirmativas[22] para a abolição do preconceito e desigualdades sociais, em 31 de agosto a 7 de setembro de 2001 foi realizada à Conferência das Nações Unidas Contra o Racismo em Durban na África do Sul. Como afirma o Artigo 113 da seção 5:

> Encoraja os Estados a adotarem estratégias, programas e políticas, incluindo, *interalia*, ações afirmativas ou medidas positivas e estratégias ou ações, para possibilitar que as vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata exerçam plenamente seus direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais, incluindo o melhor acesso a instituições políticas, judiciais e administrativas, e concedendo aos mesmos maior oportunidade de participarem totalmente em todas as esferas de vida das sociedades nas quais elas vivem (ONU, 2001).

A atenção às contribuições dos diversos elementos que compõem a nossa história assinala-se no Artigo 216 que "Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial. A política do Estado abre um precedente para superação das disparidades que existem entre as diferenças culturais. Como assegura o Artigo 5º inciso XLII, "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei" (BRASIL 1988).

Vale frisar que o debate das questões étnico-raciais é recente no corolário educacional brasileiro, podendo ser mais facilmente percebido por força da implementação das leis 10.639/03 e 11645/08, que versam sobre o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena e que de certa maneira não passam de promessas não cumpridas. Outros apontamentos são a lei do racismo (lei 7.716/89) e o artigo 5º da Constituição Federal, que visa, sobretudo, estabelecer a igualdade e o acesso dos cidadãos nacionais aos vários direitos enquanto ser humano, o que vem ao encontro de ordenamentos e convenções internacionais, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

Uma situação a se destacar, inicialmente é a grande lacuna existente entre a Declaração da ONU e a Constituição de 1988, justamente o lapso temporal ao qual este trabalho se debruça, isto é, entre 1974 a 1984. Podemos perceber, ainda, ausência de normas que regulem tais processos, falta de voz de uma militância visibilizada,

[22] Ações afirmativas, segundo Amaro (2005, p. 74), diz respeito a "qualquer política que, operando com o critério de discriminação positiva, vise favorecer grupos socialmente discriminados por motivo de sua raça, religião, sexo e etnia e que, em decorrência disto, experimentam uma situação desfavorável em relação a outros segmentos sociais".

categoria afro-brasileira deixada às margens dos processos sociais de cidadania pelo poder público e um Estado que não cumpre suas funções no que tange à educação.

Os debates acerca das questões étnico-raciais, racismo, preconceito, discriminação, intolerância e xenofobia começam a ocorrer de forma mais pontual apenas depois da Segunda Guerra Mundial, com base numa proposta de rever as atrocidades de Hitler aos judeus. Paralelo a isso, discute-se a pendência com relação à escravidão negra a partir do início da modernidade com relação aos diversos povos africanos e suas consequências materiais e ideológicas. Nesse cenário, percebe-se que o aspecto educacional da relação escola ideal *versus* escola real não chega a uma concretização do que seria a primeira, visto que a segunda é um instrumento utilizado para o exercício da violência simbólica.

Neste universo, Piovesan (2007) é enfática ao afirmar que:

> As ações afirmativas, enquanto políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado discriminatório, cumprem uma finalidade pública decisiva para o projeto democrático, que é a de assegurar a diversidade e a pluralidade social. Constituem medidas concretas que viabilizam o direito à igualdade, com a crença de que a igualdade deve se moldar no respeito à diferença e à diversidade. Através delas transita-se da igualdade formal para a igualdade material e substantiva (PIOVESAN, 2007, p.40).

As pressões advindas das frentes humanistas e multiculturalistas foram relevantes à constituição de programas e legislações que amparem e valorizem a história e as prioridades culturais das diferenças étnicas. Dentre os resultados, durante a década de 90 “aprofundaram os conceitos de diversidade cultural, desenvolveram o conceito de nação multiétnica e Estado pluricultural e reconheceram o pluralismo jurídico, assim como reconheceram novos direitos étnicos” (FRANCO, 2012, p.43).

Assumindo-se um viés de enfrentamento das desigualdades sociais e raciais que se configuram em torno do modelo civilizatório brasileiro, os esclarecimentos contidos na obra de Romão (2013) vão ao encontro de elucidar os elementos que promovem a construção de tais desigualdades frente aos diferentes.

Trata-se, segundo Romão (2013), de uma repulsa natural dos seres humanos frente ao estrangeiro, ao diferente que além de ser alguém que não merece laços de afetividade, também é o sujeito que deve receber toda agressividade presente. Em outras palavras, Romão (2000, p. 326) afirma que:

> […] O contato com o diferente, sob aspectos étnicos, raciais, nacionais ou de gênero, mobiliza conteúdos internos reprimidos, em grande parte inconscientes e, portanto, desconhecidos ao próprio sujeito. Esses conteúdos, em virtude de sua condição ameaçadora, são racionalizados e projetados nas vítimas do preconceito, que então passam a ser consideradas sujas, promíscuas, inferiores etc. […] (ROMÃO, 2000, p. 326)

Por outro lado, compreende-se a partir da leitura de Cotrim (2009) que Rousseau, em 1775, já afirma que a natureza das desigualdades entre as diferenças étnicas está em torno da crença simbólica.

Acerca do pensamento de Bhabha (2010), entende-se este discurso como de caráter colonialista, o qual denota suas lógicas políticas, filosóficas, científicas e mercadológicas para muito além das suas fronteiras. Aliás, fronteiras é uma questão quase que indizível para estes, uma vez que são a hegemonia nas relações internacionais acerca do poder político simbólico que perpetuou a desigualdade em detrimento das liberdades das diferenças culturais. Fortalecendo seu discurso colonizador apreenderam em grande parte aqueles que julgavam seres inferiores. Em simetria, Pinto (2011) compreende que:

> O discurso pode ser inicialmente definido como uma bem-sucedida, mas provisória, fixação de sentidos, daí que o conceito de discurso e a teoria do discurso partem do princípio que as verdades anteriores aos discursos não existem, isto dito de outra forma se coloca diametralmente na oposição a posturas essencialistas, que pensam em uma realidade pré-dada, que deve ser descoberta através da mediação da teoria. Para a teoria do discurso, a verdade é uma construção discursiva, afirmação que não pode ser confundida com a simplista idéia de que a verdade não existe. (PINTO, 2011, p. 81)

Nota-se que o discurso político de hierarquização das diferenças culturais conquistou apoio nas teorias do darwinismo e nas políticas positivistas. Uma vez que o pensamento etnocêntrico no "plano intelectual, pode ser visto como dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc." (ROCHA, 1984, p.7). Freud explica esta aversão ao diferente de si o qual é dado pela esquizofrenia do narcisismo. Neste sentido, Fernandes (2000) salienta que:

> Freud assinala que a aversão e a repulsa que são dirigidas a outras pessoas são expressão do amor por si mesmo, ou seja, expressão do narcisismo. Na tentativa de conservar-se o indivíduo toma toda e qualquer divergência com determinada pessoa como critica a seus aspectos individuais. Isso, segundo Freud, mostra a predisposição ao

> ódio e uma agressividade desconhecida e elementar do ser humano. (FERNANDES, 2000, p. 75)

Laraia (2009, p.67) afirma que na pós-modernidade "os antropólogos estão totalmente convencidos de que as diferenças biológicas não são determinantes das diferenças culturais". As capacidades humanas estão dispostas em um mesmo grau para todas as etnias, o que as diferencia é a forma com que são trabalhadas, ou seja, educadas. Acerca da leitura do antropólogo Felix Keesing o autor defende que se uma criança europeia for criada por uma família brasileira deixará de ter hábitos e costumes, valores intelectuais e morais dos povos europeus em prol da brasilidade. Larraia (2009) afirma que o homem não é nada mais nada menos daquilo que é educado.

Compreende-se que o contexto educacional de uma determinada sociedade está de acordo com os discursos políticos que denota o seu Estado. A saber, que o:

> Estado obtém um certo poder próprio – é ele quem toma as decisões quanto aos problemas, à legislação e ao curso do desenvolvimento econômico e social. Ao eleitorado cabe o poder de decidir qual grupo de líderes (políticos) ele deseja para levar a cabo o processo de tomada de decisão (CARNOY, 1988, p.53).

A cultura que permeia a educação etnocêntrica condiz com a lógica do discurso colonizador, de um Estado monista que não condiz com a lógica das diferenças culturais a qual denota o desenvolvimento humano em si. "As condições de emergência são em síntese o que permite ao discurso existir, fazer sentido em um dado contexto" (PINTO, 2011, p.97).

Por outro lado, compreende-se a partir da leitura de Bhabha (2010) que as performances dos povos marginalizados culturalmente não são apáticas no tempo histórico. De tal modo, Pinto (2011) compreende que:

> Quanto mais se democratiza um país, mais haverá cidadãos falando de seus problemas em locais não tradicionais da política. Portanto, no regime democrático tende a haver uma democratização dos espaços, onde o discurso político é enunciado. E quanto mais o discurso político for enunciado por mais pessoas, mais democrático tende a ser o país e menos sentidos fixos os discursos dominantes conseguirão deter. Já se disse que a democracia é o regime da incerteza, poderíamos parafrasear dizendo que o discurso democrático é o discurso da incerteza, porque ele, ao incorporar novas demandas, novos sujeitos, novas problemáticas, reconstrói os próprios sentidos, nega suas verdades. Ou seja, a questão não é desqualificar o deputado, o representante, como aquele que tem o privilégio do discurso político, mas fazer com que ele tenha cada vez mais de dar conta do seu discurso político. (PINTO, 2011, p. 92)

As Diretrizes Curriculares da Educação das Relações Étnico-Raciais inseriram o ensino de história e cultura dos povos indígenas, afro-brasileiros e africanos nas instituições escolares de diferentes níveis e modalidades. Cabendo ao sistema educacional, no âmbito de sua jurisdição, orientar o trabalho pedagógico dos docentes e supervisores ao cumprimento das Diretrizes. Como afirma o Artigo 1º:

> A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas instituições de ensino de Educação Básica, nos níveis de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, bem como na Educação Superior, em especial no que se refere à formação inicial e continuada de professores, necessariamente quanto à Educação das Relações Étnico-Raciais; e por aquelas de Educação Básica, nos termos da Lei 9394/96, reformulada por forma da Lei 10639/2003, no que diz respeito ao ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em especial em conteúdos de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.(BRASIL, 2004).

No contexto de inclusão da temática referente à história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, pode-se perceber que tal iniciativa buscou promover a democratização do conhecimento nas diversas matizes culturais que formam o povo brasileiro, em especial àquelas de origem africana, fortemente impregnada em nossa sociedade. Por outro lado, também se identifica um passo inicial em busca de amenizar as desigualdades sociais e raciais que se configuraram em torno da formação do modelo civilizatório no Brasil, tal como se verifica adiante.

A escravidão que ocorreu no Brasil desencadeou a exclusão dos negros no seio da sociedade, refletindo uma herança cultural pejorativa da sua identidade. Os movimentos abolicionistas cotejaram seus esforços junto a reorientações jurídicas a partir da Lei Eusébio de Queiróz de 1850, que proibia o comércio de escravos negros na esfera mundial. Os países de economia escravocrata e não industriais continuaram a comercializar ilegalmente as sociedades africanas. Neste cenário, eclodiu uma nova forma de lucratividade mercadológica dada pelo tráfico de pessoas. Mediante as pressões oriundas do discurso político desenvolvimentista civilizacional de caráter industrial, em 1871 instituiu no Brasil a Lei do Ventre Livre que tinha como objetivo dar liberdade aos filhos de mulheres escravas nascidos a partir do ano em que foi vigorada a legislação. Tempos após, legislou-se a Lei do Sexagenário de 1885 a qual atribuía liberdade a escravos e escravas com mais de 65 anos de idade, ou seja, período da vida humana em que a força do trabalho braçal tem poucos haveres. Somente em 13 de maio de 1888 a escravidão foi extinta com a promulgação da Lei Áurea.

Mesmo que a política jurídica brasileira possua uma legislação ocupadamente minuciosa a questão indígena que se arrasta no tempo histórico, o dever do Estado quanto ao cumprimento dos decretos e leis que estabelece está no julgo da lógica monista do capitalismo. Visto que na prática "não se observa um atendimento satisfatório, seja por falta de recursos financeiros, seja por negligência ou por falta de informação" (BARÃO, 2005, p.125).

No decorrer dos anos 60 aos 90 do século XX, a política ocidental capitalista defrontou-se com os reflexos das suas performances emancipatórias, dadas pelas grandes guerras. Nesse cenário, identifica-se que eclodiram mobilização e organização política de diferentes segmentos socais de opinião divergente. Em meados dos anos 90 as estruturas políticas da cultura ocidental monista viram-se coagidas a negociar com os movimentos multiculturalistas. Aos quais fervilharam seus ideais na arena política mundial, fundamentando-se na Carta Universal dos Direitos Humanos[23] e na Carta[24] da ONU em prol do princípio de autodeterminação dos povos. A saber, Franco (2012) compreende que:

> A ordem jurídica do pós-guerra, além de marcada pela inserção da pessoa humana como sujeito de direito internacional, paradoxalmente, também o foi pela instauração de um universalismo reducionista, encerrado no Estado constitucional, cuja afirmação se moldou no princípio da autodeterminação dos povos, como expressão da soberania dos países reconhecidos pela comunidade internacional. (FRANCO, 2012, p. 25)

No caso dos afrodescendentes a defesa pelos direitos civis e respeito à cultura negra percorreu lado a lado no tempo histórico desde a escravidão. Isto também se aplica para com os indígenas, a saber que Barão (2005) constata a performances política dos Mbyá Guaranis[25] desde o período da colonização até a constituição do Estado moderno brasileiro. Em simetria, Franco (2011) evidencia a visibilidade das organizações das sociedades indígenas na arena política, a partir de 1940:

---

[23] Constituída na Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948 (FRANCO,2012)

[24] A referida jurisdição foi constituída em 1992 acerca de pactos Internacionais sobre: Direitos Civis e Políticos adotados pela XXI Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm. Acessado em 18 de julho de 2014, as 21 h.
Direitos Econômicos, Sociais e Culturais foi adotado pela XXI Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 19 de dezembro de 1966 http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/pacto_dir_economicos.htm. Acessado em 18 de julho de 2014, às 21: 12 min.

[25] Etnia pertencente ao troco lingüístico dos Guarani, aos quais são ontologicamente compreendidos como povos sul-americanos, proveniente dos países: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia. O tronco lingüístico se subdivides entre os Kaiowá, Nhandéva e Mbyá. No Brasil os Guarani podem ser encontrados vivendo entre o Espírito Santo e o Rio Grande do Sul (BARÃO, 2005)

> Convenção sobre o Instituto Indigenista Interamericano (1940); Convênio 107 da OIT, sobre Populações Indígenas e Tribais em Países Independentes (1957); a Declaração de Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais (1960); Convênio 169 da OIT, sobre Populações Indígenas e Tribais em Países Independentes (1989); e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007), pode-se notar um emergente direito internacional dos povos indígenas. (FRANCO, 2011, p. 20 e 21)

Durante os anos 70 a Amazônia tornou-se a região voltada para os indígenas, sua migração ocorreu em grande escala por meio da tutela do Estado. Nesse território as fronteiras das adversidades e multiplicidade que detém a cultura indígena aproximaram-se, emergindo em conflitos sociais entre etnias distintas e/ ou adversárias. Bem como, eclodiram conflitos entre indígenas, latifundiários e industriais em torno da distribuição assimétrica de terras. A política brasileira se arrasta historicamente por distintivos jurídicos de um Estado mercadológico que atua como uma mão-invisível e que está a mercê das orientações das instituições econômicas privadas. Assim, a política desenvolvimentista amazônica "ignora flagrantemente a associação histórica entre formação de pastagem e concentração de terra, conflitos violentos e degradação ambiental" (HALL, 1991, p.84).

A questão indígena vem conquistando direitos civis que outrora foram renegados. Franco (2012, p. 31) afirma que a partir dos anos 80 constitui-se "a incorporação dos direitos especificamente indígenas ao lado dos direitos à identidade cultural, coletiva e individual". Nos anos seguintes aprofundaram as questões da diversidade cultural e o reconhecimento de nações multiétnicas e Estado pluricultural norteando o pluralismo jurídico de direitos étnicos.

A Constituição de 1824 em seu Artigo 6º atribuía "que a escola estava reservada aos cidadãos brasileiros", desse modo os indígenas e escravos libertos tinham legalmente o direito assegurado. Contudo, isto não ocorreu na prática visto que a segregação racial era um elemento cultural consumado pelas práticas e valores sociais, sendo legalizada juridicamente anos após. Constata-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais de 1854 e 1878 que este direito legal foi restringido pelo Decreto nº 1.331, vigorado em 17 de fevereiro de 1854, o qual estabelecia que nas escolas públicas a adesão de escravos estava a mercê da aceitação da escola. Tempos mais tarde, O Decreto nº 7.031-A, legislado em 6 de setembro de 1878, limitava a presença negra na escola ao período noturno (PERREIRA, 2007).

Nesse contexto, a governabilidade política brasileira configurou-se como Estado inoperante dos direitos civis e da igualdade. Amparada legalmente, a escola constituía e

ainda se constitui como um espaço de reprodução dos interesses dos impérios industriais estrangeiros. Nas palavras de Coelho (2009):

> Essa reprodução se dá por duas razões: em primeiro lugar, porque a instituição é formada por agentes sociais que, a despeito dos *hábitus* diversos, contribuem para a reprodução das estruturas da cultura dominante, no que tange a questão racial; em segundo lugar, porque a instituição se omite de cumprir a sua função de fazer emergir um novo *hábitus*, profissional, no qual o preconceito, o racismo e a segregação não se manifestem, ainda que persistam na convicção de cada um dos agentes. (COELHO, 2009, p.33 -34).

Identifica-se que a educação nos primeiros anos da República não contemplou as necessidades tanto dos negros quanto dos indígenas, o Estado não viabilizou a sua inclusão de forma satisfatória. Uma vez que a educação das sociedades indígenas foi cotejada pela tutela das legislações curriculares ocidentais e pela prática pedagógica dos não indígenas, ou seja, pela cultura de caráter europeu.

Nota-se que, foi necessário por parte dos movimentos negros a realização de uma segunda abolição. Uma vez que, não se criou subsídios jurídicos por parte dos governos políticos e nem condições socioculturais plenas para a realização dos direitos humanos. Como afirma o Jornal Quilombo, dirigido pelo militante negro Abdias do Nascimento em sua primeira edição, na coluna "Nosso Programa":

> (...) era necessário lutar para que, enquanto não for gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do País, inclusive nos estabelecimentos militares (QUILOMBO, 2003).

Paralelamente, a partir de meados da década de 80 ocorre a tomada da redemocratização do país. Neste cenário, a Constituição de 1988 consolidou o compromisso do Estado e da sociedade em promover uma educação para todos seguindo os ideais democráticos. Esses princípios estão fundamentados no Artigo 5º, o qual denota que: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade" (BRASIL, 1988).

CAPÍTULO III – BREVE ANÁLISE DOS POVOS AFRODESCENDENTES NA HISTÓRIA DO BRASIL

No campo da desconstrução proposta pelo Pós-colonialismo, sabe-se que a África é berço da humanidade e ao longo da história as suas diferenças culturais e mais especificamente seu biótipo são subjugados pela cultura ocidental europeia que, a priori, simboliza a evolução humana. Segundo Burke (1997), a história da humanidade vem sendo divulgada em um solo mal amanhado, onde o que é contado nem sempre representa o que é de fato. Nesse sentido, nossa reconstrução teórica assume uma posição descritiva que "acompanha a construção da crítica, de intervenções e reorientações das estratégias de investigação" (OLIVEIRA FILHO, 1997, p. 207).

No Pós-colonialismo é inteligível compreender que nossos conhecimentos sobre as conjunturas históricas dos povos africanos são limitados, dados por ideologias conceituais de natureza europeia. Uma vez que estes foram e são até os dias atuais, o principado do império intelectual do mundo ocidental. Sendo assim, investigar objetos de estudos que não condizem com os ditames dos discursos hegemônicos de caráter etnocêntrico é, na leitura de Burke (1997), o que o historiador da primeira geração dos Annales, Marc Bloch, denominou como uma história ao inverso. Desse modo, pensar elementos conjunturais dos povos africanos é desvendar uma história de diferenças culturais, lutas políticas e desigualdades sociais.

Nota-se que o conhecimento histórico destes povos, na visão pós-colonial, é compreendido na égide das narrativas hierarquicamente fragmentadas das ciências humanas, as quais, segundo Bhabha (2010), em sua maioria, são pré-visionárias e ideologicamente colonizadoras. Isto indica que a história dos povos subalternizados do "Novo Mundo" é conhecida veementemente a partir de 1500 no período em que marca o seu contato com os povos europeus. Ainda, as suas diferenças culturais são homogeneizadas e suas performances históricas são negligenciadas pelos discursos colonialistas. Identifica-se que muitas narrativas reverenciam a história de grandes sociedades indígenas da mesoamérica por meio dos Incas, Maias e Astecas. Contudo, este conhecimento restrito é insuficiente para representar a imanência da história de tais povos.

Em sentido simétrico, os povos africanos são muito pouco reverenciados nos conhecimentos científicos da idade antiga. Todavia, os africanos já eram conhecidos pelos europeus e interatuavam com eles, juntos de outros povos que conviveram em um

espaço temporal e geográfico comum e/ou próximo. De tal modo, o conhecimento histórico dos africanos é posto em evidência a partir da colonização europeia no continente americano. A saber, que a África representou a base da política econômica colonial, onde sem ela este sistema exploratório não funcionaria com o êxito que circunscreveu aos colonizadores. De tal modo, a história tanto dos povos afrodescendentes é compreendida partir de um discurso político cultural em que a desigualdade desleal é o conhecimento último da ideia de verdade científica.

Todavia, nota-se o florescimento de metanarrativas que ampliam os conhecimentos científicos em torno das diferenças culturais que se configuram na e com a ontologia das sociedades humanas. Atentemos para a definição de racionalidade científica:

> A razão que se exerce na atividade científica ocorre na interação entre os níveis de conhecimento científico: universo da pesquisa, sistema tecnológico (métodos e técnicas de pesquisa), sistema teórico (hipóteses conceitos, esquemas conceituais) e metateórico (fundamentos lógicos, epistemológicos e **ontológicos** da ciência social). (OLIVEIRA FILHO, 1997, p. 268, grifo do autor).

No que diz respeito à esfera nacional, a partir da década de 1930 se constituíram pressupostos políticos à luz da identidade de mestiçagem brasileira, isto contribuiu de certa forma para a valorização das diferenças culturais. A estrutura de miscigenação compreendeu a base sociocultural do Brasil, dada pela interpelação das raças negras, indígenas e branca. Segundo Munanga (2008):

> [...] o processo de formação da identidade nacional no Brasil recorreu aos métodos eugenistas, visando o embranquecimento da sociedade. Tinha-se a concepção da negatividade da presença negra para a constituição da identidade nacional, para isso foi criada uma nova categoria étnica para o país: o mestiço. (MUNANGA, 2008, p. 15)

No senso comum a designação de ”mestiço” nos remete a noção de mistura, especificamente entre brancos, índios e negros, mas há nestas relações uma complexidade, que envolve questões históricas, políticas e ideológicas, menosprezadas na existência de acentuadas diferenças nestes âmbitos. Lembrando que a categoria mestiço não se restringiu apenas ao Brasil, ela se estendeu por outras nações, como os Estados Unidos.

> É relevante, também ressaltar sobre as categorias humanas denominadas por cor, ou seja, branco, negro, amarelo, ou mestiço, em que [...] trata-se de fato, de categorias cognitivas largamente herdadas da história da colonização, apesar da nossa percepção da diferença situar-se no campo do visível. É através dessas categorias cognitivas, cujo o conteúdo é mais ideológico do

> que biológico, que adquirimos o hábito de pensar nossas identidades sem nos darmos conta da manipulação do biológico pelo ideológico (MUNANGA, 2008, p.18).

Nota-se que os esquemas-base da prática investigativa do pós-colonialismo, como definido por Oliveira Filho (1997):

> Não se encontram explicitados para o cientista social em toda sua amplitude e que a participação consciente deste na construção de tais esquemas varia muito. Tampouco são exploradas todas as consequências metodológicas, teóricas e práticas dos esquemas existentes que sustentam as atuais orientações. (OLIVEIRA FILHO, 1997, p. 171)

Nesta perspectiva, compreende-se que nos anos seguintes os grupos marginalizados culturalmente impulsionaram suas performances políticas. O *Teatro Experimental Negro*[26] promoveu condições emancipadoras da cultura negra. Fundado em 13 de outubro de 1944, sobre a coordenação de Abdias do Nascimento, era composto por indivíduos de vários setores sociais.

A partir da década de 1950 o movimento negro passou a pleitear reivindicações em prol da Lei 4.024/61 que defendia os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade humana. O movimento ainda efetivou ingerência via ao legislativo para "a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça" (BRASIL, 1998, p. 01).

De acordo com Pereira (2011), é difícil estabelecer uma cronologia fechada que enquadre a constituição do movimento negro brasileiro ao longo do século XX em fases muito definidas, já que há diferentes movimentações e fases promovida por suas organizações no decurso de todo esse período, é possível constatar a presença de muitos elementos comuns, como também de continuidades no que se refere às formas de atuação, das diferentes abordagens estratégicas adotadas. O autor vai discutir que ao mesmo tempo, é possível perceber "a existência de certos intercâmbios ocorridos através de militantes mais velhos e jovens, que informaram e contribuíram para a

[26]Outros importantes nomes que contribuíram para o processo emancipatório da cultura negra, a saber: Juliano Moreira, sua trajetória é marcada por uma militância que em muito influenciou e vem influenciando a luta contra o racismo no Brasil e no mundo, sua atuação veio em muito a contribuir no combate ao racismo no mundo científico; Sebastião Rodrigues Alves, escritor, pesquisador, ativista negro, assim como seu contemporâneo Abdias Nascimento, influenciou efetivamente na prática de combate à discriminação racial. Sua resistência ia da ideologia ao enfrentamento físico; Guerreiro Ramos, com grande relevo nas ciências sociais e da política brasileira. Foi deputado federal representando o estado do Rio de Janeiro, membro da delegação do Brasil na ONU, autor de dez livros e inúmeros artigos publicados em vários idiomas; Clóvis Moura, sociólogo, jornalista, historiador e escritor brasileiro. Tendo o marxismo como influencia teórica desenvolveu a Sociologia da Práxis Negra. (MESQUITA, 2002).

construção de organizações negras em diversos momentos e regiões do Brasil". Este fato torna ainda mais complexa a constituição do movimento negro brasileiro ao longo das diferentes épocas e em diferentes contextos históricos.

Colaborando no sentido de promover a adoção de ações afirmativas para a abolição do preconceito e desigualdades sociais, de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001, foi realizada à Conferência das Nações Unidas Contra o Racismo em Durban na África do Sul. Como afirma o Artigo 113 da seção 5:

> Encoraja os Estados a adotarem estratégias, programas e políticas, incluindo, ações afirmativas ou medidas positivas e estratégias ou ações, para possibilitar que as vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata exerçam plenamente seus direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais, incluindo o melhor acesso a instituições políticas, judiciais e administrativas, e concedendo aos mesmos maior oportunidade de participarem totalmente em todas as esferas de vida das sociedades nas quais elas vivem (ONU, 2001, p. 14).

Paralelamente, no Brasil eclodiam pressupostos políticos que cotejavam ao Estado o dever de garantir a todos o pleno exercício dos direitos e bens culturais e acesso às fontes da cultura nacional. Também, coube ao Estado o papel impulsionador e no incentivo a políticas que valorizasse e difundisse manifestações culturais oriundas da população negra. A atenção às contribuições dos diversos elementos que compõem a nossa história se assinala no Artigo 216 e afirma:

> Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (BRASIL, 1988. Art. 216)

A política do Estado abre um precedente para superação das disparidades que existem entre as diferenças culturais. Como assegura o Artigo 5º inciso XLII (BRASIL, 1988), "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei".

Neste universo, Piovesan (2007) é enfática ao afirmar que:

> As ações afirmativas, enquanto políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado discriminatório cumpre uma finalidade pública decisiva para o projeto democrático, que é a de assegurar a diversidade e a pluralidade social. Constituem medidas concretas que viabilizam o direito à igualdade, com a crença de que a igualdade deve se moldar no respeito à diferença e à diversidade. Através delas transita-se da igualdade formal para a igualdade material e substantiva. (PIOVESAN, 2007, p. 40)

As pressões advindas das frentes humanistas e multiculturalistas foram relevantes a constituição de programas e legislações que amparem e valorizem a história e as prioridades culturais das diferenças étnicas e raciais. Dentre os resultados, durante a década de 1990 "aprofundaram os conceitos de diversidade cultural, desenvolveram o conceito de nação multiétnica e Estado pluricultural e reconheceram o pluralismo jurídico, assim como reconheceram novos direitos étnicos" (FRANCO, 2012, p.43).

Nesse contexto, até mesmo a criação de instrumentos legais, como por exemplo, as Diretrizes Curriculares da Educação das Relações Étnico-Raciais que inseriram o ensino de história e cultura dos povos afro-brasileiros e africanos nas instituições escolares de diferentes níveis e modalidades são cabíveis nesta influência de pensamento eticamente comprometido que escapa a teoria. A incumbência ao sistema educacional, no âmbito de sua jurisdição, orientar o trabalho pedagógico dos docentes e supervisores ao cumprimento das Diretrizes deixa esta influência evidente. Como afirma o Artigo 1º:

> A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas instituições de ensino de Educação Básica, nos níveis de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Média, Educação de Jovens e Adultos, bem como na Educação Superior, em especial no que se refere à formação inicial e continuada de professores, necessariamente quanto à Educação das Relações Étnico-Raciais; e por aquelas de Educação Básica, nos termos da Lei 9394/96, reformulada por forma da Lei 10639/2003, no que diz respeito ao ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em especial em conteúdos de Educação Artística, Literatura e História do Brasil. (BRASIL, 2004, Art.1º).

Nota-se que no universo dos discursos políticos perfilam vertentes que almejam direitos humanos e respeito à liberdade étnica e racial. Conquanto, poucas delineiam uma política horizontal das diferenças culturais que seja relevante à autodeterminação das comunidades que não condizem com os parâmetros capitalistas. De tal modo, a questão negra encontra-se a mercê das políticas neoliberais dadas pela lógica do mercado ocidental.

Ao que tudo indica, as relações do Estado e das instituições econômicas mercadológicas usufruem dos direitos humanos e pluriétnicos como instrumento de manipulação ideológica. A saber, que as leis do mercado são prioridades nas performances governamentais, as quais pleiteiam a inserção da comunidade afrodescendente ao sistema político cultural que lhes é imposto e não opcional. Assim, a defesa do patrimônio cultural concerne à lógica da estagnação em detrimento do

desenvolvimento em si das diferenças étnicas e raciais. O remanejamento das minorias em prol de um dado progresso civilizacional não implica somente nas perdas territoriais, mas também, e, sobretudo, nas de valores culturais (HALL, 2006).

Isto porque, a "remoção, ou, no mínimo, a repressão destes grupos, com a aparente conivência do mundo oficial, parece ter se tornado condição *sine qua non* de progresso" (HALL, 2006, p.108), ou seja, sem aculturação destes povos o desenvolvimento mercadológico não tem condições de acontecer. Neste contexto, a questão fundamental a ser percebida é a identificação da interpelação dos discursos políticos e as performances dos movimentos afrodescendentes no cenário político e as percepções que os pós-coloniais empreendem neste processo de constituição de tal problemática.

CAPÍTULO IV – LIDERANÇAS QUILOMBOLAS NO UMARIZAL-BEIRA: DA CONSTITUIÇÃO E DA RESISTÊNCIA COMO PROCESSO EDUCATIVO

A liderança é uma condição da pessoa que se constitui no decorrer da vida para manter o fôlego no labor do dia-a-dia, a respiração na terra, lutar por condições dignas para comer, dormir, educar, morar, sonhar, enfim, ter o calor da família[27]. A liderança quilombola é constituída de um emaranhado de significados que posso interpretar a partir das experiências e práticas desses sujeitos, sobre o que pensam, fazem no dia-a-dia tendo como foco de minha atenção o cotidiano doce e amargo das relações de conflitos com o Poder Público, da mobilização das festas, dos pares, do encontro, do dialogo e das conquistas que se faz um homem/mulher negra quilombola uma liderança.

Nesse sentido, este capítulo encena com bastante cuidado e a partir de nossas interpretações as crenças, posturas, valores, ações, práticas e atitudes que se configuram no sujeito liderança negra do quilombo Umarizal-Beira. Ao investigar a constituição dessas lideranças, tendo em vista a complexidade e as multirreferencialidades que conformam esses sujeitos, se perfaz um percurso "didático" que mobiliza a formação e a constituição das lideranças pelas lutas, pelos sonhos e pelas possibilidades.

A metodologia da pesquisa qualitativa, envolvendo o trabalho de observação de campo e entrevistas vem ocorrendo desde o período de março de 2017, e visa conhecer o perfil dos envolvidos na pesquisa, os elementos de seu cotidiano, suas relações sociais, práticas de resistência, pretensões de futuro em relação à educação e de como isso fica exposto nas práticas cotidianas, no que tange a diversidade e, principalmente, ao entendimento sobre a educação étnico-racial como premissa de uma educação de qualidade.

Utilizamos articuladamente um viés interpretativo nas análises dos materiais da pesquisa, documentos e narrativas, procurando levantar e discutir questionamentos que considere as enunciações das histórias de vida; o processo de constituição de lideranças; as práticas de resistências e lutas da comunidade como fator educativo para a compreensão das consequências do trato das questões étnico-raciais no processo de entendimento do papel das práticas educativas na trajetória da população negra. Nesse aspecto, cabe mencionar que a pesquisa dialogada com as lideranças da comunidade da Associação Remanescente de Quilombo de Umarizal Beira, no município de Baião-PA,

[27] São reflexões minhas para ganhar sintonia com a riqueza de informações para adentrar no espaço/tempo dos dados e das experiências vividas por mim pertencente ao local.

encontra-se em curso, acompanhando as fases de produção desta pesquisa. Até o momento foram entrevistadas 08 lideranças que compõem a associação e, como antes explicado, sendo aproveitadas 04 entrevistas que pela riqueza de informações foram eleitas para análise.

Para o tratamento metodológico e analítico dos materiais da pesquisa, seguimos uma perspectiva *qualitativa* para este estudo, proposto para a compreensão dos objetivos da pesquisa a partir da análise das respostas de membros de uma comunidade quilombola amazônica, as questões levantadas num instrumento geral e em questões específicas que são foco deste. Optar pelos estudos pós-coloniais, como fundamentação teórica, traz necessariamente formas de estruturar e compreender o sujeito como um ser social, e ainda mais importante, possibilita a construção de medidas efetivas no sentido de rompimento com a opressão histórica dos seres humanos sobre outros.

Para a sistematização da visão dos indivíduos envolvidos no escopo desta investigação, utilizamos um roteiro de entrevistas direcionado às oito (08) lideranças comunitárias que fazem parte da diretoria da associação quilombola de Umarizal-Beira. Com isso, buscamos construir uma articulação entre os materiais da pesquisa (documentos e narrativas dos entrevistados) aos aportes do Pós-colonialismo, em estreita relação com as observações *in lócu* na comunidade pesquisada.

4.1 DA ALTERIDADE E DAS NARRATIVAS DAS LIDERANÇAS: UMA INTRODUÇÃO

A liderança ao ser narrada como a primeira pessoa do saber/poder local lança eco e luz às vozes silenciadas e invisibilizadas da história e enobrece o lugar honroso que esses sujeitos criam e desenvolvem em nós negros, que não é o outro criado pelo olhar do colonizador, mas o outro de minha alteridade no qual se reconhece, se apega como modelo e constitui a mim também no meu fazer/ser negro.

As afro-descendências que nos constrói são constituídas por afinidades de elementos de etnicidade negra, como a cor da pele, o passado histórico, a ancestralidade africana, a tradição religiosa e modos de gestão e de partilha/comunhão da vida com dignidade. A paisagem política que se constitui na liderança é traduzida nas trajetórias de vida repletas de subjetividades, são identidades que constitui nas lutas e nas condições de vida e que os levam a um acumulo de saberes e concepções sobre ser

liderança quilombola. Desse modo as pessoas das quais falamos aqui narram suas vidas de um lugar daqueles que lutam contra as marcas da exclusão da população negra.

A metáfora da constituição dos sujeitos significa para mim uma construção dos sujeitos pelos encontros e desencontros entre aquilo que se acredita ser de direito e na ausência de políticas públicas que lhes façam sentir respeitados e reconhecidos. São identidades construídas no trilhamento da vida, na busca por justiça e direitos e como tal carregadas de influencias da história do povo negro e também das tramas da vida cotidiana.

Nesse sentido, percebemos as identidades como um fluido do cotidiano, das relações e das situações que se colocam como imperativo aos sujeitos negros lideranças quilombolas. Na narrativa que segue *Senhor Narciso* atribui, em certa medida, a sua inserção no movimento social a partir de sua articulação com as comunidades mediadas pela organização da igreja católica na qual ele era atuante como catequista.

> Olha na verdade, meu começo foi a comunidade cristão sabe? Comecei a participar de comunidade cristã assumindo já liderança. Trabalhei como catequista há diversos anos 6/7 anos e nesse período também fui diretor sindical quer dizer eu me aprofundei bastante na leitura do sindicalismo brasileiro com uma nova metodologia com uma nova filosofia de trabalho. Já discordando daquele sindicato comprometido com os patrões e isso me ajudou muito a despertar, eu consegui na verdade ter um entendimento da realidade totalmente diferente. Teve muita divergência claro, mas isso tudo veio com a participação do movimento comunitário, o movimento da igreja e isso fez com que eu pudesse fazer uma grande familiarização com as comunidades, com as pessoas na época trabalhava daqui do Umarizal até Anuzinho depois com o movimento sindical teve a felicidade de conhecer todo o município de baião e fazer muitos cursos fora e isso me ajudou a ter essa visão e essa noção de que o sindicato vale pro trabalhador e foi ate que no final dos anos 90 foi que eu abracei essa questão quilombola e isso ajudou bastante pra que a gente pudesse ter uma visão mais critica nessa questão da participação popular, a participação do povo. Se eu não tenho esse conhecimento a partir do movimento comunitário, o movimento sindical eu com certeza iria enfrentar muita dificuldade ai no movimento quilombola. [...]
> [...] Não funcionava sindicato, não funcionava nada aqui nessa época que eu comecei pra você ter uma ideia teve uma proposta do padre Geraldão não sei se você chegou a conhecer ele pra mim vir morar aqui no Umarizal naquela época que eu não morava aqui eu morava no Umarizal centro lá na Transcametá e eu não aceitei, eu não tava fim de ir embora [..] então eu fui simplesmente avançando e participando, mas não tive aquele foco realmente de fazer como fulano faz não. Não tive esse exemplar pra mim, esse modelo. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017).

Nesse depoimento se expressa a dinâmica dos processos de constituição das lideranças que se materializa em uma consciência criada por experiências que estão para além das experiências vividas por eles. Destaca-se bem a percepção da liderança a

necessidade de articulação e organização em torno dos problemas das comunidades rurais negras.

Também percebo nessa fala que a luta por justiça transcende o momento vivido e se ancora em histórias mais do passado do povo negro. Dessa maneira, posso dizer que as identidades diaspóricas constituem esses sujeitos ao agregar em suas vidas a história do povo negro e os modos como essa população fora marginalizada na sociedade tendo como diferencial os significados do racismo e da desigualdade social. Cabe aqui lembrar o que Hall (2006) afirma sobre os vínculos e negociações que articulam nas referencias culturais de pessoas negras da diáspora:

> Este conceito descreve aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais compostas por pessoas que foram dispersas para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das historias particulares pelas quais foram marcadas (HALL 2006, p.88-89).

A liderança quilombola é constituída por um conjunto de instruções que se angariam na participação de outros movimentos de resistência. Essa liderança é fruto da dinâmica histórica do povo negro no Brasil, que se constitui no lugar situado, contextualizado.

4.2 LIDERANÇAS QUILOMBOLAS E O "LUGAR" DAS IDENTIDADES TERRITORIALIZADAS

Percebi que a ideia de lugar tem uma importância muito grande na constituição das lideranças. O lugar conforme dito aqui se trata de certo enraizamento na região, no local e esse enraizamento ao local das lideranças e dos moradores do quilombo é feito por meio de um verdadeiro apego à região, às pessoas e aos saberes e fazeres que se constitua o próprio teor cultural do local. Há nesse processo uma "reafirmação do lugar" (p. 135). Observo que as lideranças nasceram em Umarizal e ainda que tenham feito algum tipo de mobilização, foi por pouco tempo e por motivo de trabalho, retornando, no entanto, ao local de origem e ali vivendo. Tal característica é percebida na Figura 1, que se constitui como captura imagética do cotidiano de uma família quilombola.

Figura 01: Cotidiano de uma família quilombola. (Umarizal-Beira, Baião, Pará)

Fonte: Arquivo do pesquisador, setembro de 2017.

A imagem acima destaca as experiências da comunidade com o "lugar" um conhecimento sobre a natureza que são utilizados a favor da saúde e da sustentabilidade. O uso que se faz da terra e das plantas indica uma cultura da natureza[28], um saber/fazer especial que poderá ser estudado de diferentes modos, em outro momento.

> [onde você nasceu?] No tempo era Umarizal município de Baião [o senhor nasceu no Umarizal e não morou em nenhum lugar antes de vir pra cá?] depois de homem eu morei em outros lugares enquanto antes não. [e depois que o senhor se mudou daqui foi pra qual cidade?] passei tempo assim, não foi na verdade mudança, trabalhei em Tomé – Açu trabalhei no município de Bagre. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017).

> [e eles quando viveram juntos, viveram aqui no Umarizal?] no Umarizal [e sempre viveram aqui no Umarizal?] foi, só aqui no Umarizal. Não deu certo ela largou ele ai nos fomos morar no Japirica aí pra cima ilha né. Japirica. Eu com ela já meu pai ficou. (Entrevistado, Inácio, Agosto de 2017).

No depoimento de Senhor Narciso há a informação de que se mudou de Umarizal por pouco tempo, mas logo retornou. Sr. Inácio se mudou por necessidade junto com sua mãe e também retornou. E no depoimento da Sra. Antonete podemos

[28] Escobar (2005) problematiza a compreensão de natureza a partir das ciências moderna e, também a noção de desenraizamento do espaço nas sociedades cosmopolitas, pois o lugar como campo de estudo deve ser considerado a partir das dimensões relacionais do ser humano com a natureza.

observar que a sua relação com o lugar se fortalece especialmente pelas experiências de solidariedade que ela vive em Umarizal.

> Eu com esses 30 anos eu já considero morando aqui, eu considero uma comunidade muito hospitaleira, uma cidade do povo solidário posso dizer assim. Há aqueles impasses que é coisa eu creio que toda a sociedade tem, como o professor Hélio colocou aqui. Eu vejo que essa parte da política partidária, tirando isso, se eles não colocassem isso como uma divisão entre nós mesmo eu posso dizer pra mim é excelente. Sempre eu tem uma pessoa doente se tu sair na rua 'olha, fulano ta doente vamos participar de uma coleta' quando eles tem farinha, tem um dinheiro. Eles não tem muito mas eles dão. É pra levar pra Belém, eles dão um jeito, eles arrumam. Eles tão ajudando. Posso dar exemplo aqui da minha casa, uma vez no meu filho deu uma doida nele assim que eu construí tacou fogo aqui. Não sei da onde apareceu tanta gente pra ajudar a apagar aquele fogo. Até barco que vinha de Baião parou aqui pra ajudar. Então nessa parte eles são muito hospitaleiros, posso dizer assim. (Entrevistado, Antonete dos Santos Miranda, Agosto de 2017).

Nesse depoimento acima a entrevistada garante que a política partidária é muito incisiva na comunidade ao ponto de prejudicar em certos aspectos da convivência. Entretanto, de maneira geral na comunidade de Umarizal prevalece as relações de sociabilidades pautadas no respeito ao outro e a diferença.

O lugar é como parte das pessoas, são dimensões inseparáveis delas. Não é possível vê-las fora do lugar, pois eles imprimem ao lugar significados que dão sentidos a vida como o plantar, construir a casa, cuidar da higiene do corpo, preparar os alimentos, do lazer etc. Portanto, isso constitui aspectos da identidade das lideranças que, por sua vez, colocam como pauta principal de reivindicação o reconhecimento pela terra mediante a titulação dela.

Observe que Sr. Inácio afirma que é seu grande sonho a titulação da terra e percebemos pelas evidencias da pesquisa que o apego ao lugar é devido à vida mesmo que se desenvolve ali, pelas experiências de interações afetivas e também por ser o lugar onde se deposita as esperanças e os sonhos. Nesse sentido, a Associação teve como principal engrenagem de luta a articulação para defender o lugar.

Essa categoria "lugar" trabalho a partir do autor Arturo Escobar (2005) da obra *A colonialidade do saber – eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas*. Esse conceito serve muito a nós aqui porque rompe com a noção moderna de ciência que coloca o homem e natureza em posição dicotômica:

> Talvez a noção mais arraigada hoje em dia seja a de que os modelos locais da natureza não dependem da dicotomia natureza/sociedade. Além do mais, e a diferença das construções modernas com sua estrita separação entre mundo biofísico, o humano e o supranatural, entende-se comumente que os modelos locais, em muitos contextos não ocidentais, são concebidos como sustentados

> sobre vínculos de continuidade entre as três esferas. Esta continuidade – que poderia no entanto, ser vivida como problemática e incerta – está culturalmente arraigada através de símbolos, rituais e práticas e está plasmada em especial em relações sociais que também se diferenciam do tipo moderno, capitalista. (ESCOBAR, 2005).

Pensei ser importante discutir esse ponto, devido à consciência do lugar como relações que a comunidade de Umarizal me fez perceber. As lideranças e a comunidade de Umarizal nos ensinam um tipo de relação com a natureza que se pauta muito mais em domínios que não se opõem, mas se complementam.

Os processos de resistência envolvem a perspectiva desse lugar. É o lugar e o direito a ele que está em jogo nos processos de resistência e de luta das lideranças quilombola. Dessa forma a ideia de lugar se torna mais forte na educação dessas lideranças que nasce e constroem-se a partir das experiências com os espaços físico-sociais.

> Tenho um filho aqui que faz parte dessa reserva bem aqui ó. Quilombola. Essa aqui. Ainda tem esse resto de castanha aqui tão preservando tavam derrubando tudo e eu fui lá no fórum com a juíza e a juíza credenciou eles que ainda tem. Ele trabalhava lá pra repartimento na época ai casou pra lá ai ta esse outro meu caçula. (Entrevistado, Inácio, Agosto de 2017).

As imagens abaixo, conforme Figura 02, mostram o lugar e a localização do município de Baião e da comunidade Umarizal Beira.

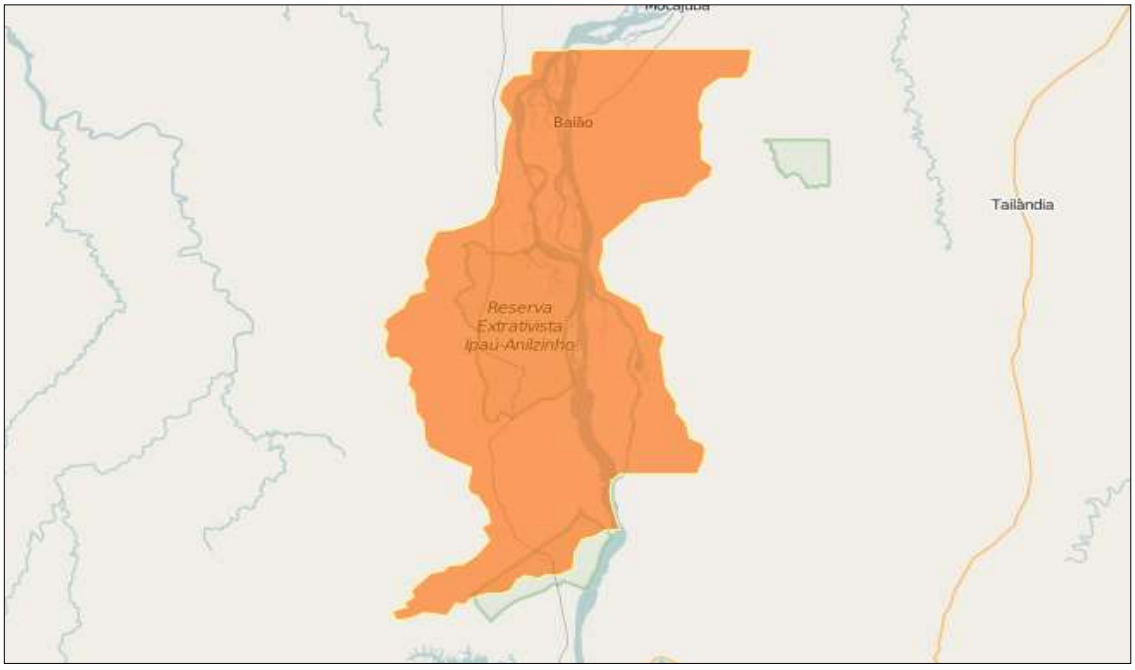
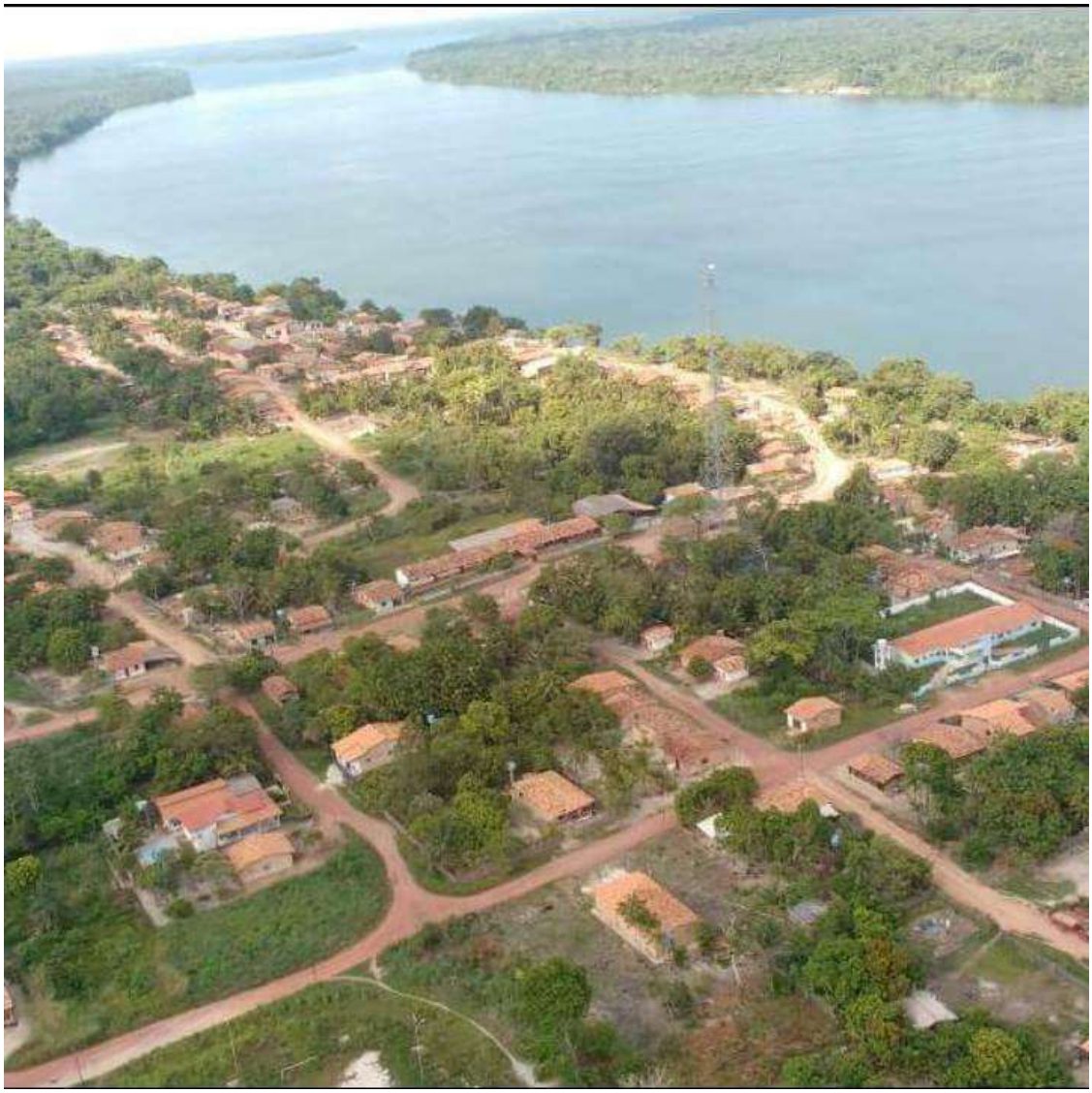


Figura 02: Localização geográfica do município de Baião.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica (IBGE), 2016.

Figura 03: Vista aérea da comunidade de Umarizal.



Fonte: Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Umarizal (2017).

Ao adentrar um pouco pela história vamos perceber que a formação desse lugar começou com as primeiras famílias que vieram das localidades Maracú e Putirí, embrenharam-se mata adentro, firmando morada na localidade de Novo destino. Conforme o testemunho de (Raimunda de Farias, 78 anos, documento oficial da Associação denominado "Relatório de Umarizal"), essas famílias moraram neste local até o dia em que secou o igarapé, pois era a principal fonte de sobrevivência:

• Família de: Sinfronio Olímpio de Vilhena sua esposa Maria Joaquina Vilhena Alves e seus filhos: Francisco de Jesus Vilhena, Liberata Vilhena, Joana Vieira.

• Família de: Feliciano Jósimo de Jesus Pinto e sua esposa Ângela Pinto e seus filhos: Antonio Pinto, Francisco Pinto, Maria Paula Pinto, João Francisco Pinto, Teodoro Pinto e Manoel Rosa Pinto.

Sua fundação data de meados do século XIX, tendo como fundadores negros que fugiram dos senhores de escravos, que se situaram inicialmente no povoado denominado Paxiubal, trazendo como principal fundador o Sr. Sinfrônio escravo de um senhor da localidade de Maracu, município de Cametá. Como punição foi mandado para a Guerra do Paraguai, por ter conquistado a guerra ganhou o título de capitão e consequentemente sua liberdade.

Umarizal, segundo a memória local, tem seus primórdios demarcados a partir da desagregação de Paxiubal, onde a primeira povoação iniciou. Foi chamado de Umarizal porque havia uma grande quantidade de pés de marí[29] e por isso recebeu esse nome. A população de Umarizal aumentou e se tornou Vila de Umarizal, onde reside hoje com uma maioria de famílias declaradas negras. Cabe destacar que nem todas as famílias são originariamente remanescentes quilombolas.

Nesse trecho descrito acima se caracteriza um pouco daquilo que Hall (2006, p. 81) indica a respeito dos processos de identificação das comunidades na pós-modernidade: "a diferença especifica de um grupo ou comunidade não pode ser afirmada de forma absoluta, sem se considerar o contexto maior de todos os "outros" em relação aos quais a "particularidade" adquire um valor relativo".

Senhor Narciso percebeu pelos diferenciais culturais e pela realidade material desses grupos negros a necessidade de organização e de politização do local. Observe que o processo de constituição dele e de outros da comunidade se pauta na estruturação da Associação, ou seja, a criação de um instrumento legal para negociar, representar e agregar forças e poder.

Nesse sentido, não há separação entre os sujeitos e aquilo que eles acreditam e buscam e as lutas se tornam aprendizagens na medida em que emerge as forças organizativas da comunidade pela materialidade da associação. Observe que a criação da associação é resultado de uma intensa mobilização em meio à comunidade de Umarizal desencadeado por forças originarias da relação do Estado com as comunidades negras que caracteriza ao longo da história brasileira pela ausência de regulamentação das terras dessas comunidades. O processo de resistência e educação dessas lideranças tem continuidades e adquire mais visibilidade e poder de negociação

[29] Seu nome cientifico é *poraqueiba sericeia Tul,* nativa de toda região Amazônica é facilmente encontrada nas cercanias da vila de Umarizal de dezembro a fevereiro. Consumida na forma *in natura*, de sabor e aroma acentuado e marcante.

com o poder local e com os entes federativos a partir da efetiva existência da associação.

A associação se torna imperativo no contexto de desenvolvimento da sociedade com seus valores capitalistas (exploração da natureza, exportação etc.) que leva os fazendeiros (grileiros) a invadir as terras dessas comunidades que como descrevemos anteriormente desenvolve uma relação social e cultural no território.

Consta na narrativa do Senhor Narciso Vieira, atual presidente da Associação, que além das ameaças, outro fator que impulsionou a criação da associação pelos moradores foi a necessidade de captação de recursos. Aqui se percebe, a busca pela autonomia, já que a criação dessa instituição, irá posteriormente, expressar, exigir e organizar as políticas públicas na comunidade. As ações coletivas que se constituem com a associação, ressignificam o poder, legitimando as possibilidades de negociação com a sociedade mais ampla.

> (...) na verdade eu fui o fundador, através dos meus trabalhos foi que surgiu o movimento quilombola. Então eu fui fundador da associação de quilombos em 1999 fiquei até 2002 ai me afastei da direção e retornei em 2013 e de 2013 estamos ai e entregarei com fé em Deus em 2020 ai eu vou descansar mesmo, não quero mais saber de direção não. (...) ajudei no esclarecimento nas articulações e fundações dessas associações aí. Quando se fundou essas associações o objetivo principal no momento era a titulação da terra dado a tantas grilagens que acontecia na região. Invasão por fazendeiro por madeireiro. (N. V. 2017)

Em temporalidades cronológicas a fundação da Associação Quilombola de Umarizal ocorreu no dia 12 de outubro do ano de 1999, o intuito era a unificação entre as comunidades quilombolas de Umarizal Centro, Umarizal Beira, Boa Vista, Paritá Mirí e Florestão. Na data de sua fundação já se apresenta a frente da associação, Narciso Vieira Ramos, que atualmente desenvolve a função de presidente da mesma e, pelo que consta nos depoimentos, é um agente de referência para a maioria dos líderes na atual diretoria. Pelo que se tece no relato da reunião houve iniciativa por parte dos agentes da comunidade de Umarizal às demais localidades. É notável na referida documentação o processo de eleição direta de escolha da Coordenação e do Conselho Fiscal da ARCORQBU, como segue no quadro abaixo, seu registro em cartório ocorre aos 22 dias do mesmo mês:

Quadro 01: Relação da coordenação e do Conselho Fiscal da ARCORQBU.

NOME	CARGO OU FUNÇÃO
Narciso Vieira Ramo	Coordenador Geral
Divaldo Vieira	Coordenador de Secretaria
Raimundo Sales Moreira	Coordenador de Finanças
Altino da Trindade	Coordenador de Patrimônio
Victor Medeiros	Coordenador de Articulação
Gilson Nunes C. da Costa	Coordenador de Cultura
André Pinheiro Gomes	Coordenador de Preservação do Meio Ambiente
Raimundo Ferreira	Membro do Conselho Fiscal – Efetivo
José Ribamar Carvalho	Membro do Conselho Fiscal – Efetivo
Nasson Garcia Ramos	Membro do Conselho Fiscal – Efetivo
Inácio Gonçalves	Membro do Conselho Fiscal – Efetivo
Alcindo Vieira Cruz	Membro do Conselho Fiscal – Efetivo
Eulália Serrão	Membro do Conselho Fiscal – Efetivo
Valter Ferreira	Membro do Conselho Fiscal – Efetivo

Fonte: Ata de fundação da Associação.

No que se trata do seu funcionamento, este é regido por Estatuto próprio que de tempos em tempos é reelaborado para cumprir com as adaptações que a dinâmica organizativa mostra necessária. Neste documento vários elementos denotam o caráter comunitário presente na essência do que propõe a vida da associação.

O destaque inicial vai para a propriedade da terra colocada no art. 2º da referida documentação como sendo a Associação "*proprietária das terras ocupadas pela Comunidades Remanescentes de Quilombos de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão, localizadas na margem esquerda do Rio Tocantins, na BR 222*". Em seus incisos é proibida a venda ou partilha, prima-se por uma utilização coletiva no intuito de dar subsistência com vistas à garantia da preservação do meio ambiente. Aponta-se no corpo do documento que as propriedades da associação "*poderão ser utilizadas o por Remanescentes Quilombolas de outras comunidades desde que autorizadas pela associação e que respeite o presente estatuto*" (§3º Estatuto Social da ARCORQBU).

As narrativas políticas do movimento desencadeado pela associação expressam nos documentos (fontes de dados primários) e expressão dos valores do grupo termos que concernem as condições de vida e sustentabilidade e a respeito natureza articulado

ao coletivo: a administração das terras da coletividade; representação dos interesses coletivos; incentivo do desenvolvimento local; celebração de convênios e parcerias, contratos, projetos e acordos de qualquer natureza, recepção de auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades, empresas privadas, pessoas físicas e de todos os órgão e esferas do governo, visando melhoria em todos os aspectos sociais; celebrar empréstimos; o cumprimento das regras internas; defender o meio ambiente os recursos naturais; desenvolver políticas de proteção às águas; promover projetos habitacionais; incentivar a prática de esportes; combater a pobreza; promover e contribuir com estudos tecnológicos, além de divulgar informações sobre tais ações, e; objetivos que não conflitem com o Estatuto.

Figura 04: Ata de Fundação da Associação, ano 1999.

Ata de fundação da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos Umarizal Centro, Umarizal Beira, Boa Vista, Farita Miri e Balieiro (ACORQBU)

Aos cinco dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e nove, as dez horas da manhã, no salão Comunitário da Santíssima Trindade, na Vila de Umarizal Beira (município de Baião - Pará) reuniram-se em assembléia as comunidades Remanescentes de Quilombos Umarizal Centro, Umarizal Beira, Boa Vista, Farita Miri e Balieiro. O Sr. Narciso Vieira Ramos abriu os trabalhos lendo o convite para a participação na Assembléia de fundação da Associação das comunidades Remanescentes de Quilombos Umarizal Centro, Umarizal Beira, Boa Vista, Farita Miri e Balieiro. Em seguida foi explicado o que significa Remanescentes de Quilombo. Posteriormente foi lido e aprovado o Estatuto da Associação das comunidades Remanescentes de Quilombos Umarizal Centro, Umarizal Beira, Boa Vista, Farita Miri e Balieiro (ACORQBU). Em seguida foi realizada a escolta da Coordenação e do Conselho Fiscal da ACORQBU, tendo sido eleitos os senhores: Narciso Vieira Ramos (Coordenador Geral - efetivo) e José Maria dos Santos (Coordenador Geral - suplente); Divaldo Vieira (Coordenador da Secretaria - efetivo) e Manoel Maria Neri da Silva (suplente); Raimundo Salés Moreira (Coordenador de Finança - efetivo) e Benedito Pinheiro (suplente); Altino da Trindade (Coordenador de Patrimônio - efetivo) e Nateus Teixeira (suplente); Victor Medeiros (Coordenador de Articulação - efetivo) e José Danilo Medeiros (suplente); Gilson Nunes C. da Costa (Coordenador de Cultura - efetivo) e José Antônio Rocha (suplente); André Pinheiro Gomes (Coordenador de Preservação do Meio Ambiente- efetivo) e Raimundo Vieira (suplente). Como membros do Conselho Fiscal foram eleitos os senhores: Raimundo Ferreira, José Ribamar Carvalho, Nazaré Garcia Ramos, Inácio Gonçalves, Alcindo Vieira Cruz, Evalília Serrão, Valter Ferreira (efetivos) e os senhores Joel Arthur da Rocha, Izauro Vieira, Antônio Endes Gonçalves da Conceição, Raimundo Donato, Deusarina Lopes da Trindade, Amilton Dias, Osmelo Pinheiro (suplentes). Após a eleição da Coordenação e do Conselho Fiscal da Associação o Senhor Raimundo Melo Silva deu posse aos eleitos. Compareceram todos e viste novos sócios que fizeram parte deste ato de fundação da ACORQBU. A presente ata foi elaborada assinada por mim, Raimundo Melo Silva e pelo senhor

Fonte: Narciso Vieira Ramos (arquivo pessoal)

De acordo com o seu Estatuto, a Associação é composta pelas seguintes coordenações:

Quadro 02: Relação do quadro de coordenações da ARCORQBU.

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Coordenador geral	Atua como presidente e tem como função ser o representante legal da associação;
Coordenador de secretaria	Atua como responsável pela questão organizativa em sentido documental e registro dos interesses da comunidade;
Coordenador de tesouraria	Atua como responsável pelas finanças da associação;
Coordenador de cultura	Atua como responsável por coordenar e incentivar os fatores ligados às questões culturais que envolvem a comunidade
Coordenador de meio ambiente	Providencia cursos que visem à orientação de ações que giram em torno das questões ambientais;
Coordenação de patrimônio	Trata de zelar do patrimônio da associação;
Coordenação agrícola	Objetiva o incentivo a produção agrícola;
Coordenação da terceira idade	Busca incentivar os idosos a terem uma vida ativa dentro da vivência comunitária;
Coordenação de mulheres	Orienta as mulheres quanto à busca e exercício de seus direitos;
Coordenação da juventude	Visa o incentivo dos jovens no envolvimento na comunidade e no preparo para a cidadania;
Coordenação de gênero	Esta se encontra no estatuto, mas atua de forma conjunta com a coordenação de mulheres;
Conselho fiscal	Objetiva a afiliação na associação e fiscaliza a atuação das coordenações, assim como avaliza as contas da associação.

Fonte: Estatuto da Associação.

Sob a ótica da organização dos movimentos sociais, de acordo com Mauro e Pericas (2001), a associação quilombola deve ser entendida enquanto instrumentos de luta que visa à transformação da realidade vivida, como declarado por eles próprios. Em termos teóricos cabe destacar os elementos essenciais em todos eles, a saber: o Projeto, a Ideologia e a Organização Hierárquica.

O foco sobre a questão da terra está totalmente atrelada ao fator identitário, que por sua vez expõe a sua comunidade a postura de se educar pela busca do direito e no exercício da cidadania. No caso da Associação de Umarizal é um objetivo, que pelo que se nota no transcorrer das atitudes institucionais percebe-se facilmente no documento descrito abaixo.

Figura 05: Ofício/Requerimento, solicitando o reconhecimento dos domínios de terras da ARCORQUBU, ANO 2000.

PROTOCOLO GERAL

Ofício Requerimento

Associação de Remanescente de Quilombo de Umarizal Centro, Umarizal Beira, Boa Vista, Paritá Miri e Balieiro (ACORQBU).

Solicita em conformidade do disposto do Art. 68 do A.D.C.T. e os ofícios 00799 e 00010/99, encaminhado pela Secretaria de Política Agraria Fundiária Quilombola e Meio Ambiente (SEPAMA) do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baião. O reconhecimento do domínio das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades de Quilombo: Umarizal Centro, Umarizal Beira Boa Vista, Paritá Miri e Balieiro localizadas nos Municípios de Baião, Oeiras do Pará e Bagre. Fazendo as seguintes confinanças, frente a margem esquerda do Rio Tocantins ao leste, Sul com terras da fazenda Joana Peres e a vila do mesmo nome, Norte com as terras da Associação de Remanescente de Bailique Centro e Oeste com terras devolutas do Estado ultrapassando 10 KM mais ou menos do Rio Jacundá.

Neste caso pedimos urgência na demarcação e titulação das terras.

Pedimos deferimento.

NARCISO VIEIRA RAMOS
(COORD. GERAL)

DIVALDO VIEIRA
(COORD. de SECRETARIA)

Fonte: Narciso Vieira (arquivo pessoal)

O documento em destaque vem solicitar vistas sobre dois outros ofícios encaminhados pela Associação Quilombola, via sua secretaria de Política Agrária Fundiária Quilombola e Meio ambiente, datado de 21 de março de 2000 ao Instituto de Terras do Estado do Pará - ITERPA, cujos anteriores eram datados do ano de 1999, ano de fundação da Associação, a área reivindicada perpassa:

> (...) as seguintes confinanças, frente à margem esquerda do Rio Tocantins no Leste, sul com as terras da fazenda Joana Peres e a vila do mesmo nome, Norte com as terras da Associação de Remanescentes de Bailique Centro e Oeste com terras devolutas do Estado ultrapassando 10 km mais ou menos do Rio Jacundá (...) (Ofício S/N da ARCORQBU, protocolado em 03/04/2000)

A recorrente problemática diz respeito à ocupação do território, há o reconhecimento da ocupação legítima por parte do Instituto de Terras do Estado do Pará sendo inclusive motivo para acionar a justiça em busca da validação de tal direito às terras devidamente demarcadas.

Figura 6: Certidão de Reconhecimento de Ocupação Legítima concedida pelo ITERPA/PA, de 17 de julho de 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DE OCUPAÇÃO LEGÍTIMA Nº 008

Livro:[01]

Folha:[01]

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DE OCUPAÇÃO LEGÍTIMA Nº 008

Livro:[01]

Folha:[02]

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DE OCUPAÇÃO LEGÍTIMA Nº 008

Livro:[01]

Folha:[03]

Fonte: Narciso Vieira (arquivo pessoal).

O documento acima vem a dar resposta aos inúmeros anseios dos quais gira em torno à vida útil da Associação de Umarizal posto que "(...) trata da regularização do território em favor da Associação (...)" (l. 05-06), observe que atitudes anteriores como

a auto-declaração da identidade fora indispensáveis para tal feito, assim como o reconhecimento de tais direitos por parte da Fundação Palmares, "(...) resultou comprovado que o referido território quilombola é legitimamente ocupado pelos familiares dos senhores (...)" (l.10-13), e segue a lista dos seus beneficiários no documento em anexo.

É bom frisar que o discurso aqui é do próprio Estado, na pessoa do presidente do ITERPA, que destaca *"(...) a posse mansa e pacífica sobre a área vistoriada para fins de regularização definitiva, de onde retiram o sustento para si e seus familiares (...)" (Pág. 02 l. 22-23).* E vai um destaque para a figura da liderança comunitária como quem de maneira legítima executa a ação pelo grupo *"(...) por parte do legítimo Representante da* ***Associação de Comunidades Quilombolas de Umarizal Centro, Umarizal Beira, Boa Vista e Paritá Miri,*** *perante entidade públicos e privados de fomento de crédito nas suas diversas esferas administrativas.(...)" (l. 23-25)*

Merece destaque ainda atenção ao destaque de que o ocorrido não deve ser encarado como uma dádiva, ou simplesmente como algo concedido por uma "ocupação mansa", antes disso foram emitidas algumas **imissões de posse[30],** por conta da resistência destes sujeitos.

Figura 7: Na sequência, Imissão de Posse de 05/09/2010, 21/09/2012 e 24/09/2012.

Fonte: Narciso Vieira (arquivo pessoal)

Pelo exposto nos documentos acima podemos perceber que o objeto do reconhecimento por parte do ITERPA é consequência dos atos dos sujeitos da Associação e não uma simples concessão. O ato de Imissão resguarda a comunidade e

[30] Ato judicial que vem a conferir ao interessado a **posse** de um bem a que faz jus e do qual está privado. Este ato pode decorrer também de iniciativa ou acordo entre particulares, mediante acordo extrajudicial

indica que a mesma faça a devida ocupação e uso da terra "(..) *evitando novas invasões, sugiro que seja providenciado pela Associação de Remanescentes de Quilombos do Umarizal a Ocupação da área objeto deste processo até decisão judicial (...)" (l.09-12)* este trecho diz respeito à imissão última de 2012 que reforça as anteriores.

4.3 DIMENSÕES HUMANAS E MATERIAIS NA CONSTITUIÇÃO DAS LIDERANÇAS

Se atentarmos para o que pode ser configurado como bandeira de luta da comunidade quilombola foco da pesquisa temos que nos reportar a uma anterioridade que é a de ter a África sendo menosprezada do seu posto de berço da humanidade, que abrigou civilizações que influenciaram o mundo. Conhecer este histórico, assim como sua descendência é vislumbrar uma história de lutas, pautada no combate às desigualdades às quais esses povos são submetidos, o que ainda se quer combater. As desigualdades tornaram-se mais acentuadas a partir da sua captura em seu território e a disseminação de impressões negativas a respeito desses indivíduos.

> [dos seus avós paternos qual a origem deles?] dos avós paternos dos meus avós origem de Português, que vem dessa família Ramos ai são de origem portuguesa Sandoval, velho Eneias, pai do velho Eneias era português puro e a minha vó é irmão do velho Eneias, mãe do meu pai.
> [dos seus avós maternos?] negro, o meu avô materno era negro e a minha vó materna era índia. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)
> [agora na sua memória onde nasceram, cresceram e se casaram seus pais?] olha os meus pais são descendentes aqui de Umarizal mesmo só que o pai do meu pai era lá do Bailique ai casou a minha vó era de baião casou com ela e vieram morar aqui pra Umarizal. O meu pai e a minha mãe nasceram aqui no Umarizal. Agora a minha vó que era índia eu não sei de onde ela veio tanto quanto meu avô que era negro também não sei de onde ele veio, se juntaram não sei se casaram ou não, mas viveram aqui no Umarizal e a minha mãe nasceu aqui. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

> [onde eles viveram depois de casados? Eles sempre viveram no Umarizal?] sempre viveram aqui, nunca moraram em outro local, por que na verdade Umarizal que eles viveram era o Umarizal centro lá um pouco adiante da estrada no igarapé, La que tinha a vila onde eles moram tanto quanto aqui no Pacoval depois com as ameaças dos índios foi que eles foram morar La na beira do rio e pelos ano de 1930 a 1935 foi quando eles mudaram do centro pra cá.

> [qual origem dos seus avós paternos?] meus avós paternos a origem deles, eles são negros só que eles vieram dessas, posso dizer assim, fugindo da escravatura. A minha vó veio das lhas de Cametá e o meu avô veio daqui do Mocajuba, as origens deles, mas são todos de origem quilombola. A minha

> vó é da família dos Mirandas, inclusive hoje nos tem a raiz nossa é muito grande nessa igreja. Que a minha vó ela daquele pessoal da aula oficina nossa senhora da conceição ele é meu tio, primo de papai legitimo tem Regina que é uma das lideranças fortes ali dentro do INCRA, minha tia que mora bem ali perto da clinica Tucuruí, prima de papai legitima. Nossa família lá em Tucuruí é muito grande. Eles vem desse pessoal daí. (Entrevistado, Antonete dos Santos Miranda, Agosto de 2017)

> [os teus avós maternos?] avó materno também são todos descendentes. Inclusive a minha vó conta historia, hoje ela ta com 82 anos, ela me conta que era uma mistura de raça índio com negro. Ela é uma velhinha bem baixinha neguinha. Salina. (Entrevistado, Antonete dos Santos Miranda, Agosto de 2017)

A desigualdade a qual nos referimos aqui é fruto de uma desigualdade moral produzida pela Europa no processo de colonização, por que detinha poder para tal. Neste momento percebia-se o fortalecimento de seus princípios à custa da opressão dos que eram jugados inferiores. As consequências disso são bastante presentes na contemporaneidade, porém, tais grupos excluídos tornaram este processo em uma fonte de luta por uma sociedade mais igualitária. Na memória a respeito dos seus ascendentes, os sujeitos da pesquisa dificilmente remetem suas lembranças do mundo produtivo a condições humanas menos degradantes, como segue abaixo:

> [e a profissão dos seus avós? O senhor recorda qual a profissão que eles exerciam?] não tenho recordância disso, mas creio que era o serviço agrícola também, trabalhador rural. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

> [com relação ao trabalho, quais as profissões o senhor teve a oportunidade de exercer? E onde?] como profissão mesmo só braçal, eu trabalhei como carpinteiro, trabalhei como balconista não foi assim como profissão sabe, eu desempenhei o trabalho, na verdade eu me dediquei mais na agricultura, serviço braçal mesmo. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

> [e desde quando o senhor trabalha?] lembro muito bem que com nove anos de idade eu fui tirar castanha La pra comprar roupa pra mim (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

> [com nove anos de idade, então o senhor começou a trabalhar em 1959] (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

> [local] Aniuzinho (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

> [aqui na Resex] hoje é Resex (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

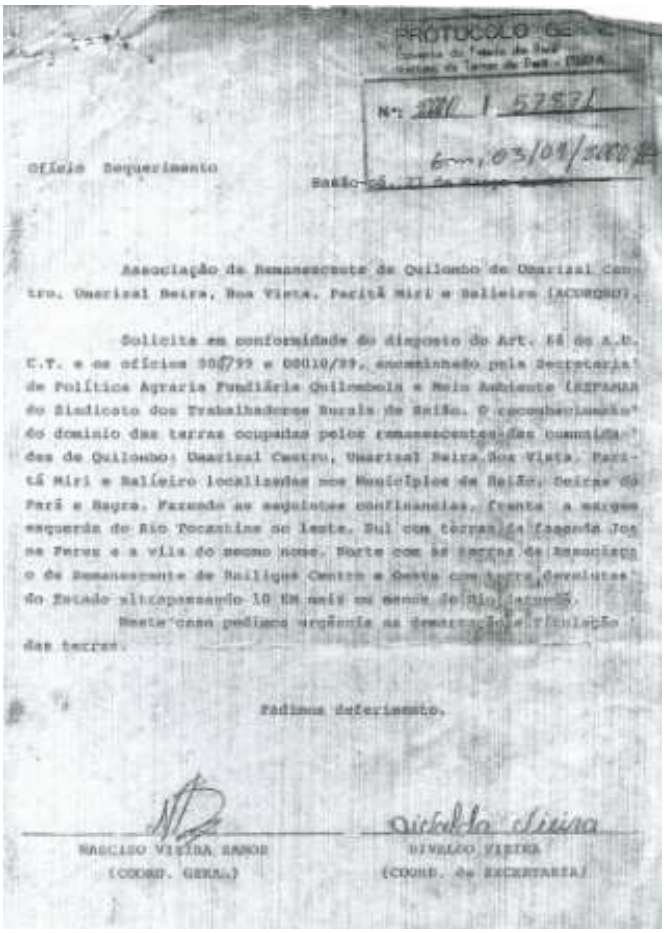
> [colhendo castanha, atividade extrativista] o extrativismo veio ate 1970 setenta e pouco à base econômica era o extrativismo (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

> [pegando por esse começo que foi com nove anos, o senhor desenvolve atividade agrícola ate hoje. O que o senhor acha que contribui pra que essa fosse sua profissão?] a convivência que se tinha era essa, o dia a dia era esse. Então, não tinha alternativa. Hoje tem tantas outras, naquela época não tinha alternativa. Tem deles que ainda capricharam pra aprender a ler e escrever,

> mas tem deles que nem isso. A escola era difícil. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

A desigualdade a que foi e que ainda são submetidos os povos africanos e os afrodescendentes no Brasil é consequência de uma cultura que propunha a Europa no centro das atenções. Observo que, de forma consciente, quando o entrevistado cita a natureza do trabalho braçal, ele evidencia algo negativo e que no discurso faz oposição a esse modelo de produção que não oportuniza outra condição humana. Perceber a origem ligada à terra, a necessidade de trabalhar desde a infância, o trabalho braçal como "única alternativa", é perceber também que estes elementos constituíram ferramentas de suma importância nesse legado de resistência e de luta que visa à construção de uma sociedade mais justa. Em documentos podemos perceber que a herança do trabalho como a terra é usada para estabelecer o objetivo da luta por propriedade, e nesse caso a terra, como observado no documento abaixo:

Figura 8: Ofício/Requerimento, solicitando o reconhecimento dos domínios de terras da ARCORQUBU, ANO 2000.



PROTOCOLO GERAL

Ofício Requerimento

Associação de Remanescente de Quilombo do Umarizal Centro, Umarizal Beira, Boa Vista, Paritã Miri e Balieiro (ARCORQUBU).

Solicita em conformidade do disposto do Art. 68 do A.D.C.T. e os ofícios 30/99 e 00010/99, encaminhado pela Secretaria de Política Agraria Fundiária Quilombola e Meio Ambiente (SEFAMA) do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baião. O reconhecimento do domínio das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades de Quilombo: Umarizal Centro, Umarizal Beira Boa Vista, Paritã Miri e Balieiro localizadas nos Municípios de Baião, Oeiras do Pará e Bagre. Fazendo as seguintes confinancias. Frente a margem esquerda do Rio Tocantins no leste. Sul com terras da fazenda José de Paiva e a vila do mesmo nome. Norte com as terras da Associação de Remanescente de Baliguê Centro e Oeste com terra devolutas do Estado ultrapassando 10 KM mais ou menos do Rio Tocantins.

Neste caso pedimos urgência na demarcação e titulação das terras.

Pedimos deferimento.

NARCISO VIEIRA SENOR
(COORD. GERAL)

DIVALDO VIEIRA
(COORD. de SECRETARIA)

Fonte: Narciso Vieira (arquivo pessoal)

O documento em destaque vem solicitar vistas sobre dois outros ofícios encaminhados pela Associação Quilombola, via sua secretaria de Política Agrária Fundiária Quilombola e Meio ambiente, datado de 21 de março de 2000 ao Instituto de Terras do Estado do Pará - ITERPA, cujos anteriores eram datados do ano de 1999, ano de fundação da Associação, a área reivindicada perpassa:

> (...) as seguintes confinanças, frente à margem esquerda do Rio Tocantins no Leste, sul com as terras da fazenda Joana Peres e a vila do mesmo nome, Norte com as terras da Associação de Remanescentes de Bailique Centro e Oeste com terras devolutas do Estado ultrapassando 10 km mais ou menos do Rio Jacundá (...) (Ofício S/N da ARCORQBU, protocolado em 03/04/2000)

Nas falas percebemos uma ligação íntima dos entrevistados com a terra por conta da carência que se tem em dar sustentação material, que sem a propriedade coletiva das terras do quilombo não há como fazer:

> [qual nível de renda da sua família em valores? Qual a renda familiar que basicamente sustenta sua família hoje] essa somatória ta baseada em que? Ano, mês? [mensalmente] mensal a gente aproxima uns R$2.000/R$1.500 por ai. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)
>
> [quantas pessoas vivem dessa renda?] hoje ta vivendo sete pessoas, agora que ele começou a ajudar em alguma coisinha por que eu com ela três netos uma filha e mais o parceiro dela, ele ta trabalhando um pouco. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)
>
> [desde quando o senhor trabalha?] de uns 12 anos por aí. [o senhor nasceu em que ano mesmo?] 31 de julho de 1954. [se é desde os 12 anos o senhor trabalha desde 1966] (entrevistado, Inácio Lopes Gonçalves, agosto de 2017)
>
> [e qual é a sua profissão?] agricultura né, hoje é a agricultura mexer com a pesca. Me aposentei e parei, me aposentei pela colônia de pescadores. Mexer com agricultura porque com a pesca agora só se for criatório por que não tem nada mais. (entrevistado, Inácio Lopes Gonçalves, agosto de 2017)
>
> [qual nível de renda da sua família? Aproximadamente qual valor entra na sua família?] mais certo é o da aposentadoria que hoje eu sou aposentado graças a deus e a mulher. Um salário mínimo né. (entrevistado, Inácio Lopes Gonçalves, agosto de 2017)
>
> [quantas pessoas vivem dessa renda? No caso são dois salários né] são, 11 com netinho. (entrevistado, Inácio Lopes Gonçalves, agosto de 2017)
>
> [o rendimento das famílias vem principalmente de que fonte? Seriam do bolsa família, agricultura, previdência. Que fontes que sustentam as famílias aqui na comunidade?] todas essas. Nas casas as pessoas recebem bolsa família, recebem seguro defeso, trabalham na agricultura familiar podemos dizer que um pouquinho de cada contribui. (Entrevistada, Paula Gimenez de Baía, agosto de 2017)

As primeiras formas de resistência e de luta negra foram os quilombos, os mesmos eram locais de refúgio de escravos fugitivos e de constituição de uma sociedade mais igualitária. Hoje são territórios de resistência também cultural e seus são remanescentes, como é o caso da Comunidade de Umarizal, há o reconhecimento da sua trajetória própria, dotados de relações territoriais específicas com presunção de ancestralidade negra relacionada com a luta à opressão histórica sofrida, eles se autodeterminam comunidades negras de quilombos, ligados com uma terra que os sustenta dotados de costumes, tradições e as condições sociais, culturais e econômicas específicas que os diferenciam de outros grupos da coletividade brasileira.

Cunha Junior (2005), enfatiza o seguinte comentário a respeito dos quilombos:

> Nada mais adequado para apresentarmos a história dos afrodescendentes pela luta pela liberdade do que os quilombos, desde Palmares, no passado, aos kalungas, na atualidade. Os quilombos são apresentados como uma instituição política africana da região banta, repensados na realidade brasileira como uma alternativa de organização social ao escravismo criminoso. Quilombo como instituição política com proposta de organização econômica alternativa ao escravismo criminoso. Quilombo como uma forma de luta contra a injustiça, que vem desde o escravismo aos dias de hoje, ou seja, que percorre a história do Brasil, em todas as épocas e em todas as regiões do País. Quilombos que criaram economias importantes e povoações expressivas e duradouras por todas as partes do País. Forma de instituição que demonstra a rebeldia e a tenacidade do povo africano e afrodescendente na luta contra a escravidão. Depois de uma introdução que revise a origem africana, o início das histórias dos afrodescendentes pode ser dado pelos quilombos (CUNHA JÚNIOR, 2005, pp.263, 264).

Paralelo às reivindicações pela liberdade, os negros também pautavam em suas lutas o direito pela educação, pois os movimentos negros também requeriam a sua escolarização. A convicção de que a escola representava a oportunidade de ascensão e de equiparação perante sistema vigente que os tratava como seres invisíveis. Como assegura Gonçalves (2000):

> Ora vista como estratégia capaz de equiparar os negros aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho; ora como veículo de ascensão social e por conseguinte de integração; ora como instrumento de conscientização por meio da qual os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, os valores e a cultura de seu povo, podendo a partir deles reivindicar direitos sociais e políticos, direito à diferença e respeito humano. (2000, p. 337).

Nesse contexto, o passado brasileiro referente às questões étnico-raciais configura-se como situações inoperantes nas melhorias das desigualdades, as medidas que regiam o sistema educacional tinham por objetivo perpetuar o poder do estado em

detrimento das lutas dos escravos pelo direito de aprender as primeiras letras. A escola constituía e ainda constitui um espaço de reprodução da classe dominante.

> A instituição se conforma como uma instancia de contribuição para a reprodução da cultura dominante, reduzindo o negro à condição de agente inexistente no processo educacional. Essa reprodução se dá por duas razões: em primeiro lugar, porque a instituição é formada por agentes sociais que, a despeito dos *hábitus* diversos, contribuem para a reprodução das estruturas da cultura dominante, no que tange a questão racial; em segundo lugar, porque a instituição se omite de cumprir a sua função de fazer emergir um novo *hábitus*, profissional, no qual o preconceito, o racismo e a segregação não se manifestem, ainda que persistam na convicção de cada um dos agentes. (COELHO, 2009, pp.33 -34).

4.4 IDENTIDADES ÉTNICO-RACIAIS NA CONSTITUIÇÃO DAS LIDERANÇAS QUILOMBOLAS

Esta pesquisa por situar-se no âmbito das relações étnico-raciais trás para o foco das atenções a questão do racismo como consequência desta luta entre forças antagônicas, que não escapam a percepção dos nossos sujeitos. Quando perguntado a respeito do momento em que as lideranças ouviram falar sobre raça, racismo e discriminação e da importância que a escola tem no processo de se ensinar sobre estas questões, estes lideres apontam para a necessidade de por esta instituir este diálogo em sala de aula, passando a apontar que o próprio negro se discrimina e da "dor" que isso causa. Percebemos na fala abaixo que pelo ponto de vista do entrevistado, que o problema é percebido desde o fenótipo, quando usado o termo "cabelo espichado", da comparação com macaco guariba nas expressões discriminatórias do "vereador guariba" ou do "diretor guariba", como segue:

> [em que momento o senhor ouviu falar de raça, racismo e discriminação racial? E se o senhor acha importante a escola ensinar sobre essas questões.] começando do fim pro principio como diz a história, pra mim seria fundamental se essas coisas realmente viessem a acontecer na sala de aula por que essa questão da discriminação o próprio negro se discrimina por si, então isso eu acho dolorido sabe. Eu creio que agora quando vocês chegar lá, nos chegarmos lá há de aparecer alguém negro de cabelo loiro, negra de cabelos lisos, cabelo espichado como queira. Pra mim é uma discriminação que dói na gente, eu defendo quem eu sou e aqui tem poucos que fazem essa leitura, que defende o que é. Tratar do cabelo não é problema agora mudar o cabelo isso eu acho que é uma discriminação é muito ruim e essa educação eu acho difícil de acontecer por que como é que uma professora fazendo, aplicando esse ato ele vai dizer pro aluno dele não fazer, é complicado. Além dessas e outras coisas que envolve. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

> [o senhor já percebeu algum tipo de brincadeira ou discriminação racial na comunidade ? como percebeu?] hoje ate que não sabe. Até que eu nem tenho me ligado. Mas no passado tinha muito assim bem agressivo mesmo se pegasse as comunidade Araquembaua onde tem mais gente clara do que o Umarizal. Umarizal era tido como a terra da guariba. Igarapé preto terra de guariba, quer dizer, nos éramos tratados como guariba pelo pessoal que era o claro. Baião a cidade de Baião discriminava essa ao pé da letra era discriminação mesmo. O Pedro meia noite quando foi vereador ele era diretor de escola nessa época chamavam de diretor guariba, vereador guariba então era uma discriminação muito, hoje já não existe mais com tanta frequência alguém pode ate falar mais é camuflado. O Umarizal já foi muito discriminado Umarizal e igarapé preto, bani essas três comunidades eram assim marcantes mesmo a discriminação. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

Do ponto de vista teórico, Pinho (2010) nos ajuda a entender que há um movimento constante da propagação da injustiça social no Brasil, que ofende de forma concreta, em especial a nossa juventude, o que na narrativa anterior coincide, posto que onde se aponte algo que seria a prática discriminatória, o entrevistado cita indivíduos em idade escolar. A autora nos chama atenção para violência social que se agrega a um sistema de discriminação racial. Deste modo, o racismo é definido como uma relação de poder que não pode ser confundida com o aparato biológico ou meramente a flor da pele, este fenômeno encontra aparato em mecanismos legais, culturais, sociais e históricos de exclusão e estigma.

Em Todorov (1993), cultura sugere um movimento dialético entre o a unidade e a diversidade, entre o que o mundo universaliza e o que este relativiza, entre o que o mundo nos faz e o que fazemos no mundo. Neste sentido, podemos inferir que o ser humano é possuidor de signos que se multiplicam infinitamente estimulado pelo seu contato com o mundo, e quando o relativo e o universal são confrontados entramos em uma arena de debate sobre poder. O que assegura a retenção de suas ideias, as comunica para os outros e é capaz de transmiti-las para descendentes em forma de herança, que sempre se amplia. Como o etnocentrismo é um subproduto do etnocentrismo, se faz importante considerar as facetas deste problema.

> O etnocentrismo, portanto, tem duas facetas: a pretensão universal, de um lado; o conteúdo particular (o mais frequentemente nacional) de outro. Os exemplos de etnocentrismo são inumeráveis, tanto na história quanto do pensamento da França como em outros países; não obstante, quanto se busca ilustração mais apropriada – e no momento não se trata de nada além de uma ilustração que simplesmente se busca a ilustração que simplesmente se busca fixar as ideias – a escolha parece claramente indicada: será que Hyppolite Taine chamava, em *Lês origens de lá France contemporaine,* de espirito clássico*,* o do século XVII e XVIII e que às vezes é identificado (no estrangeiro) como o espírito francês. (TODOROV, 1993, p. 22).

A escravidão que ocorreu no Brasil desencadeou a exclusão dos negros, refletindo tristemente numa herança histórica vergonhosa para imagem do negro, pois são vistos sempre como uma imagem negativa. Nas palavras de Pereira (2007, p.22).

> (...) o tratamento que a sociedade brasileira dispensou aos africanos e aos seus descendentes foi marcado, em geral, pelo preconceito e pela violência. A partir da implantação do regime escravista, aos olhos das elites brasileiras os aspectos referentes às culturas africanas passaram a representar o exótico o estranho, não sendo levados em conta como um fator, entre outros, de formação de nossas identidades. Essa maneira de perceber os africanos e a África foi acolhida por outros segmentos de nossa população, não obstante o papel decisivo que os africanos e os afro-brasileiros desempenharam, juntamente com outros grupos, na formação de nossa sociedade. (2007,pp.22,23).

A imagem refletida do negro perante a elite dominante sempre era de inferioridade, não se procurava dar destaque que o negro contribuiu de forma decisiva para o crescimento da sociedade brasileira, prestando-lhes serviços e conhecimento trazidos de sua terra natal. E nas comunidades locais do município de Baião como dito acima não era diferente, esta ideologia de manifesta de modo muito evidente.

De certo modo, a percepção das lideranças entrevistadas aponta a necessidade de direcionar sua atenção para a função social da escola para inclusão educacional da sua população e um aprofundamento dos estudos da História da África e dos africanos. Quando perguntados sobre a forma como a associação auxilia a escola, com relação às crianças e aos jovens da comunidade, é declarado que há uma pré-disposição por parte da associação para com a escola, no entanto não houve aceitação. Sobre a contribuição da escola a respeito do fortalecimento da cultura quilombola há uma entrada do debate acerca do samba de cacete, mesmo que de forma restrita. Neste ponto aparentemente há uma tendência à valorização dos elementos culturais, como é o caso também das danças de quadrilhas que também são tradição na comunidade, no sentido do que é contado como história oficial, o que temos:

> [de que maneira a associação auxilia a escola nessa questões, com relação às crianças e aos jovens da comunidade?] a escola mesmo pra dizer a verdade quando nós assumimos a associação em 2013 nos tentamos nos aproximar através da direção não houve aceitação. Essa é a palavra correta pensamos que agora nesse mandato as coisas iriam mudar e a gente tivesse uma proximidade e a intenção inclusive era de que nos pudéssemos ter uma participação maior ou seja melhor como contribuintes na educação. Nos chegamos ate discutir essa possibilidade dar palestra de 5 minutos em sala pra dar palestra a respeito e tal, mas continuou a mesma coisa não teve mudança na verdade não sei se vai por que mudou a direção da escola no Umarizal parece que agora a pessoa que ta assumindo ele é um pouco mais interessado nesse sentido. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

> [o senhor pode falar sobre a escola no sentido dela contribuir para o fortalecimento da cultura quilombola] muito assim na espontaneidade sabe. Quando por exemplo fala da questão do samba de cacete a escola sempre dá esse apoio mesmo que seja em restrito mais dá. Naquilo que eu tava falando na questão das quadrilhas de São João que sempre foram uma tradição nossa aqui, apesar de que quadrilha é muito mais amplo, é uma cultura muito mais ampla, mas a escola como eu disse agora, pode ser que com esse diretor possa mudar um pouquinho a característica dela em relação à questão quilombola realmente é muito mais ligado lá por cima na imposição. Uma vez eu fui convidado pra falar a respeito do sete de setembro e achei uma situação muito complicada por que quando Dom Pedro deu o berro de independência e veja a situação que nos estamos, que independência nos vamos festejar? Deveria festejar a independência que independência nos temos pra festejar? É meio complicado, na verdade eu posso confessar pra vocês que eu me senti ruim pra falar por que a maneira como eles estavam fazendo uma defesa e eu tava vendo inversa a coisa me senti muito mal. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

A partir disso podemos inferir que a educação escolar desenvolvida na comunidade é um reflexo da reprodução de ideologia da classe dominante, neste sentido era necessário destituir este ambiente que se configurava nas escolas brasileira, como relata Santos (2005).

> Portanto, ao perceberem a interiorização dos negros, ou melhor, a produção e a reprodução da discriminação racial contra os negros e seus descendentes no sistema de ensino brasileiro, os movimentos sociais negros (bem como os intelectuais negros militantes) passaram a incluir em suas agendas de reivindicações junto ao Estado Brasileiro, no que tange à educação, o estudo da história do continente africano e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional brasileira. Parte desta reivindicação já constava na declaração final do *I Congresso do Negro Brasileiro*, que foi promovido pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), no Rio de Janeiro, entre 26 de agosto e 4 de setembro de1950, portanto, há mais de meio século. (SANTOS, 2005, p. 23).

Ainda em Pinho (2010) o termo "raça" é uma construção social, que deriva das desigualdades sociais e da vitimização do racismo do qual, no caso brasileiro, a população negra é atingida em cheio por esse processo. É construída política e ideologicamente, que ajuda a vislumbrar a dominação coletiva do grupo branco em detrimento do negro, e nada tem a ver com desdobramentos biológicos.

> O sentido de raça é uma construção sociológica que visa compreender, numa perspectiva dialética, a situação da população negra e de outros grupos não brancos. Sendo assim! Reduzir o racismo ao fator biológico é fechar o campo de análise e a compreensão do momento contemporâneo. (PINHO, 2010, p. 31).

Sendo de forma teórica esta a definição do termo raça, ou seja, um campo de força político e ideológico, o que também buscamos perceber foi o papel político da associação quilombola no combate ao racismo, abaixo temos a declaração de que há

uma defesa constante da igualdade, de valores coletivos, perpassando as questões religiosas e culturais, independentemente de raça e cor. E novamente a reafirmação que de que ser negro é uma atitude política.

> [agora qual o papel político da associação quilombola no combate ao racismo?] desde muito tempo a gente sempre trabalha em defesa da igualdade, nos defendemos, nos vamos pra cima como diz a historia. Mostrando o valor não ta na cor, todos nos somos iguais então à associação tem se preocupado nisso. Ai que entra a questão que eu falei ainda agora envolvimento com a questão religiosa e social, política e tudo pra que as pessoas possam entender que nos somos todos iguais independentemente da raça e da cor. E isso eu creio que tem surtido certos efeitos apesar do pessoal gostar de pintar o cabelo. Isso é uma questão bem pessoal questão do respeito é outra coisa. A associação tem contribuído bastante em relação a isso com certeza absoluta. Ate mesmo vendo a minha cor que a minha pele não é negra e muitos que tem a pele negra não se consideram tão negro como eu me considero negro e isso é visto por muita gente então isso é uma coisa que eu acho que tenho contribuído bastante pra que a pessoa se sinta capaz de se identificar. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

Santos (2005) nos leva a entender que a construção da identidade negra é uma tarefa política e é muito importante a atitude de contestação e ruptura com o processo contraditório do "tornar-se branco", como uma espécie de caricatura, anulando a sua autoestima. No âmbito da vivencia destes sujeitos, muitos momentos são apontados como característicos da manifestação do racimo que em muitas vezes se traveste de brincadeira, ou se mascara com a atitude adversa como algo que está presente aos olhos de negro que se equivoca ao perceber a atitude racista.

> [em algum momento o senhor já ouviu falar de raça, racismo, discriminação racial e o senhor acha importante falar isso na escola? Dentro da associação o senhor já ouviu falar desses temas?] Já ouvi falar sim, ainda tem muito preconceito ainda.
>
> [o que o senhor pensa sobre isso? Sobre a questão do racismo?] no meu pensamento pelo menos eu fico na minha né. A gente não pode nem às vezes se defender. O cara vem com agressão. [e o senhor já percebeu algum tipo de brincadeira ou discriminação racial na comunidade de Umarizal?] não deu pra mim perceber aqui
>
> [nem na sua infância?] na infância tinha
>
> [que tipo de brincadeira?] De apelidar de São Benedito, o Celin filho do Arara. Ele me chamava de São Benedito quando era molecote até depois dele casado. Eu estudava aqui ai ele morava lá na frente ai me chamava de São Benedito. Aí quando foi agora depois dele casado, fui um dia lá me Baião ele falou "oh, São Benedito" eu falei: olha Celin eu não tenho merecimento pra ser santo da próxima vez que tu me chamar de São Benedito eu vou te chamar no fórum. (Entrevistado, Inácio, Agosto de 2017)

O ponto crucial aqui seria a prática do racismo, que de acordo com Souza (1983) seja pela repressão ou persuasão, faz o indivíduo negro desejar e, até mesmo, projetar uma identidade antagônica em relação à de seu corpo, etnia, de sua pessoa. Esse seria um ideal que converteria o negro ao retorno a uma possibilidade, onde este poderia ter sido branco, ou num futuro, onde não cabe o mesmo ter um corpo ou uma identidade de negros.

Nas relações de poder, ainda em Souza (1983) é nítida a percepção de que o negro é afetado pelos artifícios negativos criados pelo branco, a exemplo das práticas de inquisição, colonialismo, imperialismo, antissemitismo, nazismo, stalinismo, dentre outras formas opressão. É sabido da criação da escravidão, a pilhagem, as inúmeras guerras à destruição de incontáveis etnias. No entanto, a práticas de manutenção de poder utilizam-se de mecanismos que impregna, legitimam tais práticas e impedem qualquer oposição sobre tais desdobramentos.

Os elementos apontados acima são, antes de tudo, fatores conflitivos que desconsideram o mundo e suas relações que são criados por sujeitos interdependentes e, portanto, não podem ser vistos como estruturas que pressionam umas as outras, mas sim constituídas por indivíduos que se pressionam de maneira reciproca, gerando uma dinâmica simbólica da socialização (SETTON, 2002).

Pelo posicionamento dos sujeitos da pesquisa podemos perceber que estes se situam de forma consciente no mundo, de maneira diferenciada. Em Stepan (2005) fatores políticos, econômicos, sociais e culturais estão imbricados desde a elaboração de teorias científicas, assim como em todas as práticas humanas, e nas relações raciais não é diferente, é por exemplo o debate que a mesma faz na obra “A hora da Eugenia”. Para a autora deveria haver uma espécie de sentimento de gratidão e de humildade de cada membro de uma cultura dada, deveria ter em relação a todas as demais, não deve basear- se senão numa só convicção: a de que as outras culturas são diferentes, de uma maneira a mais variada e se a natureza última das suas diferenças nos escapa, deve-se a que foram imperfeitamente penetradas.

Se a nossa demonstração é válida não há, nem pode haver, uma definição de homem destituída de relação com a definição da categoria cultura no seu sentido absoluto, isso implica na coexistência de culturas que oferecem o máximo de diversidade entre elas, consistindo em a necessidade de sua coexistência.

4.5 CONCEPÇÕES E POLÍTICAS DE RESISTÊNCIAS NO MOVIMENTO QUILOMBOLA

Como a Liderança percebe a constituição dos sujeitos-liderança? As lideranças exprimem muito para nós sobre o que é ser um agente político do quilombo. Na narrativa seguinte Senhor Narciso expressa os sentidos que para ele é ser uma liderança quilombola:

A concepção das lideranças se constitui de maneira democrática e participativa.

> Na participação, umas das coisas que eu acho fundamental é a pessoa participar junto com a gente e ele vai caminhando com todos acontecendo dessa maneira vendo minhas ações, vendo o meu trabalho, eu acredito que a pessoa tem condições d e seguir de caminhar um pouco mais junto e com isso ele vai se espelhando nas coisas boas que o outro faz. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017).

A própria política do movimento se apresenta como uma Pedagogia que ensina o sujeito sobre como ser uma liderança e mesmo Senhor Narciso que nos surpreende com tanta experiência e saber reconhece que aprendeu com outra liderança o que é ser uma liderança de movimento quilombola. Nas palavras dele:

> O movimento quilombola a partir de 2002 a pessoa que mais me chamou atenção foi o Daniel de Oriximiná aquele modo dele trabalhar, mas a distancia que fica é muito longe passei mais de 15 anos sem falar com ele. É aquele tipo de pessoa que sempre respeita os outros. É o tipo da pessoa que sempre tá a disposição do movimento tá a disposição da comunidade, da associação, então eu acho isso importante à pessoa se doar. Dizer, não tô trabalhando simplesmente pra conseguir emprego. Querer dinheiro não. Trabalhar pra contribuir para o desenvolvimento do meu lugar isso eu acho importante. Trabalhamos todos esses anos na direção da associação e a única. Economicamente com nada, ou seja, não tem sala rio não tem nada que o próprio estatuto já tá falando nisso. Ultimamente eu tô viajando tudo por minha conta mesmo. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017).

> [como que a associação e o senhor como líder da associação, presidente, contribui pra essas atividades?] com a minha participação com as minhas sugestões escutarão com muito respeito por que não é só a minha opinião que vale, mas tem uma equipe, por exemplo, nos temos agora 18 da comissão organizadora do festival todo mundo é ouvido, todo mundo participa e eu tenho que como direção da associação tem horas que também tem que me impor em certas coisas que eu vejo que tá fugindo um pouco da razão. Então a gente tem que ter esse cuidado de não deixar escapulir, não deixar fugir. Nesse sentido a gente tem que, que também não sou só eu da direção da associação tem mais pessoas que participam diretamente assim como tem aqueles que participam indiretamente também. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017).

As lideranças são constituídas de saberes que lhes possibilitam fazer estranhamentos dos processos de exploração e das condições de vida nas comunidades negras. Observe que a condição material que os aflige e que engrena de certa forma o movimento quilombola pela igualdade de oportunidades define também a identidade do sujeito, pois, é a partir das lutas e decisões e negociações com o poder local que se desenvolve no imaginário social e no próprio pensamento uma auto-definição (compreensão de si) como liderança. É na hora, no momento mesmo de conversar que os valores emergem como o motor mais forte que leva a este ou aquele embate político e aí que se reconhece e mantém em pé e vai em frente no processo de equidade social.

Notavelmente o espectro de liderança buscada neste trabalho recai na figura do Senhor Narciso Vieira, que como consta nos depoimentos ele serve de modelo de liderança que ao longo da história desta associação quilombola vem por diversas vezes sendo centrada na figura deste. O Senhor Narciso definiu liderança quilombola como "*ter compromisso com a raça*" e pela posição que ocupa isso soa em todos os aspectos da realidade, como comprovam os vários documentos por ele assinado e que constam no corpo deste trabalho. No entanto, se este sujeito é o modelo para os demais, o que o constitui liderança? Quem foram os seus modelos? Quando perguntado a respeito deste fator, as respostas revelam ambientes que em muito influenciam a região na qual estão inseridos como um todo. Inicialmente o destaque vai para sujeitos da Igreja Católica, em especial a figura de Pe. Thiago:

> [agora seu Narciso quando se trata do seu aprendizado quem o senhor tem como referência de alguém que lhe ensinou a ser o que o senhor é enquanto líder?] Padre Thiago. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)
>
> [o Padre Thiago tá aonde hoje?] adoeceu, foi pra Holanda e lá ele morreu tá com muitos anos de falecido (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017).
>
> [uma figura muito lembrada na região, ele teve participação na fundação da comunidade?] da comunidade sim, mas da associação não. Tempo que a associação foi fundada ele já tinha falecido. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017).
>
> [ele fez muito por Baião né?] morou 24 anos em Baião direto (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017).
>
> [tirando o padre Thiago] tirando o padre Thiago teve muitas pessoas que não se trata de se espelhar, mas de pegar algum, aproveitar deles alguma coisa boa. Por exemplo, tive a possibilidade de fazer curso junto com o Maciel, com o Zelito, com o Dilton. Muita gente assim que eu aqui acolá pegava de um pegava de outro por que nessa época eu tinha estudado muito menos.

> Aproveitava as oportunidades que tinha e ia adquirindo mais conhecimento com esse pessoal. Depois do padre Thiago teve outros padres, muito nãos ele trabalhou três anos em Baião, mas nos tínhamos uma convivência muito próxima. Padre Geraldão, na verdade foi mais com o pessoal da Igreja Católica os padres né. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

Em vista disso, o senhor Narciso Vieira sendo, neste momento a cabeça, os braços são seus companheiros de luta e de diretoria e, por último, as mãos e os pés são os associados da comunidade, sem influências externas a associação enquanto instituição seria impossível de existir. Um destaque cabível aqui é no que tange a influencia consciente da figura feminina, como bem expressa a fala da entrevistada abaixo:

> [as lideranças tanto da família quanto dos movimentos políticos que envolvem a comunidade são predominantemente exercidas por quem mais por homens ou mais por mulheres?] aqui no nosso caso digamos que é parcialmente. É tanto por homens quanto por mulheres. Por que como no meu caso, na minha casa, lideranças são mulheres. Que tanto que eu e a minha mãe somos separadas. Em questão politicamente do mesmo jeito que tem homens tem mulheres também. Então digamos que seja parcialmente. (Entrevistado, Entrevistado Paula Menezes, Agosto de 2017)

Desta forma podemos analisar o conteúdo acima como um genuíno elemento identitário que representa o lugar das mulheres negras em sua comunidade, sendo este o pano de fundo que é apontado por Hall (2003), isso demonstra de forma profunda o que propriamente constitui a vida cultural da comunidade, as mulheres, sim, participam de forma equilibrada das decisões do grupo. Contrariando os vários discursos negativos que são produzidos acerca da população afrodescendente, é essa capacidade política desses líderes e que nos leva a perceber nessa relação de admiração reside o sucesso deste poderoso instrumento de mobilização. Neste ponto merece destaque:

> [mas o senhor fala em dois aí o Zelito Moreira da comunidade de calados e o Dilton de São Francisco, como é o sobrenome do seu Dilton?] o nome dele é Manoel Dilton Pinto da Rocha. Falecido já Zelito. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017).

> [como que a associação e o senhor como líder da associação, presidente, contribui pra essas atividades?] com a minha participação com as minhas sugestões escutarão com muito respeito por que não é só a minha opinião que vale, mas tem uma equipe, por exemplo, nos temos agora 18 da comissão organizadora do festival todo mundo é ouvido, todo mundo participa e eu tenho que como direção da associação tem horas que também tem que me impor em certas coisas que eu vejo que tá fugindo um pouco da razão. Então a gente tem que ter esse cuidado de não deixar escapulir, não deixar fugir. Nesse sentido a gente tem que, que também não sou só eu da direção da

> associação tem mais pessoas que participam diretamente assim como tem aqueles que participam indiretamente também. A comunidade Umarizal ela vem desenvolvendo a cada dia que passa gente percebe um desenvolvimento socioeconômico, político até certo ponto muito bom. Houve um crescimento populacional e infelizmente não houve um crescimento estrutural essa é uma dificuldade que a população enfrenta. Quanto ao meu relacionamento pessoal com a comunidade em especialidade com as lideranças pessoas de responsabilidade excelente não tenho nenhum problema vamos dizer assim no que diz respeito a respeito mesmo, consideração. Existe divergências que eu não sei dizer se é ideológica se é pessoal, mas acredito muito mais na questão da falta de formação e entendimento de certas pessoas, mas acredito que isso não tem prejudicado o desenvolvimento do trabalho e quando se fala da associação à gente consegue com certa eficácia a liderar sabe. Trabalhamos esses três anos ai e uma das coisas que a gente não descuida é de fazer as coisas acontecerem de trabalhar em prol da comunidade embora e um importante diferenciar varias coisas que a associação na é só do Umarizal envolve outras comunidades e ai eu tenho compromisso também com outras comunidades que fazem parte e a direção tem compromisso em zelar em nome da associação pelas cinco comunidades. A minha convivência mais direta realmente é com Umarizal. E a gente sempre tem empenhado em beneficiar tanto outras comunidades, mas não podemos deixar de adiantar que a maior preocupação é justamente com Umarizal até por que as outras comunidades a gente não tá convivendo no dia a dia e a gente não sente a necessidade que sente da onde a gente está então por isso à gente tem essa proximidade muito mais com a população do Umarizal. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017).

A Pedagogia da qual nos referimos aqui é algo que de certa forma vem a se manifestar como a principal arma para combater um inimigo histórico que o movimento negro como um todo enfrenta cotidianamente: o racismo. Sobre o combate ao racismo, quando se trata disso, temos:

> [agora qual o papel político da associação quilombola no combate ao racismo?] desde muito tempo a gente sempre trabalha em defesa da igualdade, nos defendemos, nos vamos pra cima como diz a historia. Mostrando o valor não tá na cor, todos nos somos iguais então à associação tem se preocupado nisso. Ai que entra a questão que eu falei ainda agora envolvimento com a questão religiosa e social, política e tudo pra que as pessoas possam entender que nos somos todos iguais independentemente da raça e da cor. E isso eu creio que tem surtido certos efeitos apesar do pessoal gostar de pintar o cabelo. Isso é uma questão bem pessoal questão do respeito é outra coisa. A associação tem contribuído bastante em relação a isso com certeza absoluta. Ate mesmo vendo a minha cor que a minha pele não é negra e muitos que tem a pele negra não se consideram tão negro como eu me considero negro e isso é visto por muita gente então isso é uma coisa que eu acho que tenho contribuído bastante pra que a pessoa se sinta capaz de se identificar. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017).
>
> [e de que forma a senhora acha que é possível combater o racismo na sociedade?] É pregando contra, mostrando. Hoje graças a deus ainda é forte. Na novela eles tentam colocar o negro sempre como, como eu posso dizer

> assim, sofrimento, o ator mais. Tem parte que a gente já vê que tem uma condição melhor e ta pregando pra eles isso, por exemplo, através desses eventos culturais mostrando que o negro é capaz. Aqui tem um negro que defende e ele chora, essa noite ele tava lá com o pessoal que não queriam, posso dizer assim, como é que diz? Bater palma. Cristiane, professor Cristiane ele bate forte. [ele é daqui mesmo?] é, ele tem um cantinho afro dele aquilo ali 'ah mais aquilo ali chora por causa do quilombola' ele ate briga. O pessoal não queria 'gente bora gritar' e ele é um então filho da Donata aquela que era presidente da associação das mulheres. Ela era filha da tiazinha a mãe dela já morreu. Irmã do moreno, do Divaldo. E ela tem um filho que é. [moreno ta aqui ou em Tucuruí?] ta aqui. Então eu acho que pra nos combatermos é fazendo essa ligação tendo conversando e mostrando pra eles a nossa capacidade por que se não fica difícil. Se a gente não tiver ali atuando e mostrando, fazendo acontecer às coisas, botando as pessoas... Ai vão vendo que... Aqui graças a deus as coisas já caiu muito, que de primeiro, como o hélio falou ainda se sente, mas não ta como era de primeiro. (Entrevistado, Antonete dos Santos Miranda, Agosto de 2017).

Nas várias entrevistas e viagens a Umarizal, lembro-me de conversas com as pessoas reconhecidas como lideranças políticas na comunidade, e pude perceber que estes defendem uma comunidade politizada, sobretudo, com a intenção de construção de espaço público de diálogo entre iguais e diferentes, buscando intercâmbio tentando construir saberes, baseado em práticas democráticas que visam ter base em práticas democráticas e que emancipem seus sujeitos. Pelas falas a seguir podemos de forma muito segura atestar que isso é o que pretende estes líderes:

> [MAS ATRAVÉS DE QUE MECANISMO O SENHOR QUER PASSAR? COMO O SENHOR PASSA?] Na participação, umas das coisas que eu acho fundamental é a pessoa participar junto com a gente e ele vai caminhando com todos acontecendo dessa maneira vendo minhas ações, vendo o meu trabalho, eu acredito que a pessoa tem condições d e seguir de caminhar um pouco mais junto e com isso ele vai se espelhando nas coisas boas que o outro faz. O movimento quilombola a partir de 2002 a pessoa que mais me chamou atenção foi o Daniel de Oriximiná aquele modo dele trabalhar, mas a distancia que fica é muito longe passei mais de 15 anos sem falar com ele. É aquele tipo de pessoa que sempre respeita os outros. É o tipo da pessoa que sempre tá a disposição do movimento tá a disposição da comunidade, da associação, então eu acho isso importante à pessoa se doar. Dizer, não tô trabalhando simplesmente pra conseguir emprego. QUERER DINHEIRO NÃO. Trabalhar pra contribuir para o desenvolvimento do meu lugar isso eu acho importante. Trabalhamos todos esses anos na direção da associação e a única. Economicamente com nada, ou seja, não tem sala rio não tem nada que o próprio estatuto já t aflando nisso. Ultimamente eu tô viajando tudo por minha conta mesmo. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017).

As concepções declaradas acima apontam que o que estes sujeitos aprendem no movimento social se tornam elementos capazes de possibilitar mudança através do papel ativo de seus membros a partir de algo que admitimos serem seus processos educativos, aqui isso não se reduz a transmitir algo, vemos nas falas a necessidade de

engajamento com o real em que se vive. Para isso os indivíduos que assumem essa tarefa de serem líderes devem tomar partido, devem ser combatentes. Nesse sentido, constata-se que o que ajuda na multiplicação desses papéis é a presença de uma liderança inspiradora que unifique o grupo na coordenação do coletivo. Essa constatação nos leva a perceber a associação de Umarizal como um grupo democrático, coeso em relação à atitude de seus líderes. Por outro lado, tais líderes tornam-se referência para os demais participantes do coletivo, são elas que formam atitudes nos demais sobre tudo no que diz respeito a como estes adentram a diretoria da associação. Podemos perceber que o modo como se aprende perpassa pelos valores que divergem da Lógica capitalista.

> [você gosta das reuniões e da condução da sua vivência no grupo? Dessa condução da associação e da comunidade o senhor gosta dessas atividades? E de viver nesse coletivo que é a associação quilombola?] sim, até certo ponto sim. Até porque se eu não gostasse, eu não estaria aí por que as perseguições às difamações que a gente recebeu e recebe até hoje por que não consegue o 100% de jeito nenhum então tem sempre aquelas pessoas que tá perseguindo caluniando que tá traindo e assim por diante. Então isso quando eu permaneço isso justifica que eu gosto, não é aquele gostar por prazer, mas eu gosto porque eu verifico aquilo que eu disse La atrás eu vejo que há uma necessidade de alguém fazer alguma coisa essa é uma razão de dizer que gosto. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017).

> (...) Até porque aquilo que você faz por prazer aquilo que você gosta aquilo lhe dá certa, certo alívio você tá fazendo aquilo com gosto com prazer. Por mais que você até certo ponto esteja agradando a todos e você ter certeza que você tá fazendo a coisa certa, que você tá fazendo de coração aquilo que claro ajuda bastante no seu cotidiano. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

> Ai que é o seguinte a comunidade quilombola são todos nós Quilombola somos todos. Agora é reclamar pra direção no caso, essa comunidade... (Entrevistado, Inácio, Agosto de 2017)
> [como você define sua comunidade. Se for pra definir o Umarizal como as senhora pode descrever? O que é essa comunidade pra senhora?]

> Pela associação né? [é] olha, tem mais não da de fazer, não é muito fácil [mas o que?] *pelo menos o titulo*. Atrapalha a gente, na gestão da Ana Julia do movimento a gente esperava assim, a gente botava que fosse fácil e vi que não andou nada mesmo. No tempo do Almir Gabriel aqui ainda saiu um titulo só que a Dra. Adelina veio ai no primeiro mandato do Narciso. Ai esse problema com a Martins ai [Martins é a fazenda] é a fazenda. Ai o que ela falou: "olha, vamos dar uma sugestão pra vocês, vocês peguem esse titulo com o limite do que está e depois vocês vão pra cima do governo pra mais terra pra requererem mais terra." Ai nos votamos na assembleia, votamos. Esse titulo saiu quando chegou esse titulo acharam que tava pequeno, ai volta com esse titulo. Agora diz que tá pra sair agora tá pra sair mesmo e acabou a bronca... Eu acredito que agora em 2018 vá sair.

[Japirica fica pra onde?] fica aqui pra cima, fica ali de frente com Marajó, não tem o Marajó pra cá? Paraná que tem a direita né. Japirica fica na esquerda subindo.

[alguma vez o senhor sentiu vontade de fazer algo pela associação que o senhor não teve oportunidade de fazer?]

[qual influência da associação no seu cotidiano? No seu dia a dia? Qual influencia da associação?] depois desse lado da educação acredito que ainda tem muitas águas pra rolarem ainda. Acho que saindo o titulo a gente vai ver mais coisa de bom.

[então defina pra mim o que é ser quilombola pro senhor] primeiro eu acho que é ser negro né. Não sei se tem outras coisas a mais né.

[o que é ser quilombola? Nós temos, descendente de escravo, nascer no quilombo, tradição e defender o quilombo como moradia. O que é pra ti ser quilombola?] pra mim da entre todos, um pouquinho de cada, mas no meu consentimento o que é ser quilombola é acima de tudo assumir quem eu sou, da onde eu vim, onde eu moro e a minha raiz. No caso de que muitas pessoas querem se designar quilombola, mas não moram em comunidades quilombolas, não tem família em quilombo. Eu não nasci no quilombo, mas a minha família descende daqui, mas eu me considero bastante como quilombola por que eu me assumo eu sou o que sou. Eu não tenho vergonha de ser negra, não tenho vergonha de expressar os meus sentimentos na comunidade dizendo que eu sou negra. E acima de tudo é não perder a minha tradição, da onde eu vim, as minhas origens, da minha cultura acima de tudo. (Entrevistada, Paula Gimenez de Baía, agosto de 2017)

[onde nasceram e cresceram seus pais?] também no Bailique, lá ele cresceu, saiu devido aquele tempo eles sem estudo sem muita coisa tinha aquele negócio de companhia. De trabalhar em companhia saia pra ir extrair e castanha aqui pra cima que naquele tempo não era Tucuruí era chamada cabaça né. Iam pra lá extrair castanha muito tempo ele foi pra Tomé-Açu também através de serviço, mas era serviço pesado, eu não sei nem qual o serviço que ele fazia lá, mas se não me falhe a memoria, era extraindo castanha pra marabá, (Entrevistado, Antonete dos Santos Miranda, Agosto de 2017)

[os seus pais já moraram em Umarizal?] não. Só mora aqui eu e minha irmã que é casada aqui. (Entrevistado, Antonete dos Santos Miranda, Agosto de 2017)

[antes de vir pro Umarizal a senhora morava onde?] eu na realidade eu nasci no Bailique e fiquei ate meus dez anos com dificuldade com negocio de estudo eu fui morar em Tucuruí ai fiquei em Tucuruí ate os meus 15 anos estar pra lá fiz até a 5ª serie lá. Ai como diz a mamãe 'entrou o fogo do macho' ai eu arrumei um namorado arrumei um marido e vim morar aqui no Bailique. Não, minto, no primeiro momento eu fui morar me Mangabera município de Mocajuba e teve um filho do meu primeiro relacionamento ai depois não deu certo e eu retornei pra Bailique ai fiquei morando em Bailique ai depois eu conheci meu marido daqui e vim morar aqui. Mas já teve história eu já rodei. Morei um tempo em Mocajuba. (Entrevistado, Antonete dos Santos Miranda, Agosto de 2017)

[daqui pro Bailique da quantos quilômetros?] uma base de uns 15km. [onde é que é o Bailique mesmo?] aqui depois da agrovila, tem uma agrovila que o Bailique de lá dentro veio pra agrovila. A vila grande. Os meus pais moram la pra baixo passando da vila. [São Bernardo?] passando do São Bernardo pra

> lá. Não tem aquelas casa bonitas feitas pelo projeto? [sei] lá são os pessoal que vieram do Bailique de lá de dentro que são lá também quilombola. O meu pai ele não mora dentro da vila ele mora entre Bailique e porção o sitio dele é separado. (Entrevistado, Antonete dos Santos Miranda, Agosto de 2017)

> [aí de essa relação de Bailique e Umarizal ter essa relação próxima...] isso, todos quilombolas (Entrevistado, Antonete dos Santos Miranda, Agosto de 2017)

> [e os seus irmãos? Quantos irmãos e o que fazem?] somos 6 irmãos. Eu tenho um que tá direto na agricultura que mora no sitio dele. Hoje eu tenho duas irmãs que moram lá em Tucuruí que são domesticas, donas de casa. Uma trabalha lá na vila de domestica e outra trabalha dentro de casa fazendo os trabalhos domésticos. Tenho um irmão que mora em marabá aquele é empregado lá que eu esqueci o nome da empresa, mas era uma empresa CCM (Camargo Correa Metais) eu ele trabalhava trabalhou um tempão na CCM ai depois da CCC eu não sei o que aconteceu, eu sei que eles chamaram ele pra ir trabalhar lá em marabá nessa empresa e hoje ele mora lá. [siderúrgica] isso. [como é o nome dele?] Nelito dos Santos Miranda. O outro trabalha direto na agricultura e eu hoje que moro aqui também como professora mas eu sou autônoma eu gosto de, eu trabalho como professora e lavradora eu gosto de mexer com o solo. Na roça eu mexo com agricultura também. (Entrevistado, Antonete dos Santos Miranda, Agosto de 2017).

O posicionamento das lideranças em sentido da sua organização ao ponto do que os orienta, estabelece elementos que dispõem dos requisitos de admissão ao coletivo da associação.

Quando se trata do que é a definição do "*ser quilombola*", no próprio Estatuto ocorre uma definição do associado partindo do princípio da definição desta identidade em seu Art. 4º *"indivíduos que integrem e/ou vierem a integrar as comunidades remanescentes de Quilombos Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão*", há aqui uma pertença que tem que servir como elo de exclusão e inclusão relacionado à origem destes indivíduos, que devem ser oriundos destas localidades. Também são inclusos na sequencia os indivíduos que antes moraram e que de alguma forma possuem ligação com as mesmas por laços de parentesco, cultural, de terra de cultivo, pela prática do esporte ou outra forma de contribuição, desde que haja ligação de pelo menos "*até o 3º (quinto) grau*" Parágrafo I do Art. 4º. Há também um espaço reservado para o trato de questões relacionadas às Relações Étnico-Raciais atribuídas à Coordenação de Gênero e Raça no Art. 41, visando:

> I- Apoiar e incentivar os bons princípios como igualdade, liberdade e respeito ao próximo, independentemente de sexo, cor, raça ou etnia;
> II- Criar alternativa de oportunidades para homens e mulheres da Associação;
> III- Combater as desigualdades para homens e mulheres.

Ser líder quilombola já se se define como algo mais complexo. É expressivo nas falas a ideia de que estes sujeitos se encontram mobilizados e organizados em torno de seus ideais através deste instrumento que é a associação, forjando identidades territoriais, enfrentando conflitos vão além da luta pela terra em sentido físico e de trabalho, ultrapassando a lógica *da* e *a* produção material da vida. Há aqui a combinação da luta pela terra, pelo território, pelo modo vida de quilombola, como segue:

> [defina pra mim o que é ser um líder quilombola] ser um líder quilombola. É meio complicado ser líder quilombola que é uma coisa que engloba varias coisas voltadas pro quilombola. Por que são líder quilombola pra mim por exemplo, começo da história. Ai quando perguntam que é quilombola já vem aquela historia de escravo fugido, vieram de não sei da onde, por exemplo nossa historia aqui, os primeiros quilombolas que vieram fugido foi de Cametá que na época era aqui pro rumo de Cametá e foram se alojar lá pra dentro, com medo dos seus senhores, capitão do mato, fizeram aquela, fundaram a comunidade lá pro Paxiubal. Ser um líder quilombola é uma responsabilidade muito grande em cima de tudo isso que tu pergunta e ai por que vamos ter que tentar passar pra eles uma coisa positiva, um processo, fazer com que eles acreditem no nosso trabalho e vá buscar uma coisa que traga o bem estar desse povo. Através de que? Através de projeto. Por que ser um líder quilombola é muito tachado por que tudo que acontece por exemplo, de mal ou de bom que sempre não vão ver o lado bom, sempre vão ver o mal. O culpado é o líder da associação quilombola então nos tem que fazer tudo pra agradar esse povo, buscar lei, projeto. Tachavam o narciso 'ah por aquele tá buscando não sei o que e a nossa terra ele tá deixando pra lá, ele não tá, mas não sabiam o tanto que ele estava correndo desde quando eu comecei a trabalhar com ele que eu falo 'bora narciso correr atrás' e quando vem parece que eles nem acreditam. Então ser líder quilombola assíduo, pesado, mas esse trabalho de liderança quilombola é espinhoso a pessoa vive com a cabeça praticamente botando na bandeja que é quando ele vai lutar pelo um povo e qual que fica no espelho é ele. Narciso praticamente já era pra tá como dizem praticamente com os ossos branco que vai correr atrás do beneficio de um povo que a gente não é respeitado, a gente não é valorizado. Então ser líder quilombola é ter coragem, força de vontade pra ajudar o povo. (Entrevistado, Antonete dos Santos Miranda, Agosto de 2017)

> [além de Tucuruí e baião a senhora já morou em outra cidade?] Mocajuba. [mudava pra essas cidades por quê?] ah essa minha ligação, Tucuruí, foi em busca de estudo né, minha família pobre ai minha tia pediu pra eu ir morar com ela e eu fui morar com ela e estudar pra lá. Mocajuba já foi através de marido fui morar com o marido que era de lá morei em mangabeira um tempinho, mas depois fui pra Mocajuba (Entrevistado, Antonete dos Santos Miranda, Agosto de 2017)

> [alguma vez a senhora sentiu vontade de fazer algo pela associação e não teve oportunidade?] eu sempre senti esse desejo e a gente não tinha. Até mesmo por que quando eu entro de novo, esse muro que eles colocavam da política partidária, por que nos nunca tivemos oportunidade de eu sempre interagindo com eles, sempre tentei tá junto, mas eles nunca abriram um leque assim pra mim tá dando. Dizer a realidade, eles nunca acataram as minhas opiniões. Eu sempre em reunião deles ai eu tava falando, mas La eles não a catavam as vezes a ideia da gente era só o que eles queriam. A antiga diretoria. Por exemplo, eles estavam La no movimento eu ia lá, eu dava uma ideia, mas não era acatada. Ai quando chegou nesse ponto que eu vi ai, que agora é hora que eu vou entrar, que eu vi ai que já tava com o edital que já ia acontecer a eleição foi quando eu chamei o Narciso. 'ei Narciso, tá acontecendo assim e

> assim como eles vão posar? Eles me disseram que não tem ninguém pra concorrer com eles. Borá concorrer que tá em cima da hora' ele falou 'é Jane, isso tem tudo não sei o que lá, tem documento com não sei quantos dias, tudo legal' ai eu falei 'bora tentar, eu falei com o cara La ele disse que podia entrar'. Ai que nos montamos na porra dessa chapa pra concorrer com ele, mas nunca imaginávamos que nos íamos ganhar. Por que primeira vez e eles estavam rejeitando o narciso por que o narciso uma vez tinha, deixa eu ver uma palavra que eles usam, ele entregou a associação, mas como é que da o nome? Ele renunciou a diretoria. Mas por que ele renunciou? Por que ele correu o risco de morrer, foi ameaçado de morte por pistoleiros que tavam atrás dele. Ele renunciou. Que tava trabalhando pro bem estar deles e na hora eles estavam tramando de querer matar ele ai ele renunciou. E eles diziam que não queriam amis ele que tinha roubado. Ai ele 'não, Jane eu não quero' eu falei 'rapaz, mas eu aqui já olhei e não vejo uma pessoa competente pra assumir, tu é um cara que tem conhecimento La fora' ai eu fui levando ele no banho Maria. Ai ele foi embora pra casa dela ele falou 'vou pensar no teu caso'. Rapaz vamos colocar todo mundo diferente ai, eu quero que tu coordene ai que eu te dou o máximo de apoio que eu puder aqui eu vou te ajudar. Ai ele foi pra lá, foi ler o negocio do edital que tava lá. Ele me apelida de guita 'guita eu resolvi, bora enfrentar , eu falei, 'então borá, fala ai como é pra mim montar' me deu a coordenada lá pra mim montar a chapa e eu corri atrás. Ai coloquei um monte de nome e fui correr atrás das pessoas. Ai o pessoal uns já aceitaram outros não. Ai montamos e no dia fez aqui um sopão convidei o pessoal, ia buscar o pessoal. Foi uma eleição tipo política partidária muita gente nem eles apostavam em nós. Isso não vão ganhar ainda mais que tinha uns novatos. Assim que nos ganhamos eles não deixaram nem apossar começou a briga e isso pra nos foi obrigado ate o advogado vir pra cá o Dr. Tales que veio pra gente possa por que nem isso não foram entregar nada. Então são coisas que eu tinha vontade, ai a gente começou a conversar com o narciso né. 'agora nos vamos mostrar pra eles' botar aqui pra dizer. O Oberdan chegou, se tu chegar e dizer ' Jane eu quero dormir' pode ir La pra associação que lá tem escapula, tem ventilador, tem geladeira, tu dorme a vontade. Pessoal do ITERPA ficam hospedados lá. Botamos escapula tudo. Tem aonde aconchegar o sócio, os colega que vem pra fazer uma visita. Não ta ainda totalmente acabado por causa desses empasses que a gente não tem recurso pra. Nos tamos lá tem que fazer o piso da garagem ainda não conseguimos, agora borá ver com esse festival vai dar que eu não ouvi falar qual objetivos deles da renda dessa festa. A nossa era se tivesse renda nos íamos mexer lá na sede e a deles eu não sei qual é esse objetivo, mas é disque a renda em prol da associação. Então são coisas que hoje nos podemos a pessoa chega eu fico muito alegre do tempo que eu passei lá 2 anos da minha coordenação, que eu pude fazer, como eu era diretora de patrimônio eu gosto de, ate hoje eu não tô na frente da, não tô como nenhuma liderança, tô como membra, mas a minha participação lá, quem cuida de planta, quem tá capinando é eu que vou pra lá e eu sempre tô cobrando 'gente, isso aqui não é meu é nosso'. Tudo que tem vem me procurar. Eu tenho uma colega da Eleni Guerra que ela vem procurar eu aqui. (Entrevistado, Antonete dos Santos Miranda, Agosto de 2017)

Podemos entender que o vínculo que se constrói com o grupo faz estes indivíduos saírem da esfera particular e passarem a integrar uma esfera pública, o que inspira mobilização e atuação coletiva. Observamos que há uma passagem do indivíduo para o coletivo, isso é o que encaramos como fator da subjetividade, a atuação no coletivo com ações concretas o que podemos entender de algumas falas é que esses sujeitos exercem seu potencial de contribuir com o coletivo quando exercem seu

potencial de liderança nas manifestações que se configuram como públicas e de caráter coletivo na tentativa de contribuir em sanar as demandas do grupo.

Representar a coletividade neste quilombo como vamos percebendo nas narrativas é dar sentido àquilo que é a tradição, o tradicional aqui não diz respeito ao passado, mas está no tempo presente, é o coletivo, o político, o que é construído, mesmo com a diversificação da dinâmica da comunidade que se envolve em processos de construção do seu tradicional em diálogo com a comunidade externa, como consta no documento abaixo:

Figura 9: Documento de Auto-reconhecimento junto à Fundação Cultural Palmares de 03 de outubro de 2006

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n. 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n. 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, artigo 322 da Constituição do Estado do Pará, e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Umarizal**, localizada no município de Baião, Estado do Pará, registrada no Livro de Cadastro Geral n. 007, Registro n. 703, fl. 14, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n. 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n. 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, é ***REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.***

Declarante(s): Deumattia de Farias da Silva Vilhena
Presidente da Associação das Mulheres Produtoras de Umarizal
CNPJ n. 01.611.862/0001-60

Eu, **Miriam Caetana de Souza Ferreira** (Ass.)..... Diretora-Substituta da Diretora de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e o extrai. Brasília, DF, **03 de outubro de 2006**.

O referido é verdade e dou fé.

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil
Fone: (0 XX 61) 3424-0100/0 XX 61) 3424-0137 – Fax: (0 XX 61) 3226-0242
E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br – http://www.palmares.gov.br

"A liberdade do negro é uma liberdade guerreira" (Waly Salomão)

Fonte: Seu Narciso (arquivo pessoal).

O documento acima destacado é a Certidão de Auto-reconhecimento emitido pela Fundação Cultural Palmares que tem base no art. 1º da lei 7.688[31] de 22 de Agosto

[31] Com esta lei autorizou a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP, vinculada ao Ministério da Cultura, com sede e foro no distrito Federal, com a finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira.

de 1998 e nos art., 2º, §§1º e 2º, art., 3º § 4º do Decreto 4. 887[32] de 20 de novembro de 2003, regulamentando junto ao Estado a identificação. Reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes quilombolas, fazendo menção à Constituição do Estado do Pará em seu art. 322[33], e no art. 216[34] do Ato das disposições Transitórias, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988.

Podemos facilmente perceber que os interesses da comunidade coadunam-se aos dispositivos legais e que no caso descrito acima o que temos é a contemplação do anseio por um processo que beirava exatamente sete anos e que agora, já que garantido em lei se concretizava.

> [e o que essa pessoa queria alcançar com isso?] Beneficio, sócio da associação pode pleitear uma declaração pra pegar bolsa você ta entendo? Então tem toda essa situação. Ai depois eu disse. Olha você pode ser sócio

---

[32] Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.
§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.
§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.
Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
§ 4º A autodefinição de que trata o § 1º do art. 2º deste Decreto será inscrita no Cadastro Geral junto à Fundação Cultural Palmares que expedirá certidão respectiva na forma do regulamento.

[33] Art. 322. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos no prazo de um ano, após promulgada esta Constituição.

[34] Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
I - as formas de expressão;
II - os modos de criar, fazer e viver;
III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.
§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.
§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.
§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

> contribuinte pode lavrar não tem nenhum problema. Você só não tem esse direitos que você quer. Ah mais assim eu não quero. Passando uns 3,4 dias chegou uma outra querendo uma declaração pra ela se aposentar. Queria que eu declarasse que ela mora e trabalha e produz na área da associação. Eu não posso fazer isso. Ah mais eu nasci aqui, se você quiser uma declaração que você nasceu aqui em Umarizal eu dou, que não é problema, mas pra dar uma declaração de que você trabalha, eu não posso fazer. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

> [quais são suas expectativas em relação aos jovens?] olha eu tenho uma expectativa, uma preocupação é essa falta da interação deles dentro da instituição. Eu sempre cobro, prego com eles na rua ‘’gente vocês tem que interagir mais’ esse meu aqui mesmo eu cobro dele falei que ‘por isso que muitas vezes vocês vão fazer uma prova e vocês acabam sendo eliminados até mesmo pelo dialogo de vocês’ como um filho quilombola tem muita coisa que eles não sabe. Um dia desses eu conversando com uma amiga minha de Bailique falando ‘ai Jane eu tirei o chapéu’ ela ta estudando numa faculdade aqui e lá os professores que vem gostam por que ta cutucando sobre a origem e tem muita gente ali desinformada. Mas tu sabe por quê? Por que eles não gostam de ta participando de reuniões, eles só vão quando é interesse deles e reunião tu ganha muito conhecimento, principalmente nesses bate papo que vem falar do bem estar da nossa raça. Hoje aquele teatro ali muito interessante que eles vieram falar sobre a origem do samba de cacete. Quem tava prestando atenção aprendeu muita coisa quando começou o Umarizal e tudo mais. Então eu tenho uma preocupação com eles nessa parte a falta de interação, a participação deles dentro da instituição. Inclusive ta vindo uma coisa de declaração pra declarar a inclusão deles. Eu tô ate eu falei pra eles ‘tão fazendo errado por que isso aqui eles não tão sendo assíduos nesses trabalhos’ e eu não ia declarar isso pra eles por que eles aprender a ser mais assíduo com a responsabilidade dele como sócio dentro do quilombo pra eles tarem participando. Só vou se for interesse. Tem um trabalho que ta na minha cabeça que eu tava falando pra uma colega que nos temos um campo que ta abandonado ate falei pro Hélio ‘bora fazer um sopão, borá convidar esses menino.’ Que eu gosto muito dessa parte de plantação, arborizar esse coisa desse campinho, da uma limpada convidar eles. Por que isso é pro bem estar deles, pra preservar aquela parte, assistir o jogo na sombra e eu tenho muita coisa que eu tenho vontade de fazer, mas as vezes a gente tem esses impasses. As vezes os parceiros da gente não ajudam né, mas eu tenho uma preocupação com eles e como eu tô te falando sempre na escola. Quando eu trabalhava aqui eu pregava sempre pra eles, os nossos valores não deixar essa raiz morrer, essa nossa historia, a nossa cultura. Tudo eu sempre venho cobrando isso deles. (Entrevistado, Antonete dos Santos Miranda, Agosto de 2017)

Os valores destacados na narrativa anterior demonstram a indicação de que há um processo de construção da tradição a partir da compreensão de que é importante o sentimento de pertença, e isso é algo percebido pelo processo de auto-reconhecimento exemplificado com o documento abaixo.

Podemos notar, entretanto, que há também momentos de situações crítica que circundam o social e se manifestam em momentos de conflito, ou a atuação da associação em momentos de conflito que não fogem à esta responsabilidade. Como evidenciamos no depoimento abaixo:

> [levando em consideração que a senhora entrou em 2013, a forma que as lideranças antes desse período se manifestavam com relação aos seus sócios interferia no seu posicionamento enquanto associado?] interferia tae mesmo por que eu não via algo que me atraísse 'eu vou me associar' primeira por que não tinha aonde se associar era aquele cadastro que eu te falei e todo mundo achava que era quilombola, tava morando na comunidade é quilombola, mas como eu vou provar? Eles andaram cedendo umas carteiras por ai que eles davam um papel que eu não sei como era esse papel por que eu não cheguei nem a ver que o próprio sócio que era quem preenchia, mas ele preenchia mas não ficava nada registrado num livro, alguma coisa. Eles davam a carteira e isso era pra poucos, pessoas que eles achavam que deveriam dar e ela não era carimbada, não tinha carimbo de nada. Que alguem me falou 'olha eles me deram essa carteira, mas pra mim preencher' dava La eu não cheguei a ver como era e a pessoa que preenchia. Então quilo não me chama, como? Aonde que eu vou me associar? Ai quando a gente procuravam diziam 'não, todo mundo é sócio' e ate hoje muita gente tá com isso na cabeça ainda. Não tinha a gente não achava, inclusive teve uma vez que veio dois advogados aqui uma polemica que tava numa terra que inclusive era de um paceirão nosso que já partiu tá em memória. Acho que tu conheceu ele, seu tenente que nos chamava. Ele se apossou de uma casa que era da associação que La era um aviário e a associação na época entrou com uma ação contra ele pra ele desocupar e eu sei que ai foram lá pra Belém vai e vem, conseguiram dois advogados pra vir aqui que era pra fazer esse negocio pra ele sair, liberar, conversar com ele e tal. Os advogados chegaram aqui ficaram por debaixo dos cajueiros ai que não tiveram com quem se comunicar e nem dizer 'vai pra tal casa que aqui é nossa'. Os caras ficaram por ai não acharam com quem conversar foram embora. E isso quando eu entrei eu até coloquei pro narciso 'bora tentar resgatar buscar' o narciso não é por que ele é uma pessoa assim que admiro que quando ele assumiu essa associação, quando ele saiu ele deixou vários bens dentro da instituição e quando recebemos foi só a carcaça, carcaça de motor, de motor de voadeira, de tratorzinho que eles chamam jiriquinho, barco só a carcaça bandalharam tudo. O que ele conseguiu através dos projetos dele que era da associação o pessoal que tava na direção acabaram com tudo. E isso não trazia incentivo, pra que eu vou? Já achavam que a gente queria alguma coisa e eu graças a deus numca ocupei, mas ai todo mundo sempre declararam. Era declarado mais não tinha, era aqui, mas se tu saísse La fora era, não existia respaldo nenhum. Ate mesmo por que a associação tava tudo inadimplente então isso não trazia aquele desejo. Hoje não o pessoal tão vendo o trabalho La fora pelo menos uma saída dele pra Belém. Mas a Maria Luiza veio me falar que La fora a associação do Umarizal ela tá bem vista. Eles vem aqui, eles tão gostando do trabalho, tão vendo os benefícios inclusive esse trator pequeno recebemos logo nos fizemos uma garagem pra botar. Pra eles verem que a gente tá tendo zelo pelas coisas por que tudo isso também trás gosto. Por exemplo tô como uma profissional, uma pessoa vamos supor um empresário chega ai 'ah, Oberdan. Da pra nos como vamos supor hoje nos estamos precisando de uma impressora, nossa impressora não presta. Tu vem e da uma impressora chique pra nos quando tu vem ai ela tá lá pelo sol, tá lá, poxa eu não tôo tendo zelo pelo que. Então tudo isso também cativa com que as pessoas venham ajudar a instituição. (Entrevistado, Antonete dos Santos Miranda, Agosto de 2017)

Em Almeida (2008), o critério político sobressai nas comunidades tradicionais como algo que se combina numa espécie de "política de identidades", onde os grupos sociais utilizam para fazer frente aos seus antagonistas. É o que, ao nosso ver ocorre com a certificação dada concedida pela Fundação Palmares. Nesse sentido, o uso de

conceitos que trazem o sentido plural dessas comunidades, ainda de acordo com Almeida (2008), admite a existência organizativa plural, de organizações sociais que tem identidade própria, indo de encontro a categorias que possam invisibilizar a diversidade e a diferença cultural nelas presentes.

Por essa acepção o uso comum da terra, além dos processos de auto-reconhecimento é algo ignorado na compreensão das dinâmicas agrárias brasileira, mas que de certa forma é percebida por estes agentes.

> [política, educação, quais os grupos ou locais comunitários que você frequentou que considera importante na sua formação, na sua aprendizagem? Tipo igreja, amigos, clubes, família, escola. Que grupos e locais o senhor frequentou que lhe fez como pessoa que o senhor teve aprendizado com esses grupos?] a escola é uma parte boa né. Ai de lá associações também que eu participo a vários tempos também. As vezes não funciona direto mas pelo menos o inicio é uma coisa fantástica, as vezes não vai longe, mas no inicio né conversando com seu Narciso lá em Baião ainda nos fizemos uma equipe ai da nossa terra aqui né. Esse povo vem la de Cametá invade aqui a terra e faz coisa que agride o meio ambiente. No caso ... aqui tem conhecimento dele tá na área da Martins ai pessoal do Umamrizal aqui. Vem esse povo do rumo de Cametá caçar praí é o que eles fazem. Eles tiram só o filé da caça e deixa ossada lá. São coisas que a gente se da bem assim no grupo através dessa organização ai nos vamos procurar barrar essa agressão no meio ambiente que eles tão fazendo. (02:06) então isso é bom pra gente, trabalho no grupo. A gente resolve os problemas da comunidade.

O autor antes mencionado aponta que o controle dos recursos básicos é exercido de maneira livre e individualmente por um grupo de pequenos produtores diretos ou por seus membros. Estes territórios são constituídos a partir de práticas tradicionais, de bens de uso comum, a exemplo da terra, florestas, rio e equipamentos de trabalho.

> [que conquista da comunidade que lhe beneficiaram? Assim que beneficiaram não no sentido de coisa particular, própria, mas que lhe beneficiaram no sentido da senhora perceber que potencializou algo dentro da sua família que contribuiu pra essa vivencia na comunidade, que trazem beneficio, que trazem bem estar?] a conquista que nos conseguimos traves da associação, nos o nosso grupo é essas bolsas pra esse meninos que ta servindo não só pra minha filha, mas pro filho de muitos hoje. Hoje nos estamos com uma patrulha mecanizada através da instituição que ta servindo pra comunidade que muitos graça a deus tão ai com roças grandes e já ta tendo de novo como eu posso dizer uma exportação de farinha que antigamente não tinha mais. Chegamos a comprar farinha do pessoal vindo daí de Cametá vender aqui numa época que ninguém tinha ai tava parado e o narciso lutando graças a deus hoje todo mundo já tá fazendo uma rocinha muitos já tão vindo ai pegar maquina tão fazendo roça. Nos estamos hoje com um projeto pra plantio de mandioca. não tá ainda registrada no cartório mas nos já fundamos uma cooperativa aqui que isso também vai nos trazer

> beneficio. Mesmo a gente saindo da direção a cooperativa vai permanecer que eu posso dizer que ela fica meio a parte que é onde a gente pode vender os nossos produtos, agregar valores. Então são coisas que através da instituição tem me ajudado e não só a mim mas a população muita coisa a gente já conseguiu ai que tem ajudado. (Entrevistado, Antonete dos Santos Miranda, Agosto de 2017)

O reconhecimento do uso do território é algo que se dá por conta da superação do processo de 'colonialidade do saber', que se manifestam no poder impede o reconhecimento da territorialidade existente e as que se constituem a partir da posse de bens comuns como o a titulação da terra. Esse objetivo no caso da comunidade de Umarizal é o que muito constitui esses sujeitos de forma a gerar uma unificação.

Podemos perceber que este território é de uso contínuo, marcado pela busca de um reconhecimento legítimo. Sob a concepção de que se trata de um espaço ocupado secularmente, que tem projeto, de dinâmicas que se instauram em território tradicional, de uma população atuante em seu território e que não tem poder real sobre sua posse.

A interpretação de que predomina o respeito da concepção do que engrena o movimento carece de reconhecer a possibilidade de efetivo domínio das rédeas do destino com base na identificação dos valores que oprimem esta categoria de pessoas e a possibilidade de ser aceito como se auto-definem. Um elemento que se destaca é a possibilidade de aceitação pelo processo de se europeizar, muito bem destacado em Souza (2012) o que se ressalta na aceitação da fé, nos rituais religiosos e até no fenótipo. O que facilmente é destacado nos discursos da comunidade, como segue:

> [em que momento o senhor ouviu falar de raça, racismo e discriminação racial? E se o senhor acha importante a escola ensinar sobre essas questões.] começando do fim pro principio como diz a historia, pra mim seria fundamental se essas coisas realmente viessem a acontecer na sala de aula por que essa questão da discriminação o próprio negro se discrimina por si, então isso eu acho dolorido sabe. Eu creio que agora quando vocês chegar lá, nos chegarmos lá há de aparecer alguém negro de cabelo loiro, negra de cabelos lisos, cabelo espichado como queira. Pra mim é uma discriminação que dói na gente, eu defendo quem eu sou e aqui tem poucos que fazem essa leitura, que defende o que é. Tratar do cabelo não é problema agora mudar o cabelo isso eu acho que é uma discriminação é muito ruim e essa educação eu acho difícil de acontecer por que como é que uma professora fazendo, aplicando esse ato ele vai dizer pro aluno dele não fazer, é complicado. Alem dessas e outras coisas que envolve.

Neste sentido, nota-se que se quer romper com uma hierarquia de valor que é personificada pela depreciação do que é da localidade, como coloca Souza (2012),

quando se assemelha com o "branco"/"europeu". E busca-se diálogo com instituições que historicamente vem excluindo esta categoria como mostra no documento abaixo:

Figura 10: Documento de apoio financeiro destinado ao Fundo Amazônia/BNDES de junho de 2014

Para: Departamento de Prioridades - DEPRI

E Comitê de Enquadramento

- Fundo Amazônia/BNDES

Caros Senhores;

Estamos encaminhando-lhes em anexo a Consulta Prévia referente à solicitação de apoio financeiro não reembolsável ao projeto ora apresentado.

Após análise pormenorizada das normas constantes das Orientações e Roteiro de Informações para Apresentação de Consulta Prévia... estamos convictos que nossa proposta cumpre com todas ou a maioria das exigências contidas na citada Orientações.

Consideramos nosso projeto como **ESTRUTURANTE** por contribuir para a implementação de uma política pública para nossa microrregião, por ser resolutivo em relação à situação problema relacionada à ameaça de desmatamento e degradação que avança inexoravelmente em direção à nossa microrregião gerando perspectivas de profundos danos ambientais e sociais e também por ter escala de território considerando as distintas associações locais que estarão envolvidas individualmente nas respectivas propostas apresentadas ao Fundo Amazônia. Em relação à Entidade Parceira, solicitamos que nos enviem a relação das mesma já que estamos por definir por uma delas, mas não temos conhecimentos de sua existência. Já que falta-nos know-how para conduzirmos a implementação do que aqui propomos.

Na certeza de que nossa luta pela preservação e conservação da floresta amazônica encontrará apoio neste FUNDO.

Sem mais para o presente momento, despedimo-nos.

Atenciosamente

Baião - PA, 06 de Junho de 2014

ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DE UMARIZAL BEIRA, UMARIZAL CENTRO, BOA VISTA E PARITÁ - MERI (UMARIZAL PRESERVADO)

NARCISO VIEIRA RAMOS
COORDENADOR GERAL

CARTÓRIO CONDURU

Fonte: Narciso Vieira (arquivo pessoal)

O que podemos destacar no documento acima citado é a busca de aproximação e tentativa de impor uma relação com uma instituição de dimensão Internacional, na busca de "(...) apoio financeiro não reembolsável ao projeto ora apresentado. (...)" (l.01-02). O documento faz jus à uma das frentes demonstrada em regimento e em algumas falas no que diz respeito à "(...) ameaça de desmatamento e degradação que avança inexoravelmente e, direção à nossa microrregião (...)" (l.09-12). O que se quer na

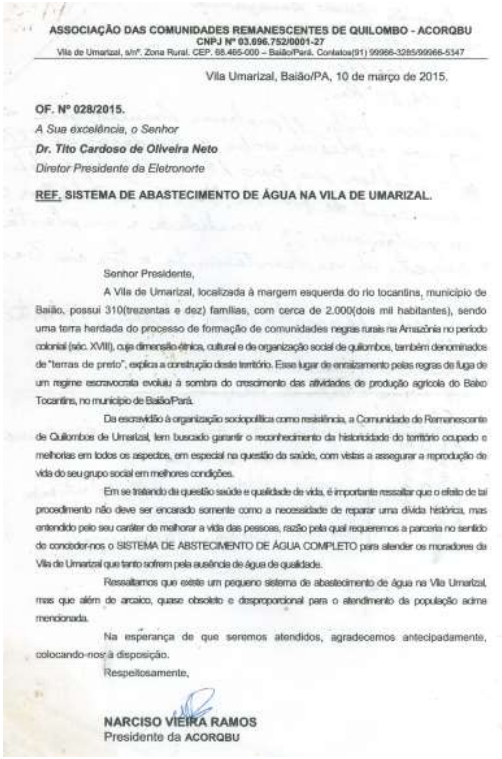
essência do documento é incentivo financeiro para promoção do trabalho de preservação da natureza local.

O que temos dessas iniciativas se comparadas com o anseio dos seus líderes é algo que vem como complemento daquilo que querem para si, como uma atitude, nas palavras de uma das lideranças, onde se faz *"o sacrifício pra ver resultado"*.

> [e essa atividades comentadas pelo senhor são prazerosas? Da associação da comunidade mais aberta?] isso ai é o seguinte eu acredito muito que nos somos capazes de mudar a realidade de miséria que ainda se vive. Então eu acredito nisso e por isso então que eu faço esse trabalho pra mostrar o contrario, eu sempre fui aquele de apostar no contrario não sou muito de facilidade. Eu gosto de ver o esforço e o sacrifício pra ver o resultado aquela coisa que vem fácil pra mim não tem muito valor não por isso eu sou contra paternalismo. Eu acho que eu tô fazendo a minha parte tudo que eu posso fazer eu tô fazendo então eu devo, umas das preocupações é que eu acho que é meu dever é preparar alguém, um grupo coeso, capaz, um grupo consciente do que vai fazer pra dar continuidade A partir do termino desse mandato. Por que eu acho que eu já tô fazendo a minha parte até mais do que eu posso, mas não tô com isso arrependido não eu quero contribuir o que eu puder fazer eu quero fazer. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

Abaixo podemos notar a necessidade de aproximação autônoma para atingir um objetivo que deveria ser garantido pela gestão pública:

Figura 11: Ofício 28/2015 (anexo XX), tentativa de firmar parceria entre a Associação Quilombola e a Eletrobrás Eletronorte na pessoa do presidente da estatal para construção de um Sistema de Abastecimento de Água para a Vila de Umarizal



ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO - ACORQBU
CNPJ Nº 03.696.752/0001-27
Vila de Umarizal, s/nº. Zona Rural. CEP. 68.465-000 – Baião/Pará. Contatos(91) 99968-3285/99966-5347

Vila Umarizal, Baião/PA, 10 de março de 2015.

OF. Nº 028/2015.
A Sua excelência, o Senhor
Dr. Tito Cardoso de Oliveira Neto
Diretor Presidente da Eletronorte

REF. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA VILA DE UMARIZAL.

Senhor Presidente,

A Vila de Umarizal, localizada à margem esquerda do rio tocantins, município de Baião, possui 310(trezentas e dez) famílias, com cerca de 2.000(dois mil habitantes), sendo uma terra herdada do processo de formação de comunidades negras rurais na Amazônia no período colonial (séc. XVIII), cuja dimensão étnica, cultural e de organização social de quilombos, também denominados de "terras de preto", explica a construção desse território. Esse lugar de emalzamento pelas regras de fuga de um regime escravocrata evoluiu à sombra do crescimento das atividades de produção agrícola do Baixo Tocantins, no município de Baião/Pará.

Da escravidão à organização sociopolítica como resistência, a Comunidade de Remanescente de Quilombos de Umarizal, tem buscado garantir o reconhecimento da historicidade do território ocupado e melhorias em todos os aspectos, em especial na questão da saúde, com vistas a assegurar a reprodução de vida do seu grupo social em melhores condições.

Em se tratando da questão saúde e qualidade de vida, é importante ressaltar que o efeito de tal procedimento não deve ser encarado somente como a necessidade de reparar uma dívida histórica, mas entendido pelo seu caráter de melhorar a vida das pessoas, razão pela qual requeremos a parceria no sentido de conceder-nos o SISTEMA DE ABSTECIMENTO DE ÁGUA COMPLETO para atender os moradores da Vila de Umarizal que tanto sofrem pela ausência de água de qualidade.

Ressaltamos que existe um pequeno sistema de abastecimento de água na Vila Umarizal, mas que além de arcaico, quase obsoleto e desproporcional para o atendimento da população acima mencionada.

Na esperança de que seremos atendidos, agradecemos antecipadamente, colocando-nos à disposição.

Respeitosamente,

NARCISO VIEIRA RAMOS
Presidente da **ACORQBU**

Fonte: Narciso Vieira (arquivo pessoal)

Neste contexto percebemos um grande potencial de atitude decolonial, a autoafirmação[35] identitária da associação se definindo com herdeira de cultura e organização quilombola no que diz respeito À constituição do seu território, os dizeres "*terra de preto*" (l. 05) "*enraizamento*" (l. 06) apontam necessariamente que há a sustentação de uma identidade muito bem definida no que tange a perspectiva da resistência. Percebemos a preocupação com os vários aspectos da vida, visto que neste documento que visa fazer referencia ao abastecimento de água da vila aponta que a luta vai além, aponta-se a tentativa de reconhecimento "*histórico do território*" (l. 10), a "*questão da saúde*" (l.11), além de pensar em mecanismos que viabilizem "*assegurar a vida do grupo social*" (l. 12) melhorando suas condições de vida. A dívida histórica e a necessidade de reparação são nestes momentos de reivindicação o fio condutor que contrapõe a ausência do Estado e a valorização da associação como mecanismo político, no documento em destaque o que se quer por fim é um SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, mas o que se ganha é mais um motivo para resistir à ausência institucional por parte do Estado.

Nota-se que no discurso destacado no documento as características desta pedagogia que demonstra a todo o momento dando destaque àquilo que de fato compõe o processo de territorialização que constituem a comunidade. E segue o discurso abaixo, que manifesta a vontade de ver estas atitudes se multiplicarem em prol do grupo:

> [e como que é a preparação dessa liderança que o senhor quer deixar na associação? E de que forma o senhor está preparando eles?] na verdade não se trata de uma preparação de individuo para individuo, mas se trata de ver dentro de todo esse grupo aí as pessoas que possam desenvolver um trabalho e que tenham interesse de dar continuidade. Por que nosso entendimento tá que a liderança ela é muito natural, por mais que a gente queira fazer uma liderança, mas se ele não te a vocação pra aquilo a gente não consegue. Então a liderança é uma questão muito natural se a pessoa começa a assumir as coisas, as vezes ele diz: "eu não sou liderança" e no fim acaba sendo uma grande liderança. Então nesse sentido é que nos estamos trabalhando. Eu já comecei inclusive jogar claro com o pessoal "temos que trabalhar preparar pessoas, preparar grupos" aqueles que se interessarem devem logo ir se

[35] Na abordagem de González Casanova (2006) sobre o colonialismo interno na história do capitalismo, há destaque aos povos coloniais ou dependentes, e o surgimento de várias formas de resistência com características particularistas. São identificados três momentos de lutas ao longo do séc. XX: primeiro no início do século XX com movimentos de independência e nacionalistas, como a Revolução Chinesa ou a Revolução Mexicana; o segundo onde com o surgimento de uma da nova esquerda por volta dos anos 1970 criticando as contradições internas ao sistema, ocorridos em territórios dirigidos pelo comunismo e nos nacionalistas do "Terceiro Mundo"; e por fim o terceiro que a partir do século, aqui os movimentos por resistência e autonomia de etnias e povos oprimidos que passam a ocupar importância mundial, defendo projetos de lutas por autonomia de suas etnias, por liberação nacional, pelo socialismo e pela democracia. Como exemplo temos os povos zapatistas do México. Neste caso a coincidência temporal não pode ser entendida por acaso.

identificando por que a gente vai ter que deixar a direção daqui mais tarde quando deixar a direção como em 2012 eu sai deixamos umas coisas já um começo bom de estruturação, infraestrutura e tal e quando nossa chegamos em 2013 tava tudo acabado não tinha nada mais. Então pra que não se respeita isso dentro do que a gente tá discutindo pra que não venha a se repetir isso. Que alguém possa assumir com responsabilidade fazendo as coisas acontecerem na perspectiva de continuidade daquilo que já tem, cada vez conseguindo mais, trazendo mais as coisas desenvolvendo mais, estruturando melhor então essa que é a expectativa que a gente tem. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

[o senhor fala de expectativa, mas assim que mecanismo que vocês usam ou que a associação usa pra proporcionar pra essas pessoas condições pra que eles possam ser essa próxima liderança?] dando oportunidade pras pessoas, por que se agente não der oportunidade dificilmente as pessoas se destacam então, ate certo ponto tem uma certa exigência não sei dizer(...) mas trazendo mais pessoas exigindo mais participações, exigindo que essas pessoas se identifiquem realmente então a associação sempre trabalha aberto ou seja com uma democracia clara, sem manipulação, sem condução. Então a gente deixa muito a vontade e tem vezes que deixar ate democracia passar a ser democrático, mas a intenção justamente para que a pessoa se sinta mais a vontade sabe. E o que agente percebe é que hoje tem umas pessoas que já começam a refletir já começam a se entrosar com mais, como eu poderia dizer assim, com mais vontade sabe. Começa acreditar muito mais, então isso é eu acho que é muito bom por que quando a gente sair essas pessoas vão ter que dar continuidade independentemente do grau de estudo, mas que tenha condições de dar ... essa é a perspectiva. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

[como foi que aconteceu com o senhor, como o senhor entrou nesse processo de participar do coletivo do Umarizal?] olha eu morava na Transcametá eu percebi que o Umarizal precisava que fosse dada uma chacoalhada vamos dizer assim por que ate hoje se percebe essa dificuldade sem fazer julgamento de ninguém, mas a gente percebe que, olhando muito pelo ângulo político, a gente percebe que nos mesmo com certa escolaridade se a gente não der bem atenção acaba sendo manipulado com muita dificuldade pelos outros. Isso acontece ate hoje, não tô dizendo que por isso que eu cheguei a capital, não acontece muito essa manipulação sabe. O político que trabalha com essa visão ele sempre faz tudo pra separar pra ele poder ir manipulando gradativamente, ou seja, um a um vamos usar esse termo pro político que trabalha assim quanto mais o povo desorganizado pra ele é melhor. Esse foi umas das coisas que me chamou muita atenção pra que eu viesse a colaborar por que aquela velha historia eu milito na igreja católica se eu posso dar o peixe eu. Se eu posso ensinar a pescar eu não vou dar o peixe, ensinar a pescar volto aquilo que eu disse La atrás eu sou contra paternalismo por que pra mim paternalismo é uma maneira muito fácil de manipula as pessoas então é nesse sentido que eu comecei a questionar e tem bastante gente hoje no Umarizal, com certeza eu digo isso que tem uma outra visão das coisas, outra visão política social mesmo. Já não é aquele individuo que pensa nele "que quero pra mim, eu voto no senhor e o senhor me da", pensando nele tem muito ainda. Umarizal é uma vila grande tá com 330 e poucos moradores então isso é muita gente. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

[quais as recordações, os fatos ligados à luta, conquista, alcance, avanços e retrocessos na constituição do coletivo de Umarizal da associação que o senhor guarda na memória. Aqui nessa relação comunidade e associação quilombola. Tanto como avanço como retrocesso.] o que marcou como avanço foi a gente consegui em 99 fazer a fundação da associação e trazer eu sempre digo 99% da população a aceitar naquele momento sem nenhum

> aprofundamento claro do que era ser descendente de escravo como quilombola e tal então isso pra mim marcou muito e também marcou o meu retorno com decepções por que em 2012 quando eu sai da direção todo mundo da direção saiu por decepção falta de apoio, falta de confiabilidade então nós saímos. Quando saímos deixamos um micro trator, deixamos voadeira, deixamos recurso no banco pra aquisição de um barco. Quando nos retornamos o trator não prestou mais, o barco não prestava mais, a voadeira tava no prego mandei consertar até hoje ninguém nem usa ela. Então isso pra mim foi marcante, mas ao contrario sabe. Um retrocesso, uma decepção muito grande pra mim foi com esforço com muito sacrifício que a gente conseguiu essas coisas. Isso é assim não apaga nunca uma coisa dessa, não tem como apagar. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

Entendemos que esta memória é afirmada no que os documentos também não deixam de expor. Abaixo temos um convite direto ao governador do Estado que atesta a necessidade de uma articulação em instâncias que vão além do circuito municipal ou microrregional:

Figura 12: Convite para o Vice-Governador do Estado do Pará para participação do Encontro de Comunidades Quilombolas de Umarizal e Região. Abril de 2015.

ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO - ACORQBU
CNPJ Nº 03.696.752/0001-27
Vila de Umarizal, s/nº, Zona Rural, CEP: 68.465-000 – Baião/Para. Contatos(91) 99906-3265/99965-5347

Vila Umarizal, Baião/PA, 02 de abril de 2015.

OF. Nº 025/2015.
A Sua Excelência, o Senhor
Dr. ZEQUINHA MARINHO
Vice Governador do Estado do Pará

Ref. Convite ao Encontro de Comunidades Quilombolas de Umarizal e Região

Prezado Vice-Governador,

Ao cumprimentá-lo, parabenizamos Vossa Excelência e equipe, pelo brilhante trabalho desenvolvido em prol das Comunidades Indígenas e Quilombolas de nosso Estado.

A Vila de Umarizal, município de Baião, é uma terra herdada do processo de formação de comunidades negras rurais na Amazônia no período colonial (séc. XVIII), cuja dimensão étnica, cultural e de organização social de quilombos, também denominados de "terras de preto", explica a construção deste território.

Essa terra abençoada, de gente trabalhadora, lugar de ensaiamento pelas regras de fuga de um regime escravocrata evoluiu à sombra do crescimento das atividades de produção agrícola do Baixo Tocantins, no município de Baião/Pará, onde já se observa avanços na mecanização da agricultura através da parceria com a Secretaria de Agricultura do Estado, que nos concedeu uma pequena patrulha mecanizada, no sentido de fortalecer a agricultura familiar. Assim sendo, da escravidão à organização sociopolítica como resistência, a comunidade de remanescentes de quilombos de Umarizal e Comunidades da redondeza, tem buscado garantir o reconhecimento da historicidade do território ocupado, com vistas a assegurar a reprodução de vida do seu grupo social.

Diante do exposto e considerando nosso excelente relacionamento com esse Governo e seu compromisso comunitário, social e cultural para com a comunidade em geral, **CONVIDAMOS** o nobre amigo e defensor de povos Quilombolas, para palestrar em nosso **ENCONTRO DE COMUNIDADES QUILOMBOAS DE UMARIZAL E REGIÃO**, conforme programação em anexo, sobre o tema: **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POVOS QUILOMBOLAS**, o que em muito irá colaborar com nossa gente.

Na esperança de contarmos com sua aquiescência, agradecemos antecipadamente, colocando-nos à disposição.

Respeitosamente,

NARCISO VIEIRA RAMOS
Presidente da ACORQBU

Fonte: Narciso Vieira (arquivo pessoal).

O documento acima trata-se de uma iniciativa da própria Associação, onde de forma bastante enfática, estes líderes se mostram dentro daquilo que é sua definição de identidade:

> A Vila de Umarizal, município de Baião, é uma terra herdada do processo de formação de comunidades negras rurais na Amazônia no período colonial (séc. XVII), cuja dimensão étnica, cultural e de organização social de quilombos, também denominados de "terra de preto", explica a construção deste território. (Ref. documento acima)

Em sentido da sua relação com o território podemos entender a exaltação, *"(...) terra abençoada, de gente trabalhadora, lugar de enraizamento pelas regras de fuga(...)"* (l. 08), e percebemos um orgulho indiscriminado do sentido que há no processo de resistência pelo qual esta localidade passou em tempos remotos. Quando há um contato com uma autoridade, se quer de forma muito clara demostrar de onde se está falando, *"(...) da escravidão à organização sociopolítica como resistência, a comunidade de remanescentes de quilombo de Umarizal e Comunidades da redondeza, tem buscado garantir o reconhecimento da historicidade do território ocupado (...)"* (l. 12-14)

E ainda podemos notar o tom de diplomacia *"(...) considerando nosso excelente relacionamento com esse Governo e seu compromisso comunitário, social e cultural para com a comunidade em geral (...)"* (l. 15-17), e lança-se o convite. De certo modo o documento destoa com algumas falas quando se trata desta boa relação, no entanto, este convidado vem se mostrando presente na comunidade. A programação do referido evento segue:

Figura 13: Convite para o Encontro de Comum idades Quilombolas – Vila Umarizal maio de 2016

ENCONTRO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS
– VILA UMARIZAL/BAIÃO.

PROGRAMAÇÃO

DATA: 16 DE MAIO DE 2015 (sábado)
LOCAL: ESCOLA POLO – VILA UMARIZAL

TEMA: Nossa Casa, Nossa Terra e Nossa Identidade.

07:00 as 08:30 h – **Acomodações, Café da manhã e Inscrições.**
08:40 as 09:40 h – **Abertura e Apresentações.**
09:40 as 11:00 h – **Palavra das Lideranças e Autoridades.**
11:00 as 12:30 h – Palestra I: Políticas Públicas para os Povos Quilombolas: Vice-Governador do Pará, Professor Zequinha Marinho.
12:40 as 14:40 h – **Intervalo, Almoço e Prosa.**
14:40 as 15:40 h – Palestra II: Resgatando Nossas Raizes: Dra. Adelina Braglia – Coordenadora do Núcleo de Apoio aos Povos Indígenas, Comunidades Negras e Remanescentes de Quilombos.
15:40 as 16:00 h – **Intervalo, lanche e prosa.**
16:00 as 17:20 h – **Bate papo com Técnicos, Diretores, Secretários e outros Agentes Públicos do Governo do Estado, sobre regularização fundiária, emissão de documentos, projetos, convênios e outras parcerias. (ITERPA/ SEDAP/ EMATER/ DEFENSORIA PÚBLICA)**
17:20 as 17:30 h – **Considerações Finais – Presidente da ACORQBU - Narciso Vieira**

Fonte: Narciso Vieira (arquivo pessoal)

E temos no foco deste comportamento o anseio por aprendizado, que na fala do Senhor Narciso Vieira é uma constante:

> [o que o senhor aprende dos trabalhos que o senhor faz em grupo nesses vários momentos que o senhor convive com a comunidade?] eu não diria nem o que eu prendo por que quando se fala em aprender eu acho que quando a gente tem uma certa maturidade naquilo que a gente quer eu sempre tenho um dizer meu contraditório é isso se a gente der confiança pra alguma coisa a gente desaprende o que a gente sabe então o que eu acho é o seguinte por mim tenho um conhecimento bem profundo com o pessoal acaba o meu aprendizado com eles acaba sendo reforçando aquilo que eu já sei (06:35) acabo tomando mais consciência daquilo que eu já tenho [reforçando os seus ideais] isso. Por que nos tivemos uma assembleia dia 7 qual era o objetivo da reunião fundação de uma cooperativa pra chegar na fundação de uma cooperativa sabendo com quem trabalha mas tinha que discutir primeiro a possibilidade de um projeto com condições reais de sair sem nenhum problema. Daqui pro final do mês tá saindo só depende da vinda de um senhor vir aqui fazer o cadastro. Aí eu não pude esconder nada tive que colocar tudo na mesa adiantando o benefício prol e contra. Por exemplo, esse do prédio cidadão tem condições de ser financiado de R$ 2.000,00/5.000,00. o que eu tô defendendo que você pegue dois mil reais "por que dois mil reais?" por que você tem condições melhores de pagar, de devolver, na devolução você vai devolver com 18% de juros então é menos recurso pra você devolver então não vamos defender cinco mil já amarramos em dois. Por que eu faço isso? Por que eu conheço o que eu tô falando tá entendendo? Se eu chego aqui e digo "olha nos vamos discutir que tem condições de pegar de dois a cinco, mas quem vai decidir é aqui" quem defendesse dois ia perder ta entendendo? Qual é o objetivo desse financiamento? O financiamento é o começo da mecanização agrícola aqui. Então é um começo por que ninguém tem experiência da mecanização, ninguém conhece esse trabalho por isso tem que ir aos poucos. Eu acredito que tem como chegar ate lá. Ai é que eu tento responder aquilo como é que eu vejo como eu posso me beneficiar do conhecimento do outro para com o meu nesse sentido eu consigo diferenciar aquele que tá com boa intenção, aquele que tá com má intenção. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

> [vocês promovem esse debate quanto ao futuro da associação?] aproveita oportunidades, não diretamente. Agora eu comecei a fazer uma discussão pra que a gente possa aprofundar mais sobre aqueles cursos, inclusive os cursos de associativismo que mexe com a cabeça da pessoa um pouco nesse sentido. Então esse ano quero fazer um novo planejamento pro ano que vem já se preparando pra isso. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

> [o que é diferente na associação em relação aos outros espaços comunitários que o senhor frequentou? Existe diferença positiva ou negativa e o que o senhor queria que de repente fosse diferente na associação?] a grande diferença é que a associação tem personalidade jurídica ai você pode, com essa jurisprudência, pode avançar muito mais em certas repartições e discutir. Hoje por exemplo nos temos (01:18) condições de conveniar com órgãos do estado quando que em outras repartições comunitárias a gente não tem essa representatividade. A comunidade já tá falando é comum a todos pode fazer o que quiser, mas ela não tem aquela personalidade jurídica. O que eu gostaria, mas isso é uma questão da legislatura questão do ser, ou seja, de obedecer a lei. Então o que eu gostaria que acontecesse é que as comunidades também pudessem ter essa comparação legal. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

[quais as recordações que o senhor guarda na memória do Umarizal e a sua associação? Quais fatos ligados a essas lutas a essas conquistas, a esses alcances, avanços que houveram e também os retrocessos que houveram dentro da associação que o senhor se recorda] o avanço que teve foi no primeiro mandato do Narciso só que não deu tempo dele fazer as coisas ia terminar ai já ficou umas coisas engajadas que foi uma voadeira que tem aí, um jerico que não existe mais. Só não eu pra ele tirar por que terminou o prazo ai ficou tudo mastigado. Ai o Amadeu veio na época. [quem é Amadeu?] é um camarada ai de cima. [virou presidente?] bem ai de frente do colégio essas coisas. Agora o narciso de novo, trouxe a maquina. Foi só isso o fato negativo isso que eu te passei, não pode acontecer esse tipo de coisa. [é uma visão critica que o senhor tem da situação]

[agora quais fatos você mais gosta e acredita na política entre a comunidade e o poder local? Quais o senhor menos gosta? Tipo entre a comunidade e o poder publico da prefeitura? Acontece alguma coisa que o senhor gosta? Existe alguma relação?] o que eu gosto mais entre a comunidade e o poder publico é quando a comunidade quer alguma coisa do poder publico e se organiza, a comunidade se organiza pra brigar com o poder publico. Infelizmente nos vivemos num lugarzinho aqui, pedacinho do Brasil, que leva muito pro lado político e com isso a gente perde. Por que é muito bom poder tirar do poder publico o que a gente precisa se organize vou lhe dar um exemplo bem aqui. O senhor faz tempo que não vinha aqui mas eu acho que quando o senhor veio o senhor viu como estava como estava cheio de buraco aqui né [lembro] La do ramal o senhor viu como é que tava. Passou pro governo consertar a estrada ai Clodoaldo correu em cima né deles a primeira vez, segunda vez não conseguiram. Aí fui na secretaria do meio ambiente chegou La conversou com o secretario do meio ambiente. Já sabe como é que funciona a lei né. Ai eles tavam trabalhando aqui sem ordem da secretaria do meio ambiente. Ai Clodoaldo foi e mandou documento pra mim pra mim entregar lá. Peguei gasolina botamos no carro e fomos lá de lá eu entreguei pro cara e falei: “olha, a conversa toda aqui no papel” já chamando ele pra ir La em Baião ai ele falou ”, isso aqui eu não posso resolver, isso aqui só no escritório, Brasília que resolve isso ai”, mas como ele viu que tava errado patrão podia puxar a orelha dele lá. Quando foi cedo ele apareceu aqui em casa, não tava nem esperando por que ele não me deu resposta. Ele falou “olha rapaz, liguei pra você e pro Clodoaldo aí doutor Edlson tá vindo pra Ca na balsa né ai conversa com ele”. Que era pra ir ate na balsa quando chegou La, preocupação dele, quando chegou lá procurando o Dr. Na balsa e desse não. “mas rapaz nos vamos ter que ir lá em Baião” e eu disse “mas como” “não tem que ir lá em baião” fomos La em baião ai chegamos lá conversamos com o secretario do meio ambiente né. Acertaram tudinho lá e falou: “olha seu Inácio, valeu a pena a sua atitude com seu Clodoaldo a parte de vocês já fizeram agora tem a parte da comunidade”. A comunidade que vai dar outro aval que vai liberar a entrada pra eles lá.

[e nesse caso era quem a comunidade toda ou só a associação?] não, a comunidade toda né, pra assinar aqui pra autorizar eles entrarem, por que não pode entrar sem a ordem. A parte de vocês já fizeram, mas não podem autorizar eu com o Clodoaldo no caso. Aí viemos, ele falou: “tem abastecimento de água lá?” eu falei: “tem” energia tem. O senhor vai e conversa com o rapaz lá pra não dar problemas pra eles o rapaz da água tem que ta lá na frente, pra não dar problema, por que não pode dar problema pra empresa e nem a empresa pra vocês. Ai cheguei, mandei botar na boca do ferro do pastor. Se reunir que é pra ele passar o quadro pra eles assinarem. Sabe quanto nós arrumamos? 49 assinaturas só.

[e o restante não assinou por que?] mas eu não tô lhe dizendo como é isso ai que eu acho fraco da comunidade quando quer as coisas do poder publico. [esse é o lado negativo] escute aí, quando chegou lá em Baião. Eu falei: “olha, eu só arrumei 49” aí conversando com a vizinha que ela é daqui. Eu

falei:" preciso da sua ajuda, a senhora ta vendo a condições daquela estrada lá, nos estamos querendo assinatura pra nos liberar a empresa pra entrar, que nos arrumamos, tem o papel ai 50 e pouco 60" então é isso que eu vejo fraco na comunidade de participar. Eu acho bom quando vai conversar com o poder publico e vai aquela massa né é bom.

[e essa posição de líder, influencia e contribui no seu dia a dia?] o líder digo assim, eu pelo menos não faço força pra ser. Agora mesmo que eu não seja, a gente pede que quem seja tenha responsabilidade. Como eu lhe falei ainda agora o que eu sei bem da associação, ninguém diz: "ah, você é presidente da associação" você tem que pensar. Vai ter que largar o dele e cuidar da associação.

[o que tem de diferente na associação que em relação a outros espaços comunitários que o senhor visitou? que tem de diferente na associação? Tipo, o senhor frequentou já um sindicato, uma igreja e a associação o que tem de diferente? Que lhe faz ficar na associação?] me faz ficar na associação por que é uma coisa da gente a gente entende que não, eu vejo assim, independente de qualquer coisa que tenha, como eu falei por mais que a gente não tenha nada certo, mas eu tenho que fazer minha parte, ser sócio. Pago dos meus filhos também mensalidade.

[existem costumes/hábitos que você acredita que seja da comunidade, historias que só vocês conhecem e que passam pra seus filhos e netos?] com certeza. [quais?] bom temos vários lendas como a cobra Honorato, lenda do piquiázeiro, tem várias lendas que só aqui que a gente tem. Nos temos o hábito da coletividade de fazer farinha, a gente convida nossos vizinhos pra plantar e depois na hora de colher a gente vai e colhe todo mundo junto, fica aquela coisa da vizinhança fazendo farinha sempre tem isso nunca é, por exemplo, eu vou só eu, não. Sempre a gente convida tem a minha vizinha lá sempre ela me chama pra gente fazer farinha e essas coisas saem muitas conversas, conta as lendas em questão disso a gente tem. (Entrevistada, Paula Gimenez de Baía, agosto de 2017)

[por que você acha que Umarizal beira foi reconhecido como quilombola?] por que primeiramente era um esconderijo né dos escravos refugiados. Então quando eles fizeram, quando eles habitavam e faziam aqui sua moradia e tiveram os seus primogênitos dai vieram se reproduzindo e vieram até a minha geração eles não perderam essa etnia deles. Então como a gente descende deles e eles escolheram aqui pra se refugiar. Eu acho que o que foi passado de pai pra filho, chegou em um tempo de ter uma pessoa especifica pra procurar os nossos direitos por que aqui era uma residência de quilombola. (Entrevistada, Paula Gimenez de Baía, agosto de 2017)

[o que difere a associação dos outros espaço comunitários que a senhora participa? Há uma importância da associação na vila de Umarizal e por que ela é diferente? A igreja também é importante, o time de futebol é importante, os outros são importantes. E por que a associação é importante e é diferente?] pra mim ela é diferente por que quer queira quer não ela é uma empresa e essa empresa tem laço e tem poder pra buscar, pra reinventar. Tano que através dela, como ela é uma instituição que ela trabalha o bem estar coletivo, posso dizer assim, se torna fácil pra nos conquistar algo que a população precisa que se fosse individual não conseguiríamos. Por exemplo hoje nos ta com esse trator, se fosse individual eu creio que a comunidade não tinha, mas como é uma coisa coletiva através de um grupo. E esses direito que entre aspas a gente tem como quilombola através lá dos empurrão dos nossos parceiros lá dentro a gente tem conseguido. Porque? Por que nós tem trabalhado coletivamente. A nossa instituição ela trabalha pro bem estar do povo e quanto que alguém não viu esse lado assim. Em dizer 'ah, Narciso ta indo pra Belém ele quer ta passeando' mas ele ta la buscando pra quem? Pra comunidade. E isso tem sido um elo muito grande pra esses estudantes

que tem estudantes que chega ai, já veio pessoas de fora aqui colega meu, que eu fico ate com pena, mas não podemos fazer nada infelizmente ou felizmente, eu digo ate felizmente a associação tem um estatuto que rege a parte interna. Inclusive um rapaz, eu fiquei com pena dele, ele veio aqui, chorou. Já morou na comunidade onde eu morava, mas infelizmente ele não é quilombola, estudou um ano e pouco aqui. A família dele não é. E ele veio fazer uma pesquisa aqui. Ele queria se associar. Infelizmente ele não pode, ele não tem, a família dele não é, ele morou por aqui mais foi passageiro e como ele falou, tem pessoas que queria ter esse privilégio que hoje nos estamos tendo. Então a instituição nessa parte é diferente por isso, a escola não, é publica! Se vem um menino do Ceará, do maranhão ele chegou lá na escola eu tenho que matricular esse menino, mas a instituição tem todo uma parte que posso dizer burocrática interna que ela tem que ser respeitada, ela tem quiser cumprida dentro da comunidade. Nos não podemos chegar qualquer um 'eu quero me associar porque eu sou negro eu tenho'. Ontem chegou aqui dando uma de gaiato querendo ser, por que a mulher dele é daqui, mas ele não é e nem aqui eles moram, ai o hélio falou pra ele 'olha, tua esposa pode, mas tu não pode por que tem um regimento assim, assim' então eu acho muito, ela é diferente nessa parte de ser um órgão publico, mas ela tem um regimento diferenciado dos outros órgãos. (Entrevistado, Antonete dos Santos Miranda, Agosto de 2017)

[e vocês promovem discussões sobre o futuro da associação?] eu sempre tenho com o narciso inclusive agora por que a gente ta criando essa cooperativa ate mesmo já prevendo o futuro por que de repente vamos supor que o outro lado ganha a eleição pra administrar, mas a cooperativa independente. E aí nos vamos tocar o nosso serviço visando o bem estar do povo da comunidade. Aí nós já estamos com uns sócios né creiamos que nos vamos adquirir mais pessoas pra fazer parte. E aí também através dela nos vamos levar muita gente ao beneficio. [E a cooperativa vai envolver as pessoas da associação] inclusive hoje eu hoje eu tô com projeto se tu já ouviu falar R$ 2.000,00 com o Banpará pra plantar mandioca e nos já estamos ai com 30 pessoas que estão pra fazer o projeto. Inclusive a moça que vem trabalhar nesse projeto ela vai chegar segunda feira e o primeiro passo que nos vamos dar pra alavancar a agricultura que ta meia. Então muita gente queria mais dinheiro. 'não vamos ganhar confiança' por que se você não pagar o pouco nem o muito. Aquele que não pagar vai ta fora no próximo. Isso é o meio pra pessoa fazer a roça, se tem uma roça vai pagar pra capinar todo esse processo. É um trabalho e nos temos outras coisas ai que o narciso falou que ta, um projeto desses que a gente chama de fundo perdido pra plantação de açaí, criar peixe então é coisa que já vai ser através da cooperativa enquanto que ela não esteja tudo legal a associação tá respondendo, mas nos vamos organizando isso é já visando (Entrevistado, Antonete dos Santos Miranda, Agosto de 2017)

[quais são os fatos que você mais gosta e acredita na política entre a comunidade e o poder local? Entre a comunidade e a prefeitura de Baião no caso. O que a senhora mais gosta e o que menos gosta?] o que eu mais gosto é da interação deles como por exemplo vamos fazer um oficio que a gente é respondido ficamos gratos. Eu gosto dessa parte dessa relação quando a gente ta tendo apoio. O que eu mais não gosto é essa falta de respeito pela comunidade, pela associação. Hoje por exemplo o narciso eu creio que ele esta arrasado com o atual prefeito por que eu sempre cobro deles 'narciso tu é uma pessoa aqui que era pra tu ta na frente, tu pra ta cobrando' teve pessoas ai que entraram como diz a musica de gaiato pularam do barco na hora que tava afundando e deram sorte. Ai hoje ele é liderança, enquanto que e o narciso era o único que usava bandeira amarela aqui ficou pra trás da costa posso dizer assim. Não ta tendo como diz papai valor nenhum. Então eu cobro isso dele. E hoje nos tivemos agora aqui o Círio da padroeira da santíssima trindade e o narciso foi La reivindicar uns pedidos da liderança da

comunidade da Vanilde que ta hoje como ministra da igreja e ai não foi atendido. Então isso pra mim a gente se sente, eu me sinto chateada como uma liderança, como uma pessoa que ta na frente da instituição. Ele não foi pedi pra ele, ele foi pedir em nome da comunidade e simplesmente o cara que tava La na frente falou pra ele que não ia poder ser. Primeiro ele prometei que ia servir depois disse que não ia servir o narciso. Narciso falou 'olha eu não vim pedir pra mim eu vim pedir pra comunidade'. Inclusive eu não sei se era 30 telhas que a sede lá não sei se tu já olhou, se dá uma chuva ta só a buraqueira lá. Ele prometeu na hora não deu. Pedimos uma maquina por que o círio esse ano veio da boa vista pra cá [santíssima trindade virou círio agora?] é assim a festa quilombola ela era chamada festa da santíssima trindade como o padre, é uma festa religiosa, eles tiraram. (Entrevistado, Antonete dos Santos Miranda, Agosto de 2017)

[e qual a forma como as lideranças se manifestavam (09:13) com relação aos sócios quando interferiam no seu posicionamento enquanto associado no sentido da sua participação dos eventos comunitários como que a comunidade se manifestava em relação ao sócio que interferia no posicionamento do outro sócio, que interferia no posicionamento da associação (09:32) quando alguém falava em nome da associação por exemplo pra poder fazer valer as suas ideias ou manipulava algo em função sua em detrimento da associação, como que a associação se manifesta em relação a isso, quando alguém tenta tomar proveito pra si próprio?] vou ate se responder a altura, mas eu quero dizer o seguinte, eu não sei a razão qual, mas o que a gente percebe é que não só os comunitários, não só o pessoal sócio quanto não sócio La de fora mesmo, nós temos um grande respeito sabe então não é fácil o que a gente percebe é o seguinte quem ta lá é o narciso e tal. Olha cuidado não mete a cara que tu não vai conseguir o que tu queres, quer dizer, tem sempre esse respeito sabe. Essa informação vai bastante longe vamos dizer assim pra você ter um exemplo um desses dias aconteceu um fato da pessoa chegar e querer se filiar a associação sem direito, não pode ser sócio na associação. Ai fala não você não tem condição, por isso e isso, não fico escondendo, escamoteando não vou direto, a razão é essa e tal. Ai a pessoa diz "já me falaram que com o senhor a gente não consegue essas coisas" ah então muito obrigado por quem falou isso. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

[a forma como as lideranças, no caso você que é da diretoria, se manifestam em relação os sócios interferia no seu posicionamento enquanto associado no sentido da sua participação nos eventos comunitários. Fale de como isso se dava. Como a coordenação se relaciona com esses sócios, interfere no seu posicionamento, como associado?] sim, é igual aquilo que eu lhe falei agora. Se eu disser que não eu vou me contradizer.

[e qual a importância da sua função na associação?] na minha função no caso tesoureiro. É aquilo que eu já lhe falei é fazer as coisas com responsabilidade, transparência isso eu faço. Não é atoa que me elegeram. Elegeram por causa disso mesmo. La atrás o senhor perguntou minha escolaridade ai no caso como que vai ser um tesoureiro com a escolaridade baixa? Mas se eu for mostrar o trabalho que eu faço, vocês não vão dizer que foi eu que fiz mesmo. Tudo as minhas coisas tem que ser com nota. Prefeito mandou fazer um serviço de 429 não sabia que o senhor vinha pra Cá pegar todo o meu macete e da associação também na hora que eu lhe falei tem tudo digitadinho. Tudo organizado. Se vê meu trabalho não vai dizer, pela escolaridade que eu tenho, que foi eu que fiz, mas eu anoto bacana eu sei anotar e vou mandar digitar tudinho.

[na diretoria que função a senhora desempenha sempre?] hoje? [a senhora disse que era secretaria] na época eu era secretaria de patrimônio. Hoje eu não tô atuando mais eu não tô atuando entre aspas não tô no documento, mas tô lá ajudando, desempenhando essa função, ajudando eles nas palestras,

> sempre tô junto, acompanhando esses trabalhos que eu faço na intuição. (Entrevistado, Antonete dos Santos Miranda, Agosto de 2017).

4.6 A ESCOLA QUILOMBOLA: PRESENÇA-AUSÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO DAS LIDERANÇAS

A formação que constitui as lideranças quilombolas advém de várias situações vividas no decorrer da vida. Escola é elemento importante na vida e na constituição das lideranças, mas o que nós percebemos com os dados é que as lideranças desenvolveram um saber muito refinado sobre a vida, gestão, direitos a despeito da formação escolar que é importante, mas não se constitui atributo principal na formação deles.

A formação escolar da liderança Senhor Narciso foi até o inicio do nível médio: "fiz o primeiro grau completo no EJA, no antigo eu estudei apenas a primeira serie primaria"; o Senhor Inácio estudou até a terceira série; D. Antonete com muito sacrifício para vencer as barreiras sociais e burocráticas da escola conseguir terminar o curso de Pedagogia.

> Eu fiquei com uma pendência na 5ª série na última avaliação. Isso deu uma confusão foi pra Belém, pra SEDUC vai e vem uma hora eu e estudava uma hora eu parava. Ate que enfim veio o Antenor e descobriu uma resolução que me amparava e veio de lá um pessoal da SEDUC e eles me autorizaram 'pode estudar que agora nós vamos resolver o seu caso' aí que eu concluí o fundamental normal aí eu conclui aí que eu entrei no magistério médio naquele tempo eu ainda peguei foi a ultima turma do pessoal do 4 ano. (Entrevistado, Antonete dos Santos Miranda, Agosto de 2017)

No depoimento seguinte de Sr. Inácio observamos as dificuldades típicas de crianças negras e pobres brasileiras para estudar. São dificuldades estruturais da sociedade e das famílias, as quais, em situação de extrema pobreza não têm condições de mantê-lo na escola. Observe que o ciclo de dificuldades é agravado pelas burocracias da instituição escolar que emperra o processo de inserção da criança devido a não apresentação de documentos. Certamente sem conhecer a história de vida dessa criança, à época Sr. Inácio, que tanto precisava se mudar com sua mãe não conseguia manter consigo o documento de transferência, e dai ficou impedido de estudar. Quer dizer, são situações de injustiças que constitui essas lideranças:

> [o senhor repetiu alguma serie?] Não. Graças a deus que não, ai eu fui morar lá em Cametá né. Ai a mamãe me deu pra um senhor lá, ai passou um tempo e eu não fui lá, ai não vinha aqui, quando eu fui lá eu não quis mais ficar. Ai

> falou “tu tem que levar a transferência” eu não trouxe a transferência, aí cheguei aqui tinha que ter essa transferência de novo pra eu estudar. Ai não teve aí eu parei e fui me embora lá pra Japirica de novo. (Entrevistado, Inácio, Agosto de 2017).

O direito à educação formal via escolarização esteve ausente na formação dessas lideranças, mas eles sabem do valor da escola e retornam a ela dando mais uma chance a essa instituição. Senhor Narciso depois de certa idade e tantas outras experiências retorna a escola, mas nela não consegue permanecer devido as dificuldades e problemas de saúde.

> [não chegou a fazer o ensino médio?] Não, eu comecei mas adoeci e não continuei, em 2010 mesmo, 2010/2011 eu iniciei o médio aí eu adoeci.
>
> [mas ai o senhor não teve vontade de voltar?] não, porque eu fiquei uns dias fora e pegar o bonde andando é ruim.
>
> [mas ainda dá de voltar né, se fosse o caso de voltar ainda dava] eu pensei, mas aí eu já desisti. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017)

O enredo dessa conversa mostra que a escola em grande medida é corresponsável no fato de Senhor Narciso “desistir” de estudar, pois se ela tivesse uma abordagem de mais abertura ao dialogo durante o tempo que ele estive por lá, certamente que ele se encorajaria a voltar, mas como ele disse “pegar o bonde andando é ruim”, quer dizer que a escola não flexibiliza tempo/espaço para ensinar os alunos de acordo com as suas necessidades. Ao contrário, há uma dureza na qual os alunos devem se ajustar política educacional difícil e, de certa forma excludente, especialmente negros.

Na narrativa seguinte, Sr. Inácio nos leva a crer que a ausência da escola formal, como instância de conhecimento faz falta no movimento quilombola, como por exemplo poder ter o “contato”, o “conhecimento” sobre as instituições que se fazem chegar até a associação. Ou seja, parece que o capital cultural e social que a escola promove faz falta na vida desses sujeitos, que a despeito de pouco conhecimento das culturas ditas eruditas conseguem avançar no domínio político e público, e na conquista dos seus direitos.

> [o que vocês tem feito ou fizeram, com qual instituição vocês mais conversam pra alcançar os objetivos da comunidade?] ta vindo mais através da nossa associação né [a associação consegue as coisas com ajuda de qual outra instituição ?] aquela associação lá de Belém que eu esqueci o nome... é malungo. “Esses dias eu falei pra mulher, mulher eu queria ter um conhecimento como aqui tem muitas pessoas que tem pra doação já além do

> estudo negro". Lá em Belém a gente vê quem ta defendendo a associação, defendendo a gente aqui e não é nem baionense, só é negro né. Malungo né. Acho que o senhor passou por lá, se o senhor passar vai ver pessoas assim com capacidade que nem o senhor. Umarizal uma das maiores do Brasil não tem representante lá. (Entrevistado, Inácio, Agosto de 2017).

O Senhor Narciso é um exemplo que contribui muito na constituição das lideranças em Umarizal Beira. Observe os depoimentos das lideranças dando valor aos modos como ele pensa e age, atribui-se a Ele uma figura emblemática que estimula e dá esperança ao movimento quilombola.

> [Como era/é suas relações com os companheiros de luta e com quem foi que tu aprendeste a ser uma liderança?]
> Com certeza, o Narciso. Ele foi um ponto assim que eu, um ponto de seguir um referencial que eu segui de liderança que sempre eu admirava o trabalho dele através do sindicato, na própria direção da associação que ele foi o presidente fundador, foi o primeiro presidente como fundador da associação eu tive aula referência dele de liderança. (Entrevistado, Inácio, Agosto de 2017).

O Senhor Narciso se constitui uma escola mesmo de formação de lideranças em Umarizal, interessante, pois no seu depoimento, ele vai dizer como se forma uma liderança e afirma que é justamente pela participação no movimento. Observe:

> [mas o senhor acha importante deixar um exemplo ou o senhor se vê como exemplo pra gerações futuras?] eu gostaria imensamente que alguém pudesse ate certo ponto se espelhar nesse trabalho que a gente faz, quando nos fomos eleitos agora em 2013 eu cheguei dizendo numa reunião que o pessoal explorasse o meu conhecimento pra que isso pudesse servir mais inda, mas o que me parece que ficaram com medo de fazer isso. Eu tenho me esforçado pra repassar informações e conhecimento daquilo que a gente tem.

As narrativas de Senhor Narciso exalam comprometimento com a comunidade, em tudo que o ele pensa, fala e faz há um compromisso com o movimento de trazer melhorias para Umarizal. Observamos que ao realizar conjunturas sobre os cursos de formação de nível superior oferecidos nas instituições de ensino, ele analisa colocando o seu ponto de vista a respeito da serventia desses cursos para a comunidade, pois na sua opinião de liderança, os jovens devem ter uma formação que sirva ao bem viver do coletivo, caso contrário terão de sair e buscar trabalho distante e isso para ele não faz sentido.

> Olha, se fosse hoje eu iria fazer direito. Por que isso? Por que eu vejo tanta irregularidade. Eu não sei se eu ia me corromper tanto como advogado por ai corrompido que já teve juízes, pra dizer a verdade já teve ate ministros

> corrompidos tem por ai. Então, não sei se eu ia cair nesse erro, mas eu vejo tanta coisa injusta, tanta coisa errada na minha opinião. Eu faria direito se eu pudesse, mas na verdade eu desisti do estudo.
>
> [por que?] por que por exemplo, tem pessoas aqui fazendo engenharia naval ele pode até da um retorno pra cá... A gente tem que ver muito bem qual possibilidade dele dar esse retorno. Outras profissões eu acho ate que tem possibilidade tem gente que ta fazendo engenharia civil, tem muita gente que ta fazendo direito, essas pessoas, fazendo física, podem contribuir de uma maneira mais direta, mas tem certas profissões que eu acho, complicado. Até mesmo pra arranjar o emprego vai ficar bem distante daqui (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017).

No depoimento final dessa última fala, Sr. Narciso expressa que gostaria de estudar Direito justamente para ter condições de compreender e por si realizar os trabalhos administrativos e jurídicos da comunidade. O ensino superior em Direito para Sr. Narciso representaria uma emancipação ainda maior no processo de constituição dessa liderança, mas é uma possibilidade descartada por ele, pelo menos temporariamente. Na imagem abaixo mostra o ânimo e a união do grupo de lideranças em processo de formação e Sr. Narciso disse dessa feita que gostaria de fazer mais cursos para aprender mais sobre ser liderança. Observa-se que seu Narciso é uma figura que exerce uma grande influência na formação das lideranças entre os jovens, estando presente em todos os momentos oportunos, é o exemplo da imagem abaixo, da esquerda para a direita ele é o segundo em pé.

Figura 14: Grupo de lideranças em momentos de formação.

Fonte: Narciso Vieira (arquivo pessoal)

E Dona Antonete e Senhor Inácio nos oferecem uma dimensão importante para a Educação do Campo, pois na concepção dele, o fato de a pessoa estudar não significa que ela precisa se afastar da agricultura. Aspecto interessante, pois, geralmente se associa o estudo a outras possibilidades fora do campo, mas a consciência política dessas lideranças os eleva para um patamar mais crítico em relação à formação acadêmica científica, que realmente deve servir para atender essa diversidade e não somente aos preceitos da sociedade capitalista.

> [O senhor estudou até que série?] até a 3° do primário
>
> [o que fez o senhor ter essa profissão? O que contribuiu pra o senhor ter essa profissão?] hoje é assim se o cara não estudar ele tem que trabalhar ai pra sobreviver tinha que ter essa profissão, o cara não ta estudando.
>
> [e se o senhor pudesse escolher uma profissão, qual seria e por que?] se eu pudesse ainda tivesse condições que eu pudesse escolher era o estudo. Mudar de profissão através do estudo.
>
> [mas qual seria? Que profissão o senhor elegeria pra estudar?] olha podia ser ate continuar na agricultura mesmo no caso com conhecimento, como técnico ou agrônomo.
>
> [o senhor gosta da agricultura né.?] é [mesmo que tivesse de estudar ficaria na agricultura] é na agricultura. (Entrevistado, Inácio, Agosto de 2017).
>
> [a senhora consegue falar sobre a importância da escola no fortalecimento da cultura quilombola? A senhora acha que a escola é importante pra fortalecer essa cultura de vocês?] importantíssimo por que é a escola ela é uma segunda família da que entra como educação dos nosso filhos. Então se a escola não tiver intervindo com isso por que o que é que vai lapidar o conhecimento da criança, ou seja, nosso conhecimento. E quando nos começamos a estudar, muitas vezes você ta com conhecimento empírico na sua casa “ha mamãe é besteira da mamãe’, mas quando você começa a estudar lá na escola, o professor começa a explicar ele vai passar a acreditar. ‘ah é verdade aquilo que a mamãe falou agora o professor ta falando’ eles vão acreditar que realmente os livros mostra hoje, a mídia ta mostrando entõa é muito importante nos ta levando pra eles pra fortalecer a nossa cultura. É professora se não estudar vai pra roça', quando ela falou da roça, que isso também eu acho chato quando fala “fulano vai pra roça”. Ninguém olhou pra essa mensagem aqui nas costas do desfile do ano passado [se o campo não planta a cidade não janta] é nosso tema [se o campo não roça a cidade não almoça] meus alunos apresentaram no desfile defendendo a agricultura. Eu disse a roça não é discriminação, ninguém sobrevive sem a lavoura, agora dizer que vai pra roça eles já acham que é uma coisa que vai rebaixar [negativa né?] não é negativa eu falei pra eles, mas agora o que acontece, nós temos que estudar que nos vamos ganhar conhecimento. Se você estudo, você se forma num médico, você se forma num advogado. Você vai ter como manter, você quer mexer com lavora? Você já não vai la, você já paga pra um funcionário. Se você não estudar você vai ter que ir pra lá meter, como dizem, a mão na massa, apanhar de formiga, submisso a uma mordida de cobra. Vou explicando pra eles. Nos dependemos da roça pra sobreviver. Então roça não

> é discriminação alguém trabalhar na roça agora eu sei que estudar se formar, até mesmo se se formar, e pensar eu quero meter a mão na roça, mas tu vai ter que estudar pra ter o conhecimento de como é que tu vai trabalhar pra te borrifar uma pimenteira, sei la o que tu quer fazer tutem que ter um estudo (09:04). Muitos professores 'ir pra roça' já coloca como um impacto 'olha, tal coisa é a roça' não é assim, eu prego desse jeito pra eles que a roça não é um final de historia e que a roça é o tudo pra nós. Principalmente nessa área aqui, nos quilombolas. Muita gente já sofreram com fome de farinha por que? Eu chamo de preguiçoso. Temos roça, temos tanta terra pra trabalhar e esses jovens não querem ir por que o pai já prega isso, já vê como se a roça é uma coisa que vai... eu sempre prego, hoje nos tem maquina ai pra trabalhar, a pessoa já não vai capinar, roçar, plantar essa maquina ela planta. Então vai mudando através de agricultura mecanizada então já facilita muito, não vai pra enxada. Eu prego isso pra eles colocando que nos precisamos do solo e os sobrevivemos dele. (Entrevistado, Antonete dos Santos Miranda, Agosto de 2017)

Até o presente momento analisamos as experiências das lideranças na formação escola quanto ao nível de ensino e possibilidades de continuidade na trajetória escolar como aspectos da constituição das lideranças. Mas de agora em diante, percebo a necessidade de fazer uma relação dessas lideranças com a educação Escolar Quilombola tendo em vista que seus depoimentos permitem fazer esse tipo de análise que é importante considerando o um grande arcabouço legal no cenário brasileira de Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER).

> [de que forma a associação auxilia a escola na educação das crianças e dos jovens da comunidade?] Não sei nem como que ta agora, mas tem um dinheiro que sai do quilombola que auxilia a escola, maior recurso é da merenda.
>
> [qual a importância que o senhor percebe da educação da escola no fortalecimento da cultura quilombola na comunidade?]
>
> Eu não sei se hoje ta tendo, mas já teve aqui. Pelo menos a capoeira rodava forte lá, quando meu filho morava aqui rodava bem a capoeira na escola né. É uma cultura quilombola também né. Eu não sei se ainda funciona por que eu não vi mais o batuque pra lá. (Entrevistado, Inácio, Agosto de 2017).

O que posso apontar a partir das narrativas das lideranças é que existe um distanciamento das lideranças do ambiente escolar. Pois de forma alguma eles adentram a escola para interferir nas práticas pedagógicas. Isso realmente é uma pena, pois eles teriam muito a ensinar aos mais jovens sobre seus saberes.

As narrativas abaixo indicam a necessidade de a escola implementar as Diretrizes Curriculares das Relações Étnico-raciais (10.639/03) para o combate ao racismo e ao preconceito racial. Importante destacar que as lideranças têm plena

consciência do papel da escola na formação crítica dos alunos, especialmente no que diz respeito a diferença cultural e a preparação para a vida do trabalho.

> [qual papel da associação como instituição no combate ao racismo ?] eu creio que assim, buscar né, essas clarezas através de lei, de palestras ate mesmo de oficinas mostrando pra eles que nos somos capazes, pra combater esse preconceito. Hoje eu já fico observando que ainda aqui é forte o preconceito, eu tenho observado que tem uma família aqui que as meninas, as moças não casaram nenhuma com negro. Eu digo que elas são preconceituosas, elas são todas negras, mas os maridos são todos claros eu digo que elas tem preconceito com elas mesmas. Então traves dessas palestras e oficinas vão ver suas capacidades. Ate mesmo quando vem, tem varias pessoas que tem vindo nos visitar aqui, que são negros, veio essa menina que é lá de, ela é americana uma neguinha, ela ta se formando em antropologia. (Entrevistado, Antonete dos Santos Miranda, Agosto de 2017)

> [então qual papel política da associação quilombola enquanto instituição no combate ao racismo? O senhor acha que tem algum papel?] eu não sei se tem, eu não sei. [mas pro senhor, o senhor acha que deveria ter algum papel?] com certeza [tipo, o que?] eu acho que associação tem que defender a raça dela, a raça, a comunidade né. Tem que defender. (Entrevistado, Inácio, Agosto de 2017).

> [o que vocês enquanto comunidade espera da escola para os seus filhos e netos?

> Ai a gente teria algumas definições que seria manter a cultura, a tradição quilombola, educação para preparar para o trabalho, que as crianças aprendam a ser criticas e atuantes, que elas estejam alfabetizadas teu ponto de vista] primeiramente serem alfabetizadas, a gente espera que a escola ela dê esse passo pras crianças tanto que a gente ajuda em casa, mas vem primeiramente da escola uma alfabetização, onde elas tenham esse conhecimento de poder ta aprendendo a ler e a escrever primordialmente. E também cultivar a cultura pra eles saberem do que se trata por causa da geração que ta vindo agora não sabe o que os nossos antepassados passaram então a gente esperava que a escola transmitisse um pouco disso pra eles, contasse um pouco da nossa história pra valorizar mais a nossa cultura. (Entrevistada, Paula Gimenez de Baía, agosto de 2017)

Veja que eles reclamam diretamente de um conteúdo que é vivo na comunidade, que está fora do currículo escolar, o Samba do Cacete. Essa prática da cultura paraense que conecta religião e diversão com símbolos e ritos importantes de afirmação de identidade não é abordada na escola. De modo que a comunidade remanescente de quilombo é portadora da matriz africana encarnada em sua cultura, ao que remete à Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9.394/1996, e que constitui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileiras e africanas. Almejamos que se dê ênfase aos elementos sociais, culturais e políticos que conformam o território quilombola, no sentido de reforçar sua importância para o processo educacional dentro e fora da escola.

Esse seria o desejo para a educação na comunidade, onde o diálogo trazido por suas lideranças contribua para um projeto de formação e afirmação do quilombo como patrimônio negro na região.

Figuras 05 e 06: Escola Manuel Sampaio, antes escola reunida e Escola "O sorriso da Criança", anteriormente Escola Altamira Lemos.

Fonte: Narciso Vieira (arquivo pessoal)

O que posso dizer dessa escola e de seus preceitos de ensino é que está havendo falhas com os direitos das crianças e jovens quilombolas previstos por Lei, o direito a uma educação que ensine e respeite a memória e a tradição do seu povo. Podemos citar nesse texto as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, que define o seguinte no seu Art. 1:

> I - organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se:
> a) da memória coletiva; b) das línguas reminiscentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio
> cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade.
> II - compreende a Educação Básica em suas etapas e modalidades, a saber: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos, inclusive na Educação a Distância;
> III - destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em suas mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica;
> IV - deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis como quilombolas, rurais e urbanas, bem como por estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas;
> V - deve garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade. (A Resolução n 8 de 20 de Novembro de 2012).

É prejudicial a ausência desses conteúdos nas práticas pedagógicas na escola, pois o samba do Cacete faz parte de uma grande mobilização em torno da festividade que se dá por conta da representação da tradição refletida neste evento, levando a comunidade a se articular em prol da sua organização criando elos de ligação com a comunidade externa e com a memória das tradições afro-brasileiras.

> [agora no Umarizal de forma geral, que opções existem hoje e quais são elas?]
>
> Olha hoje tem o esporte que envolve o futebol, a cultura que ninguém nunca abandonou que é o samba de cacete, organiza quadrilha essas coisas. Tem a festa tradicional que é a festa da padroeira hoje ta acontecendo uma outra festa aqui chama-se festival quilombola são diversões, são esporte que a gente participa apesar que eu não gosto de festa mas como diretor da associação sou obrigado a participar existe uma necessidade que a direção participe. (Entrevistado, Narciso Vieira, Agosto de 2017).
>
> [qual a relação da cultura da comunidade Umarizal beira com a herança africana? Existe alguma herança africana como danças, comidas, praticas religiosas aqui na comunidade?] com certeza. Aqui na comunidade tem o samba de cacete onde a minha mãe já foi coordenadora do samba ela teve que se afastar por motivos de doenças eles tentam não perder que já veio junto quando eles vieram refugiados La do Paxubal eles começaram e como teve os ataques e aquelas coisa que veio a migração pra cá. Em primeiro passo eles iam perdendo, mas teve uma pessoa que começou a motivar, começou a organizar ai foi passando de pai pra filho, tanto que é o que acontece hoje que o pessoal que toca no cacete é passado de pai pra filho. Então a gente tem essa herança ainda, o samba de cacete é considerado a cultura que veio dos africanos pra nós. (Entrevistada, Paula Gimenez de Baía, agosto de 2017)

A Lei 10.639/2003 e o parecer CNE/CP nº 003/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, demonstra a urgência em quebrar o paradigma de exclusão e desrespeito que prevaleceram até então no trato da história do povo negro. É neste sentido que se fazem as seguintes determinações:

> Introdução, nos cursos de formação de professores e de outros profissionais da educação: de análises das relações sociais e raciais no Brasil; de conceitos e de suas bases teóricas, tais como racismo, discriminações, intolerância, preconceito, estereótipo, raça, etnia, cultura, classe social, diversidade, diferença, multiculturalismo; de práticas pedagógicas, de materiais e de textos didáticos, na perspectiva da reeducação das relações étnico-raciais e do ensino e aprendizagem da História e Cultura dos Afro-brasileiros e dos Africanos. (BRASIL, 2004, p.2).

Desta forma, obviamente, a mudança do paradigma da escola atual, deve ser pensada como um recurso para melhorar a qualidade do ensino, desmistificar ideias falsas e, preparar todos os alunos para a prática da cidadania. Percebemos que existe a necessidade da elaboração de um novo projeto educacional, analisado e discutido pela escola/família/sociedade, que contemple a diversidade brasileira, no qual as concepções hegemônicas sejam discutidas e analisadas.

No texto das Diretrizes Curriculares da Educação das Relações Étnico Raciais encontra-se:

> Inclusão de discussão da questão racial como parte integrante da matriz curricular, tanto dos cursos de licenciatura para Educação Infantil, os anos iniciais e finais da Educação Fundamental, Educação Média, Educação de Jovens e Adultos, como de processos de formação continuada de professores, inclusive de docentes no Ensino Superior (BRASIL, 2004, p. 3).

Nesse caso, pensar a educação na perspectiva da Educação das Relações Étnico-raciais é estar comprometido com um projeto de sociedade, de ser humano e de que mundo se de deseja contemplar para toda sociedade civil. Significa a busca de uma igualdade efetiva em termos de oportunidades sociais, consideradas as diferenças e necessidades específicas dos grupos que compõem a sociedade. Notadamente, quando se acredita que as desigualdades e exclusões que se constituíram historicamente poderão ser mudadas e ressignificadas com ações específicas, tentando modificar o curso da história.

Neste momento, parece oportuno a partir do conjunto produzido pela imersão no universo da comunidade quilombola, demarcar elementos que acredito poder reconduzir para dentro do universo escolar a dimensão explicitada pela legislação federal, configurando a reafirmação de valores civilizatórios forjados pelo contínuo do continente africano no Brasil.

O debate sobre *memória e oralidade*, no sentido de reconstruir as bases tradicionais e comunitárias do que se tem acumulado na história da comunidade, evidenciando seus sujeitos que forjaram o que se tem agora. Da mesma forma, orientar pesquisas e trabalhos escolares e culturais que possam discutir e ampliar o significado das expressões de dança e festas, que se encontram presentes no cotidiano da comunidade quilombola.

Outro elemento significativo que se liga com os anteriores é o debate sobre a *identidade quilombola*, que como visto precisa ser constituída e ampliada, em especial para o universo da juventude, que em muitos momentos não conseguem se afirmar,

muito em função da falta de um debate dentro e fora da escola sobre o patrimônio que o quilombo representa. Assim o território quilombola pode tornar-se parte do processo de ensino-aprendizagem tendo em vista ser um espaço-tempo socialmente construído e perpassado de história de várias gerações e formado por uma complexa rede de relações sociais, que neste trabalho foi evidenciado.

Cada um destes elementos aparece de forma inerente aos diálogos anotados no exercício de construção deste trabalho, e que se aprofundam na medida em que o comprometimento com a formação dos jovens, dos educadores e a ampliação dos conhecimentos dos membros da associação, a partir das parcerias entre as instituições que fomentam a pesquisa, gradativamente se tecem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação vivenciada pela comunidade quilombola de Umarizal, no que concerne a vida cotidiana e a relação com a educação tratada como Pedagogia específica do movimento quilombola se mostra desenvolvida por seus membros e apresenta traços de aproximação que vão ao encontro da atuação dos seus líderes no desdobramento dos processos de resistência desenvolvidos por estes sujeitos, tal como demonstrado no decorrer deste trabalho.

Nesta perspectiva, perpassamos pelo conceito de comunidade quilombola e percebemos os inúmeros significados atribuídos por essa categoria ao longo da história, verificou-se, assim, que as várias concepções do processo colonial coincidem com as práticas e os saberes locais da comunidade de Umarizal e que sua Associação Quilombola é crucial para o exercício da cidadania e reconhecimento destes sujeitos como agentes políticos. Foi neste sentido que colocamos em cena neste trabalho as memórias e posicionamentos de sujeitos que buscam inserir-se no cenário político e social local, regional e nacional, aproximando-nos da realidade comunitária vivenciada, em especial, na Comunidade Quilombola de Umarizal Beira, Baião, no estado do Pará.

A pesquisa vem analisando o processo de constituição das lideranças quilombolas e entende que estas lideranças são constituídas de bases étnicas, históricas, políticas e educativas, visando uma aproximação com a Educação das Relações Étnico-raciais. É justamente no contexto escolar e social que se inserem as atitudes destes sujeitos, cujos repertórios cultural e político apontam para a concepção de que descendem de povos africanos e que vivem as consequências de um processo de diáspora, herdando, consequentemente, a condição humana de subalternização pós-colonial.

Importante elemento que balizou a pesquisa foi o contato com estas lideranças no âmbito do seu mecanismo político e de mobilização, isto é, a Associação Quilombola, que tem como principal finalidade a representação de seus sócios em busca de manter acesa a esperança por um futuro socialmente mais igualitário.

Apropriando-se das correntes teóricas que fundamentaram a pesquisa, verificamos ainda que o Pós-colonialismo está pautado na exponenciação dos valores sociais e formas culturais característicos das comunidades afrodescendentes, em especial os quilombolas da Comunidade de Umarizal Beira. Compete, ainda, salientar que a opção que se fez pelo Pós-colonialismo, possibilitou lançar mão de ferramentas

teóricas que ajudaram na compreensão do sujeito como um ser social, e ainda mais importante, identificar a dinâmica da construção de medidas efetivas com o intuito de romper com a opressão histórica dos seres humanos sobre os outros.

O trabalho se debruçou sobre aspectos relacionados com a história, cultura, a economia, a ideologia que sustenta os projetos associativos em Umarizal Beira e que contribuem para formação da identidade étnico-racial da comunidade local. Em linhas gerais, o trabalho infere os seguintes aspectos:

A ênfase dada ao povo quilombola, constatada no decorrer desta pesquisa, tem fundamento no conjunto de ações que faz destes indivíduos militantes representarem proposta de sociedade que busca reconhecer e minimizar os impactos que o processo de escravidão, exclusão e opressão negra deixou como herança. A pesquisa também se notabilizou devido ao rico material produzido na pesquisa de campo, que materializou a postura adotada por estes agentes no que se refere à forma como se constituem e se compreendem no real. Este fato é facilmente depreendido do discurso das lideranças, principalmente no que diz respeito ao consenso de que é necessário o reconhecimento de ações que contribuam com o reconhecimento e reparação, por meio de ação afirmativa à população negra, em especial a quilombola.

O que cabe destacar é a *necessidade de superar inúmeras dificuldades no que diz respeito à forma como o Estado se posiciona com relação a esta população*, como o estabelecimento de um diálogo mais constante com as comunidades remanescentes de quilombos. Essa ausência de diálogo dificulta o desenrolar adequado em sentido da justiça social à qual estes indivíduos fazem jus, pois, com base nas significativas falas das lideranças quilombolas entrevistadas, uma das contribuições deixadas por esta pesquisa, apontam para a necessidade de valorizar e implementar de fato e de direito instrumentos jurídico e normativos já existentes, que possam contribuir na valorização dos saberes afro-brasileiros, abrindo as portas das nossas instituições para as comunidades remanescentes de quilombo, apropriando-se dos direitos já conquistados, mas, principalmente, buscando intervir na superação das assimetrias que persistem em distanciar a prática da cidadania daquilo que é posto enquanto direito. Desse modo, faz-se necessária a participação e emancipação dos sujeitos, de todos os sujeitos e seus saberes e culturas, especialmente as novas gerações, na construção e continuidade de sua história de luta e resistência por conquistas de direitos sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombos, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PGSCA-UFAM. 2ª ed., 2008.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARROYO, M. G. **O Direito a Tempos-Espaços de Um Justo e Digno Viver.** In: MOLL, J. **Caminhos da Educação Integral no Brasil:** Direito a Outros Tempos e Espaços Educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

BARÃO, V, M. **Escola indígena e o poder de estado:** construção de uma identidade étnica entre os MbyáGuarani.2005. Dissertação. PUC: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de filosofia e ciências humanas. Programa de pós-graduação em história das sociedades ibéricas e americanas, julho de 2005.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: **Cadernos PAGU**, v. 26, pp. 329-376, jan-jun/2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 18 ed. Revista Ampliada. São Paulo. 1998.

_____. **Construindo a Democracia Racial atos e palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso de 1995 a 1998**. Cerimônia de Instalação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra. Palácio do Planalto, 27 de Fevereiro de 1996. 1. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:_qiEnw6nxyoJ:www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique cardoso/publicacoes/construindo-a-democracia-racial+&cd=1&hl=pt BR&ct=clnk&gl=br

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Parecer CNE/CP 3/2004.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 16/99**, aprovado em 05 de outubro de 1999. Assunto: Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/semtec/educprof/Legislatecnico.shtm>. Acesso em: 05/01/16.

_____. **Lei n. º 10.639**, de 09.01.03: altera a Lei 9394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e cultura afrobrasileira".

_____. **Lei n. º 9.394, de 20.12.96**: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: [s.n.], 1996.

_____. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Brasília. 2012.

_____. MEC. SECADI. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília. 2006.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Pluralidade Cultural, Orientação Sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997. 164p.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: História. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998. 108 p.

BURKE, P. **A escola dos Annales (1929-1989):** A revolução Francesa da Historiografia.Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESB, 1997.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO, Mauro Cezar. **A Cor Ausente**: um estudo sobre a presença do negro na formação de professores – Pará, 1970 – 1989. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

COSTA, Sérgio; WERLE, Denílson Luís. **Reconhecer as diferenças**: liberais, comunitaristas e as relações raciais no Brasil. In: AVRITZER, Leonardo; DOMINGUES, Jose Maurício. **Teoria social e modernidade no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 159-178

COTRIM, G; RODRIGUES, J. **Saber e Fazer História**: História geral e do Brasil, 7º ano. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a História da Educação dos Negros. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. 278p. (Coleção Educação para Todos).

CUNHA Júnior, Henrique **Coleção Educação para Todos:** História da Educação do Negro e outras histórias. Organizado porJeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

_____. **Metodologia afrodescendente de pesquisa**, 2006.

ESCOBAR Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização e pós-desenvolvimento. In LANDER, Edgardo. (Org.). **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e Ciências Sociais. Trad. Júlio César Casarin Barroso Silva. 3. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Pele negra, máscaras brancas.** Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRANCO, C. A. O. **Direitos indígenas e mobilizações:** Um olhar a Um olhar sobre a tríplice fronteira – Brasil, Guyana e Venezuela. Tese. UNB: Universidade de Brasília. Instituto de Relações Humanas. 2012.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 26

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1997.

GOMES, J. B. B.; SILVA, F. O. L. L. da. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. **Seminário Internacional- as minorias e o Direito,** 19 86-153, 2003. Disponível em: p://w3. ufsm.br/afirme/ARTIGOS/variados/var02.pdfAcesso em 05 de janeiro de 2012.

GOMES, Nelma Lino (Org.). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03.** Brasília: MEC/Unesco, 2012.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; PETRONILHA, Beatriz Gonçalves e Silva. "Movimento negro e educação", **Revista Brasileira de Educação.** n. 15, pp. 134-158, set-dez 2000.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Época Pós-Modernidade**. (Orgs) SILVA, Tomaz Tadeu e LOURO, Guacira Lopes. Rio de Janeiro: Editora DP&A; 1992. **Identidade**! São Leopoldo. v. 18 n. 3, ed. esp. p. 345-356. dez. 2013.Disponível em: http://periodicos.est.edu.br/identidade

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A Ed., 2006.

_____. **Da diáspora:** Identidades e mediações culturais. Organizado por Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

LARAIA, R. B & ZAHAR, J. **Cultura, um conceito antropológico.** 23 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LOPES, Ademil. **Escola, socialização e cidadania:** um estudo da criança negra numa escola pública em São Carlos. São Carlos, 1994. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, 1994.

MEDEIROS, Carlos Alberto. Ação afirmativa no Brasil: um debate em curso. In: SANTOS, Sales Augusto dos. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.** Brasília: Ministério da Educação, 2005. p. 121 - 139.

MESQUITA, Érika. **Clóvis Moura**: uma visão critica da historia social brasileira, Dissertação (Mestrado em História). IFCH/UNICAMP, Campinas, 2002.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adélia M. Habermas e o pós-moderno: ciência e ficção. Um primeiro ensaio. **Concinnitas** – Revista do Instituto de Artes da UERJ, Rio de Janeiro, n. 1, p. 121-131, ago./dez. 1998.

MIGNOLO, W. **Historias locales/diseñosglobales**. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamento fronterizo. Madrid: Ediciones Akal S.A., 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006. 118-220.

MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio – o negro na historiografia brasileira**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 1996.

_____. **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC, 2008.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (Org.) **lndigenismo e Territorialização poderes rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria 1998.

_____. **Reconstrução Metodológica de Processos de Investigação Social**. São Paulo, 1997.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e plano de ação da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas.** Durban, África do Sul, setembro de 2001.

PARÉ, Marilene Leal. A contribuição do estudo sobre o negro para o entendimento das diferenças. **Cadernos da Aplicação**, UFRGS, Colégio de Aplicação, v. 11, n. 1, jan-jun/ 1998.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **Movimento negro brasileiro: aspectos da luta por educação e pela "reavaliação do papel do negro na história do Brasil" ao longo do século XX.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH; São Paulo, julho 2011.

PEREIRA, E. A. **Malungos na escola:** Questões sobre culturas afrodescendentes e educação. São Paulo: Paulinas, 2007.

PINTO, C. R. J. **Elementos para uma análise de discurso político.** Artigo.<http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/821> Acesso em: 23 de jul. de 2011, as 15:00.

PIOVESAN, Flávia. **Coleção Educação para todos:** Ações Afirmativas sob a Perspectiva dos Direitos Humanos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

PRYSTHON, Angela. **História da teoria**: os estudos culturais e as teorias pós-coloniais.

QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro/Edição fac-similar do jornal dirigido por Abdias do Nascimento: apresentação de Abdias do Nascimento e Elisa

Larkin Nascimento. Introdução Antonio Sergio Guimarães São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Editora 34, 2003.

RAWLS, Jonh. **Uma Teoria da Justiça**. 1 ed., Lisboa: Editorial Presença, 1993.

ROCHA, E. **O que é etnocentrismo?** São Paulo: Brasiliense, (Coleção Primeiros Passos)1984.

SAID, E. W. **Humanismo e crítica democrática**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Estilo tardio**. Tradução: Samuel Titan Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina:** formação integral na educação básica. Santa Catarina: Secretaria de Estado da Educação, 2014.

SANTOS, G.A. **A Invenção "do ser Negro":** Um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SANTOS, Hélio; SOUZA, Marcilene Garcia de; SASAKI, Karen. O subproduto social advindo das cotas raciais na educação superior do Brasil. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília , v. 94, n. 237, p. 542-563, Aug. 2013 .

SANTOS, Rosenverck Estrela. Educação e Relações Étnico-raciais no Brasil: Monoculturalismo e a Construção da Identidade Negra. **Revista Espaço Acadêmico**. Nº 91. Dezembro de 2008. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/091/91santos.pdf.

SANTOS, S. A. **Coleção Educação para Todos: Educação anti-racista:** Caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SARAMAGO, José. **O homem duplicado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA JUNIOR, Hédio. **Anti-racismo:** Coletânea de Leis Brasileiras Federais, Estaduais e Municipais. São Paulo: Editora Oliveira Mendes, 1998.

SILVA, Alberto da Costa e. **A Enxada e a Lança:** a África antes dos Portugueses. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1992.

SILVA, Consuelo Dores. **Negro, qual é o seu nome?** Belo Horizonte: Mazza, 1995.

SILVA, Maria Abádia. Qualidade social da Educação pública: algumas aproximações. In: **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu. Currículo, universalismo e relativismo: Uma discussão com Jean-Claude Forquin. **Revista Educação e Sociedade.** 2000.

SOUZA, Neuza Santos. Tornar-se Negro. In. **A PSICOSE**: um estudo lacaniano. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1983.

SOUZA, Jesse; ***A construção social da subcidadania. Para uma sociologia política da modernidade periférica*.** Belo Horizonte: Editora UFMG. 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart de Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VALENTE, J.A. (Org.). **Formação de educadores para o uso da informática na escola**. Campinas, SP: Unicamp/Nied, 2003.

WEDDERBURN, C. M; **O racismo através dos tempos**: da antiguidade a modernidade. São Paulo; 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE I: INSTRUMENTO/ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1: Entrevista estruturada.

Pesquisa: Educação quilombola, constituição de lideranças e práticas de resistências na Comunidade Quilombola de Umarizal Beira, Baião-Pará.

2.2 IDENTIFICAÇÃO

Nome_____

Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

Data de nascimento ____/___/_____. Idade _____

Local de Nascimento: Cidade_____ Estado_____ País_____

Estado civil ( ) casado ou em união consensual

( ) solteiro ( ) viúvo.

Qual sua posição no domicílio:

( ) Chefe ou responsável pelo domicilio.

( ) Cônjuge

( ) Filho (a)

( ) Parente (especifique) _____

( ) Empregado doméstico ou parente do empregado

( ) Morador de pensão

( ) Agregado

( ) Morado associado em domicilio particular

( ) Outra (especifica)_____

IDENTIFICAÇÃO RACIAL

1- Que termo designa melhor sua cor ou identidade étnica ou racial?

_____

2 - Tomando por base somente sua origem familiar, você se considera, predominantemente:

( ) Branco

( ) Negro (Quilombola)

( ) Negro (não quilombola)

( ) Mestiço

( ) Indígena

( ) Amarelo

( ) Outro (especifique) _____

3 - Segundo as categorias utilizadas pelo Censo do IBGE, sua cor ou raça é:

( ) Branco
( ) Preta
( ) Amarelo
( ) indígena
( ) parda
( ) sem declaração

3.3. Qual o grau de escolaridade de seu pai?

( ) Nunca frequentou escola

( ) Primário incompleto (fez até a 3ª série do fundamental)

( ) Primário completo (concluiu a 4ª série do fundamental)

( ) Fez até 7ª série do fundamental

( ) Ensino fundamental completo

( ) Ensino médio incompleto

( ) Ensino médio completo

( ) Curso superior incompleto

( ) Curso superior completo

( ) Não sabe.

Qual o grau de escolaridade de sua mãe?

( ) Nunca frequentou escola

( ) Primário incompleto (fez até a 3ª série do fundamental)

( ) Primário completo (concluiu a 4ª série do fundamental)

( ) Fez até 7ª série do fundamental

( ) Ensino fundamental completo

( ) Ensino médio incompleto

( ) Ensino médio completo

( ) Curso superior incompleto

( ) Curso superior completo

( ) Não sabe.

Apêndice II - Roteiro para Entrevista

ORIGEM: LOCAL E FAMÍLIA

*Onde você nasceu:

* Onde morava antes de vir para o Umarizal?

* Com quem você morava?

* Você já mudou de cidade? Para onde? Quantas vezes? Sabe o porque?

OBS: Pretendo passar rápido por aqui e aprofundar o tópico da identidade e constituição das lideranças que é meu objeto.

TRABALHO, MORADIA E ESCOLARIDADE DOS AVÓS PATERNOS E MATERNOS.

* Qual é a origem dos seus avós paternos?

* Qual a origem dos seus avós maternos?

* Você sabe quanto tempo eles estudaram?

* Onde e como viverem e vivem atualmente?

* Quais profissões tiveram oportunidades de exercer, quando, onde?

TRABALHO, MORADIA E ESCOLARIDADE DOS PAIS DAS LIDERANÇAS

* Onde nasceram, cresceram e se casaram seus pais?

* Onde e como viveram depois de casados e durante a sua infância?

* Durante quanto tempo seus pais estudaram? E seus irmãos?

* Fale sobre o trabalho de seus pais e de seus irmãos.

TRABALHO, RENDA, MORADIA, CULTURA/LAZER

1.1. EDUCAÇÃO

Nível e modalidade que estuda ou que estudou:

Ed. Fundamental 1ª a 4ª séries ( ): _____

Ed. Fundamental 5ª a 8ª séries ( ) :_____

Ensino Médio:_____

Quantas vezes fez cada série escolar?_____

Ano que concluiu a educação fundamental (antigo 1º grau) ( )

Ano que cursa do ensino médio ( )

TRABALHO.

* Desde quando você trabalha?

* Local de trabalho e Profissão que exerce?

* O que contribui para escolher o tipo de profissão que desenvolve?

* Se pudesse escolher uma profissão, qual seria? E Por que?

RENDA - Qual o nível de renda da sua família?

( ) Até 1 salário mínimo (980,00)

( ) De R$ 980,00 a R$ 1.960,00

( ) De R$ 1.960,00 a R$ 3.920,00

( ) De R$ 3.920,00 a R$ 7.840,00

( ) De R$ 7.840, 00 a R$ 15.580,00

( ) Mais de 15.580,00

Quantas pessoas vivem dessa renda? ( ).

LOCAIS DE LAZER E CULTURA.

- O que mais gosta de fazer para se divertir e ficar alegre?

IDENTIDADE COLETIVA E INDIVIDUAL: A CONSTITUICAO DA LIDERANÇA (ESCOLARIZAÇÃO E FORMAÇÃO POR MEIO DAS LUTAS QUE O ENTREVISTADO PARTICIPA E QUE LHE FAZ SER, PENSAR E AGIR DE DETERMINADAS FORMAS QUE MARCAM SEUS PROCESSOS DE RELEITURAS DE MUNDO E SOCIEDADE, POLITICA E EDUCAÇÃO)

- **1-** Quais grupos ou locais comunitários você frequentou e que considera importante na sua formação (aprendizagem)? como Igreja, amigos, clubes, família, escola, locais para jogar, dançar, reuniões políticas? Fale sobre...

2- Fale sobre sua relação com sua comunidade... Como você define sua comunidade?

- **3**- Desde quando você faz parte da associação?

  3.1. Como foi para você entrar nesse processo do coletivo de Umarizal?

  4- Como eram e são as suas relações com os companheiros de lutas na associação? Com quem você aprendeu e aprende na comunidade? O que aprendeu que mais te marca e te impulsiona a continuar na associação e no coletivo do Umarizal?

  5- Quais são as recordações (fatos ligados a lutas, conquistas, alcances, avanços e retrocessos na constituição do coletivo) que você guarda na memória sobre a Comunidade de Umarizal Beira e sua Associação Quilombola?

  6- Quais as lembranças boas e mas você guarda do poder público?

  7- Em termos de políticas e de garantia de direitos o que na comunidade você considera mais frágil e que precisa de investimentos do Poder Público?

  8- O que vocês têm feito ou fizeram e com qual instituição vocês mais conversam para alcançar os objetivos da comunidade?

  9- O que lembra das conquistas que lhe beneficiaram? Das reuniões? Das festividades?

  10- Quais fatos você mais gosta e acredita na política entre a comunidade e o poder local? e Quais menos gosta?

  11- O que você pensa (aprende) sobre os trabalhos em grupo e os vários momentos vividos com o grupo?
  12- A forma como as lideranças se manifestavam com relação aos sócios interferia no seu posicionamento enquanto associado, no sentindo da sua participação nos eventos comunitários?
  13- Você gostava (ou gosta) das reuniões e da condução de sua vivência com o grupo? Se sim, por que? Se não, por que?

DESDOBRAMENTO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO COTIDIANO DOS QUILOMBOLAS

* Alguma vez sentiu vontade de fazer algo na e pela associação que não teve oportunidade?

* Qual a influencia da associação no seu cotidiano?

* A posição de líder influencia e contribui no seu cotidiano?

* Quais são as suas expectativas com relação a continuidade da associação com relação aos jovens?

* A associação e seus líderes promovem discussões sobre o futuro da associação quilombola?

CONDIÇÃO DE ASSOCIADO ATUAL E SEUS SABERES E FAZERES PELA COMUNIDADE

***** O que você esta fazendo na associação quilombola?

***** Você acha que pode ajudar a comunidade? De que forma?

***** O que é diferente nesta associação com relação aos outros espaços comunitários que você frequentou? Existem diferenças positivas ou negativas? O que gostaria que fosse diferente?

***** Existe algo que você fazia antes de entrar na associação que mudou?

DESDOBRAMENTOS NAS POLÍTICAS CURRICULARES = SOBRE RELAÇÕES RACIAIS E A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO QUILOMBO

1 - Em algum momento você ouviu falar de raça, racismo e discriminação racial? Você acha importante a escola ensinar sobre essas questões, certo?

2 - Já percebeu algum tipo de brincadeira ou discriminação que incomodam, sobre o tipo físico de alguma pessoa?

3 - De que maneira vocês ajudam a escola das crianças e jovens da comunidade?

4 - Existe preocupação com a qualidade do ensino? Sobre o que se ensina?

5 - O senhor (ou senhora) sabe da importância da educação e como vocês tentam fazer essa escola ser melhor para a comunidade?

Tem algo que queira falar e eu não perguntei? Fique à vontade.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- (TCLE)

Estou desenvolvendo a pesquisa de Mestrado intitulada: **EDUCAÇÃO QUILOMBOLA CONSTITUIÇÃO DE LIDERANÇAS E PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA NA COMINIDADE QUILOMBOLA DE UMARIZAL BEIRA, BAIÃO-PARÁ,** sob orientação do/a Profa. Dra. Gilcilene Dias da Costa, vinculado/a à/ao Programa de Pós-graduação em educação e Cultura da Universidade Federal do Pará (UFPA). O trabalho tem por objetivo **analisar o processo de constituição de lideranças quilombolas e de práticas de resistências como fator educativo na comunidade quilombola de Umarizal Beira, Baião-Pará.**

Este documento procura dar a você informações e pedir sua participação nessa pesquisa. Para participar do estudo é preciso ser entrevistado (a). Para a obtenção de um registro adequado da entrevista poderão ser utilizados gravadores, fotografias ou outros recursos tecnológicos necessários, caso seja de sua autorização. Fica assegurado o seu direito de solicitar quaisquer esclarecimentos sobre esta pesquisa, agora ou mais tarde, podendo inclusive se recusar a participar ou interromper sua participação em qualquer momento. Caso se sinta desconfortável com algum questionamento, pode negar-se a respondê-lo ou fazê-lo noutro momento ou local que preferir.

Sua participação na pesquisa é livre e voluntária em todo o processo. Sempre que considerar oportuno você pode entrar em contato, através do e-mail do/a pesquisador/a oberdanazul@yahoo.com.br e/ou com o/a orientador/a da dissertação através do e-mail costagilcilene@gmail.com.

As informações prestadas neste estudo serão tratadas com sigilo. Os nomes dos participantes não serão divulgados em nenhuma hipótese em não havendo sua autorização. O relatório final da pesquisa, bem como a socialização dos resultados em revistas científicas, periódicos, congressos ou simpósios apresentarão os dados em seu conjunto de modo que não será possível a identificação dos entrevistados (as), se for o caso.

Li e sou consciente da natureza da pesquisa descrita neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceito participar. Para tanto assino este documento juntamente com o pesquisador para a confirmação do compromisso assumido por ambas as partes, sendo que cada um/a dele/as ficará com uma cópia.

Cametá, 11 de setembro de 2017.

ASSINATURA DOS ENTREVISTADOS
1-
2-
3- Antonete dos santos Miranda
4-

Oberdan Medino

Nome do pesquisador